UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Berenice Carmen Augusta Young Rabines

Sul-americanos atendidos no serviço psicossocial do Centro
Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo

Resgate da memória do atendimento a oitenta e seis imigrantes entre 2001 e 2004

São Paulo

2014

BERENICE CARMEN AUGUSTA YOUNG RABINES

**Sul-americanos atendidos no Serviço Psicossocial do
Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo**

Resgate da memória do atendimento a oitenta e seis imigrantes entre 2001 e 2004

-Versão corrigida-

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luisa
Sandoval Schmidt

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Young Rabines, Berenice Carmen Augusta.

Sul-americanos atendidos no Serviço Psicossocial do Centro
Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo / Berenice Carmen Augusta
Young Rabines; orientadora Maria Luisa Sandoval Schmidt. -- São
Paulo, 2015.

120 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área
de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) –
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Imigrantes sul-americanos 2. Psicologia da migração 3. Pesquisa
documental I. Título.

GN370

NOME: YOUNG RABINES, Berenice Carmen Augusta

TÍTULO: *Sul-americanos atendidos no Serviço Psicossocial do Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo* – resgate da memória do atendimento a oitenta e seis imigrantes entre 2001 e 2004

Tese apresentada para o Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao Antonio Luiz e ao Alexandre, porto, âncora, ninho e ilusão de chegada

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas sul-americanas que passaram pelo Serviço Psicossocial do Centro Pastoral e da Mediação do Migrante da Missão Paz desde 2001 até o presente, em especial àqueles oitenta e seis até o ano de 2004 que fazem parte desta memória. Por intermédio delas, a todos os migrantes que insistem em fazer da terra em que pisam um lar.

À minha orientadora Maria Luisa Sandoval Schmidt, por seu apoio incondicional e generoso ao meu, ainda difícil, caminhar de pesquisadora.

À Banca Examinadora, doutores: Henriette Tognetti Penha Morato, Sidney da Silva Paranhos, Lineu Noriô Kohatsu e Paolo Parise, pela leitura desta pesquisa e sua contribuição para melhorá-la.

À Missão Scalabriniana da Paz, por sua dedicação pioneira ao trabalho com os migrantes do mundo todo. Em especial às equipes que fizeram parte do período entre 2001 até o presente.

Às professoras e aos professores, doutoras e doutores da USP, pelos seus importantes ensinamentos ao longo destes anos do doutorado: Andrés Antúnez, Belinda Mandelbaum, Denise Barros, Gustavo Massola, Luis Lineu Kohatsu, Guilherme Galeão da Silva, Maria Júlia Kovács, Maria Luisa Sandoval Schmidt, Nelson da Silva Junior, todos eles do Instituto de Psicologia, e a Renato Seixas, da Pós-Graduação em Integração da América Latina.

À minha psicoterapeuta, Doutora Belinda Mandelbaum, por acompanhar minha história.

Aos meus colegas da equipe de pesquisa: Alessandra Giacometti, Bianca Sphor, Carolina Leitão, Débora Galvani, Douglas Ramos, Gabriela Balaguer, Renata Lopes Costa Prado e Thaís Goldstein, pelas suas excelentes observações e sugestões nas reuniões de estudo e supervisão.

Aos meus colegas da equipe do GT Migração do Labur-USP e o CEM, em especial a Ana Cristina Arantes Nasser, Carlos Pereira, Dirceu Cutti, Dulce Baptista, Margarida Maria de Andrade, Léa Francesconi e Raíssa Londero, pelo estímulo e contribuições com o trabalho.

Ao Professor Luiz Silva dos Santos, de Análise Estatística, por sua orientação para o trabalho com a tabela por mim elaborada para a descrição da população.

A Lillian Anderson e Antonio Luiz Costa pela revisão e correção da língua e também pela elaboração dos gráficos.

Ao Alexandre por consertar, formatar e reinstalar softwares e computadores a cada vez que se desarranjaram.

RESUMO

YOUNG, R. B. C. A. *Sul-americanos atendidos no Serviço Psicossocial do Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo: resgate da memória do atendimento a oitenta e seis imigrantes entre 2001 e 2004*. 2014. 120 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2014

A presente tese de doutorado constitui-se de pesquisa documental realizada a partir dos registros em cadernos de campo com apontamentos de entrevistas psicológicas dos primeiros oitenta e seis imigrantes sul-americanos atendidos no Serviço Psicossocial do Centro Pastoral do Migrante da cidade de São Paulo, entre os anos de 2001 e 2004.

Os objetivos seguidos foram: (1) o resgate da memória do Serviço Psicossocial entre 2001 e 2012, (2) a sistematização dos atendimentos realizados entre 2001-2004 e (3) gerar um conhecimento baseado na reflexão crítica dessa experiência.

A análise focalizou as categorias temáticas: motivo de migração e motivo de consulta.

Trata-se de pesquisa no campo de Estudos da Migração, visando contribuir para uma psicologia da migração, construída sobre uma prática direta com a realidade social da migração na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: imigrantes sul-americanos; psicologia da migração; pesquisa documental.

ABSTRACT

YOUNG, R. B. C. A. South American immigrants attended at the Psychosocial Service the Catholic Pastoral Migrants' Center in São Paulo city - Memory retrieving of the psychological attendance to eighty-six immigrants between 2001 and 2004. 2014. 120 s. Ph Thesis (School and Human Development Psychology) – Psychology Institute, University of São Paulo, 2014.

This PhD thesis is based on documental research from written records on field notebooks with notes of psychology interviews of the first eighty-six South American immigrants attended at the “Serviço Psiocossocial do Centro Pastoral do Migrante” (Psychosocial Service at the Catholic Pastoral Migrants' Center) in the city of São Paulo, from 2001 to 2004.

The objectives aimed were: (1) the rescue of the Psychosocial Service's history between 2001 and 2012, (2) the systematization of the psychological care done between 2001 and 2004, and (3) the generation of knowledge based on the critical reflection of this experience.

The analysis focused the following themes: migration motive and the motivation for the counseling.

This research in the Field of Migration Studies aims to contribute to a Psychology of Migration, built up on direct practice with the migration social reality in São Paulo City.

Keywords: South American immigrants; migration psychology; documental research.

RESUMEN

YOUNG, R. B. C. A. Sudamericanos atendidos en el Servicio Psicosocial Centro Pastoral del Migrante en la ciudad de São Paulo - Rescate memorístico de la atención a ochentaiseis inmigrantes entre 2001 y 2004. 2014. 120 h. Tesis (Doctorado en Psicología Escolar y del Desarrollo Humano) – Instituto de Psicología de la Universidad de São Paulo, 2014.

La presente tesis de doctorado está constituida de una investigación documental realizada a partir de los registros en cuadernos de campo con anotaciones de entrevistas psicológicas, de los primeros ochentaiseis inmigrantes sudamericanos atendidos en el Servicio Psicosocial del Centro Pastoral de Migrante de la ciudad de São Paulo, entre los años de 2001 y 2004.

Los objetivos seguidos fueron: (1) el rescate memorístico del Servicio Psicosocial entre 2001 e 2012, (2) la sistematización de la atención realizada entre 2001-2004 y (3) la generación de un conocimiento basado en la reflexión crítica de esa experiencia.

El análisis focalizó las siguientes categorías temáticas: motivo de migración y motivo de consulta.

Se trata de una investigación en el Campo de Estudios de la Migración, que visa contribuir a una Psicología de la Migración, construida sobre una práctica directa en la realidad social migratoria de la ciudad de São Paulo.

Palabras clave: inmigrantes sudamericanos, psicología de la migración; investigación documental.

LISTA DE GRÁFICOS

Data do primeiro atendimento.....	p. 57
Sexo.....	p. 57
Idade.....	p. 57
País de nascimento.....	p. 58
Cidade de Origem.....	p. 58
Situação sócio-conjugal.....	p. 58
Situação Documentária.....	p. 59
Ocupação.....	p. 59
Escolaridade.....	p. 60
Religião.....	p. 60
Formação Profissional.....	p. 61
Número de Filhos.....	p. 61
Bairro de residência.....	p. 62
Tempo de migração.....	p. 62
Ano de Chegada.....	p. 63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Pessoas atendidas e modalidade de atendimento.....	p. 64
QUADRO 2	Total de sessões assistidas pelos usuários do Serviço Psicossocial entre 2001 e 2004	p. 64
QUADRO 3	Categorias relevantes para a descrição da população.....	p. 64-66

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ANEIB	Associação de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil
AVIM	Associação de Voluntários para a Integração do Migrante
CAMi	Centro de Apoio ao Migrante
CdM	Casa do Migrante
CDHIC	Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CEM	Centro de Estudos Migratórios
CP	Centro Pastoral
CPM	Centro Pastoral do Migrante
CPMM	Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COMIGRAR	Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
DEEST	Departamento de Estrangeiros (Secretaria Nacional de Justiça)
DST/Aids	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EUA	Estados Unidos da América
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GEMA	Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia
IPUSP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
LabSocial	Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção da USP
LEI	Laboratório de Estudos sobre a Intolerância
MP	Missão Paz
NEPo-Unicamp	Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas
NIEM-RJ	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro
OESP	O Estado de São Paulo
OIM	Organização Internacional das Migrações
ONG	Organização Não Governamental
PM	Pastoral do Migrante
PAL	Presença da América Latina
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SPM	Serviço Pastoral dos Migrantes
SPss	Serviço Psicossocial
SUS	Serviço Único de Saúde
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 O que entender por migração?.....	15
1.1.1 Uma psicologia da migração?.....	17
1.2 Os antecedentes.....	18
1.2.1 De como cheguei até esta pesquisa – relato da psicóloga.....	18
1.2.2 Do Centro Pastoral do Migrante (CPM).....	23
1.2.3 A minha percepção de como eles viam o SPss e a minha função.....	32
2 BREVE PANORAMA DA MIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	38
2.1 A migração no contexto mundial.....	38
2.2 A imigração no Brasil.....	40
2.2.1 Imigrantes hispano-americanos.....	45
3 O MÉTODO	48
3.1 Método seguido para a criação do Serviço Psicossocial.....	48
3.1.1 Os tipos de atendimentos.....	52
3.2 Método seguido no resgate dos atendimentos de 2001 a 2004.....	53
3.2.1 Os participantes.....	53
3.2.2 Decisões tomadas.....	63
3.2.3 Procedimentos.....	66
3.2.4 Considerações éticas.....	68
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	70
4.1 Motivo de migração.....	70
4.1.1 Motivo econômico.....	71
4.1.2 Fugas “não políticas” como motivação.....	72
4.1.3 Motivos familiares e de aproximação familiar.....	74
4.1.4 Sentia-se uma desesperadora impossibilidade emocional e subjetiva de continuar a vida.....	77
4.1.5 Foram trazidos pelos genitores.....	80
4.1.6 Melhorar a vida em geral.....	80
4.1.7 Espírito de aventura e desejo de conhecer o Brasil.....	81
4.1.8 Motivo político.....	82

4.1.9 Por turismo.....	84
4.2 Motivo de Consulta.....	85
4.2.1 Abandono do cônjuge.....	86
4.2.2 Acontecimento decorrente da / associado à migração.....	86
4.2.3 Alcoolismo.....	87
4.2.4 Depressão.....	88
4.2.5. Em crise.....	89
4.2.6 Exílio.....	91
4.2.7 Motivo não esclarecido.....	91
4.2.8 Outro era o motivo verbalizado.....	92
4.2.9 Problemas decorrentes do trabalho.....	92
4.2.10 Problemas de relacionamento nos casais.....	92
4.2.11 Problemas no vínculo com o filho.....	93
4.2.12 Queixavam-se de timidez.....	94
4.2.13 Queixava-se por ser “nervoso”.....	94
4.2.14 Queriam conhecer-se mais.....	94
4.2.15 Queriam entender um episódio das suas vidas.....	95
4.2.16 Queriam recuperar seus filhos.....	96
4.2.17 Queriam ser acolhidos na Casa do Migrante.....	97
4.2.18 Sofriam por crise pós-traumática.....	98
4.2.19 Sofriam por separação.....	99
4.2.20 Solicitavam ajuda para tomar decisões.....	100
4.2.21 Solicitavam ajuda para um familiar.....	101
4.2.22 Solicitavam informações.....	101
4.2.23 Solidão.....	102
4.2.24 Tinha apelo para um trabalho psicoterapêutico de maior tempo.....	102
4.2.25 Tinha um projeto sobre o qual queria falar.....	102
4.2.26 Chegaram “por engano”.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111

1 INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado, *Sul-americanos atendidos no Serviço Psicossocial do Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo* – resgate da memória do atendimento a oitenta e seis imigrantes entre 2001 e 2004, foi orientada pela doutora Maria Luisa Sandoval Schmidt, fazendo parte do projeto “Pesquisa participante e comunidades interpretativas: experimentos de construção de conhecimento compartilhado”, coordenado por ela, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

O trabalho resgata a experiência da pesquisadora como psicóloga fundadora de um serviço psicológico e sua posição particular de imigrante sul-americana. Aspecto relevante, considerando, em primeiro lugar, que a imigração sul-americana continua presente no Brasil de hoje, tendo a cidade de São Paulo a preferência desses novos imigrantes, e em segundo, que o Serviço Psicossocial (SPss) foi criado no interior da primeira instituição a atender a população sul-americana na cidade de São Paulo: o Centro Pastoral do Migrante (CPM) da Pastoral Latino-americana do Migrante, experiência que se manteve ao longo de mais de 11 anos.

A tese centra-se em conhecer as *motivações para migrar* e os *motivos de consulta* ao Serviço Psicossocial que esses imigrantes hispano-americanos tiveram. Foram mais de 350 pessoas sul-americanas atendidas, algumas delas repetidas vezes. Por ser o serviço voluntário e o atendimento realizado somente por uma pessoa, não houvera antes tempo para ler com o devido cuidado o abundante material de trabalho manuscrito. Fazer a reflexão crítica dessa experiência e aproveitá-la no que ela tem a dizer, pensou-se, possibilitaria produzir um conhecimento para a profissional, para a equipe do atual Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM)¹, para outros agentes e instituições que trabalham com este público, qualificando o seu serviço, para a comunidade sul-americana em particular, para a academia e para o campo de Estudos da Migração.

¹ Nome dado ao CP a partir de fins de 2011 (outubro ou novembro), porém formalmente desde fevereiro de 2012. Com esse nome, queriam salientar o trabalho realizado pelo Programa de Mediação para contribuir com a inserção dos migrantes na cidade, aspecto focalizado como projeto da Missão Paz, a partir de outubro de 2011.

A tese está estruturada em cinco capítulos: No capítulo 1 (“Introdução”) se faz um relato dos antecedentes de como se chegou até a pesquisa, do Centro Pastoral do Migrante² e da percepção da pesquisadora em relação a como a instituição via a função do Serviço Psicossocial.

O capítulo 2 (“Breve panorama da migração na cidade de São Paulo”) faz em princípio uma menção à migração no contexto mundial, para depois tratar da imigração no Brasil e, dentro deste contexto, referir-se à imigração hispano-americana.

O capítulo 3 (“O método”) tem duas partes. A primeira trata do método usado para a implantação do serviço e a segunda do método usado para a realização desta tese, focada nos atendimentos aos usuários dos quatro primeiros anos, de 2001 a 2004.

O capítulo 4 (“Análise dos resultados”) apresenta os resultados em relação aos motivos de migração e motivos de consulta com algumas reflexões.

O capítulo 5 (“Considerações finais”) é um breve fechamento.

1.1 O que entender por migração?

Trazemos a definição do psicanalista e sociólogo argelino Abdelmalek Sayad, colaborador de Pierre Bourdieu, porque, embora fale de imigração, ela ajuda a compreender a complexidade do fato social completo que a migração é, como toda problemática social sobre a qual nos debruçarmos:

... a imigração é um “fato social completo”, única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica... todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro entre inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social, e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (...), linguística e sociolinguística, ciência política, etc. Por certo, a imigração é em primeiro lugar um deslocamento no espaço físico... Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente... etc. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998, p. 15).

² Usa-se o nome que a instituição tinha à época que o Serviço Psicossocial começou. Atualmente a instituição chama-se Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz, e o Centro Pastoral, CP de Mediação do Migrante.

Então, a migração não pode ser conhecida nem estudada pelo viés de uma só ciência, pois é um campo interdisciplinar e um chamado – diríamos – à construção de uma transdisciplinaridade.

Seguem algumas definições que configuram este campo conceitual:

Migração: um fenômeno social de caráter geopolítico que consiste no deslocamento de pessoas (individualmente, em grupos familiares, entre outros) de um local para outro, tanto no interior dos limites nacionais, como além-fronteiras. Como disse Sayad, este deslocamento físico implica outros. Não é um fenômeno novo, mas talvez seja um dos característicos desta época;

Emigrantes: as pessoas que saem de um país, sociedade, cultura;

Imigrantes: as pessoas que entram em um país, sociedade, cultura;

Retornados: as pessoas que voltam para o país, sociedade, cultura dos quais saíram;

Migrantes: termo usado para se referir a todos os casos anteriores e aos que realizam estes deslocamentos dentro do próprio país (migrantes internos ou nacionais);

Migrantes *transfronterizos*: são pessoas que, por razão do seu domicílio de residência ou por razões de trabalho, constantemente estão atravessando a fronteira entre países vizinhos, organizando seu *modus vivendi* neles e criando uma cultura que aponta para a transnacionalidade (VALCUENDE, 1998, apud LUCENA, 2012, p. 11³).

Podemos falar ainda de dois tipos de migrantes, segundo a “escolha da decisão de migrar”:

1. Migrantes que migram por vontade própria;
2. Migrantes forçados.

Em relação aos últimos, podemos considerar as seguintes especificidades:

a) Exilada é a pessoa obrigada a sair de seu país porque sofre de perseguição por motivos de caráter político, social, religioso, étnico, sexual, ou “devido a uma grave e generalizada violação de direitos humanos” (SANTOS, 2005, p. 155);

b) Os desterritorializados são migrantes que perderam suas terras por causa de guerras, invasões, desastres naturais, penetração de empresas do agronegócio. O caso mais exemplar entre os hispano-americanos é o dos *desplazados* colombianos (OLIVEIRA, 2006⁴; 2010);

³ VALCUENDE, J. M. Fronteras, territorios e identificaciones colectivas. Sevilla: Fundación Blas Infante, 1998. In: LUCENA, C. *Fluxos migratórios, gênero e cidadania transnacional*. São Paulo: Mimeo, 2012, p. 11.

⁴ A autora, como se pensava na época dentro do campo de estudos, usava o termo em espanhol por considerar que esse caso era único. No entanto, os pesquisadores da migração nacional já haviam feito referência aos muitos camponeses forçados a migrar por causa do agronegócio, seja pela remoção violenta deles, ou corte/desvio da provisão de água e compra compulsória das suas terras.

c) Os asilados solicitam acolhida e proteção a uma embaixada ou consulado estrangeiro em seu próprio país, tornando-se candidatos a receberem refúgio no país a que foi feita a solicitação;

d) Os refugiados são os exilados que solicitaram acolhimento e proteção no país de imigração, e foram aceitos.

Mas também podemos falar de dois tipos de migração, segundo o tempo de permanência no local para o qual se migra:

1. Migração de destino, na qual o local de chegada constitui, ou acaba por constituir, o *destino final* do migrante;

2. Migração cíclica, ou recorrente, que conformará o *ciclo migratório* dessa pessoa. A pessoa migrante apresenta repetidos episódios de migração em certo período de tempo. Este tipo de migração parece ser mais frequente atualmente, conseqüentemente à fragilidade do trabalho e à fragilidade dos vínculos. Também podemos considerar dois tipos dentro desta categoria:

a) Migração pendular, ou ioiô, quando se parte e se regressa ao local de partida sucessivas vezes;

b) Migração itinerante, quando o ponto de chegada se converte no local de partida para outro lugar.

Essas categorias não são estanques, pelo contrário, uma pode tornar-se outra, segundo o processo e percurso migratório da pessoa em questão. Por exemplo, a itinerância pode significar uma migração por etapas, na qual a pessoa migrante se dá a possibilidade (ou ela não tem alternativa senão esta) de testar destinos intermediários. Já observamos isso ao tratarmos de imigrantes e solicitantes de refúgio.

1.1.1 Uma psicologia da migração?

Apesar de não haver referência específica com este nome no Brasil⁵, entende-se por psicologia da migração a grande área temática que agrupa todos os estudos na interface psicologia e migração. É a aproximação compreensiva, feita sobre a base dos estudos de

⁵ Na língua inglesa, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá, pode-se encontrar “Psychology of Immigration” (BERRY, 2002).

diversos psicólogos de variadas abordagens teórico-metodológicas que atuam no campo da migração. Ainda sem uma organização clara, por carecer de um *corpus* bem definido, ilumina os comos e os porquês os migrantes sentem, atuam e tomam decisões nos seus projetos de vida em diversos contextos sociais, e as decorrências psíquicas do processo migratório nas vidas deles e nas dos seus grupos de referência (família, amigos, etc.). Ela se inseriu no amplo campo dos Estudos da Migração de forma mais recente que outras abordagens teóricas (História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Economia, Demografia, Direito, por exemplo).

Uma característica genérica, porém importante de se destacar, é que a abordagem da psicologia da migração tende a ser fenomênica e situacional, focalizando o fenômeno da migração na forma como se apresenta no aqui e agora, no/na migrante, numa situação específica, contextualizada. Esta ênfase, porém, parece ser menor no caso da psicanálise.

1.2 Os antecedentes

1.2.1 De como cheguei até esta pesquisa – relato da psicóloga

É preciso dizer que um *Serviço de Aconselhamento Psicológico* é mais que um programa, um local, uma divisão burocrática. Tal como um ser humano, ele tem uma história que imprime em seu semblante, vive experiências que determinam seus caminhos e oculta intrigantes segredos. (...) Isto porque somos uma espécie que recria, na consciência e no verbal, o que lembra (ROSENBERG, 1987, p. 1).

A escrita organiza, ajuda a evocar eventos e pessoas; registra uma historicidade. É capaz de nos tirar do presente, devolver-nos, progressivamente, ao passado, e até espreitar o futuro.

Nasci em Lima, Peru, a dez minutos do mar. A figura do mar está sempre presente em mim, seja como pensamento, rememoração, fantasia ou evocação saudosa, agora que não o tenho a dez minutos.

No geral, tive uma infância feliz, graças ao amor e generosidade dos meus pais; felicidade apenas interrompida por alguns acidentes. Tornei-me uma adolescente mais introspectiva. Cheguei a jovem rebelde e lutadora; época prazerosa. Permaneci no aconchego da família por longo tempo, passada a época em que, como boa parte dos jovens, desejei sair de casa.

Profissionalmente, formada psicóloga, apontava para uma atuação na comunidade, e com esse objetivo interessavam-me as abordagens grupais⁶ e também as que integravam o corpo⁷. Por quatro anos, trabalhei em projetos de desenvolvimento comunitário em ONGs peruanas, fundamentalmente dirigidas a mulheres e crianças.

Vim a São Paulo, Brasil, no dia 1º de março de 1990, mais ou menos um ano após uma tentativa frustrada de candidatar-me ao grupo de voluntários das Nações Unidas para Ruanda.

A princípio, cheguei para uma temporada de dois ou três anos, atraída pelo verde do país e pela aparente facilidade que têm os brasileiros de gozar a vida⁸, em comparação à maioria de nós, outros sul-americanos. Isso porque eu vivenciava um luto pela morte de um amigo e pensei que esta “mudança de ar” faria bem a mim. Considero esse momento o início da minha vida adulta.

Difícil início: perda de referenciais significativos, a construção da vida em dois mundos, reestruturação, avanços lentos e retrocessos na inserção à vida do país: social, cultural, profissional, jurídica, econômica⁹. Contudo, importantes ganhos: maior consciência da alteridade e sensibilidade intercultural, a construção de uma família, consciência de liminaridade.

Desta forma, tornar-me imigrante foi de tal magnitude (da qual eu, como a maioria dos migrantes, não tinha a mínima ideia) que empreendi a tarefa de criar uma ponte entre o que fui e o que sou, entre o que deixei e o que encontro, entre o Peru e o Brasil, entre passado e presente. Empreitada que também mostrou fazer sentido na vida profissional, ajudando outras pessoas a construírem suas próprias pontes¹⁰.

Isso não aconteceu “naturalmente”; foi uma decisão a que cheguei em 1998, quando refletia sobre minha escolha de viver no Brasil e assumi-lo como uma segunda pátria, e não como uma viagem temporária. Processo que teve a ajuda do conselho de um colega da Escola de

⁶ Fiz uma especialização em Terapia de Famílias e trabalhei como terapeuta familiar por um ano. Aprofundei-me também nos grupos de autoconsciência, tanto da perspectiva da Pedagogia da Libertação de Paulo Freire como do Feminismo.

⁷ Durante o XVII Congresso Interamericano de Psicologia, realizado em Lima em 1979, conheci um casal de psicólogos alemães que usavam a técnica de Rudolf von Laban, num trabalho ao qual eles chamavam de Dança Terapia e no qual fiquei muito interessada. Na busca dessa formação, e confirmando a ausência dela na minha cidade, fiz estudos de Biodanza.

⁸ Impressão construída por algumas viagens curtas a este país e pelas imagens veiculadas por pessoas e pela mídia.

⁹ Minha escrita em português reflete bem este processo; nela os “dois mundos” estão presentes. Escrever “bem” o português tornou-se um desafio desde que voltei para a universidade em 2001. Antes, usava espanhol e inglês no trabalho, e português coloquial e espanhol nos restantes âmbitos da vida.

¹⁰ Não por acaso, o quinto projeto de atendimento psicológico a migrantes nesta cidade do qual tenho conhecimento chama-se “Ponte”: <www.projetoportunidades.blogspot.com.br>.

Biodanza¹¹, Alberto Rutman, ao conversarmos sobre qual grupo populacional escolher para realizar nossas pesquisas para a monografia de titulação.

Esta escolha tentava aproveitar a própria bagagem vivencial, supondo que o meu lugar social e posição existencial me permitiriam melhor compreender outros semelhantes. Mesmo que não colocado explicitamente, este aspecto parece estar presente na maioria dos primeiros pesquisadores do campo, que teve a experiência da migração em qualquer das suas formas (imigrantes, descendentes de imigrantes, retornados), como bem observou Carignato (2002, p. 7).

O primeiro trabalho foi uma pesquisa de intervenção realizada entre os anos 1998 e 1999, na qual observava o processo de um grupo de migrantes ao longo de 20 sessões de Biodanza. Além de confirmar os efeitos positivos no bem-estar das pessoas participantes, em termos de mais alegria, energia, consciência da própria situação e estímulo a tomar decisões proteladas, ajudou-me a ver que o campo da migração era muito mais amplo e complexo do que eu havia imaginado. E também a criar, com os participantes, laços de confiança e até de amizade. Tudo isso, portanto, constituiu um estímulo para continuar na área.

Foi com o objetivo de divulgar esse primeiro trabalho que me aproximei da então chamada Pastoral Latino-Americana do Migrante¹², em 1998, por indicação da então vice-consulesa do Peru, Miluska Cáceres. Como fruto dessa aproximação, comecei a participar dela nas Missas Latino-americanas¹³ como mais uma imigrante, mas já considerando e oferecendo a realização de um projeto de atendimento psicológico.

Esse oferecimento estava relacionado com meu conhecimento, direto e vivencial e também indireto (por meio da experiência das seis pessoas migrantes com as quais estava trabalhando e outras com as quais tinha conversado), da inexistência de atendimento psicológico especializado para pessoas migrantes no serviço público ou outros de acesso livre e gratuito.

Embora eu visse isso como necessidade, assim não parecia para o padre que era o coordenador da Pastoral no momento¹⁴. Foi somente com o advento de um novo coordenador,

¹¹ O nome deste sistema de desenvolvimento humano, como eles gostam de considerar, é em espanhol, porque o criador, um psicólogo chileno (Rolando Toro), o patenteou como uma marca.

¹² A Igreja Católica chama de “Pastoral” a cada um dos seus projetos de atuação social em diversas áreas. Falei dela mais amplamente depois.

¹³ Nome da missa celebrada em espanhol no último domingo do mês, dirigida principalmente aos imigrantes hispanofalantes (da Bolívia, do Chile, do Paraguai, do Peru, comunidades organizadas nessa pastoral e, eventualmente, de outros países), à qual também assistem alguns brasileiros.

¹⁴ Quem representava a postura da congregação a respeito da Psicologia e dos profissionais psicólogos no campo da Migração: não teriam nada a aportar, já que “a Migração era um fenômeno social principalmente econômico e do aspecto ‘espiritual’ cuidavam eles”.

o então padre Luiz Bassegio, que o projeto do Serviço Psicossocial (SPss) foi aceito em 2001. Assim, o projeto, apresentado em 19 de julho de 2001 e iniciado em 7 de agosto de 2001, propôs-se ser um serviço de voluntariado (na sua iniciativa e no caráter não remunerado) com a periodicidade de uma tarde por semana, caráter que manteve até janeiro de 2013.

A denominação do serviço de “Psicossocial” tentava dar ênfase ao contexto social no qual cada história pessoal e familiar destes migrantes estava inserida, bem como à particular situação deles serem migrantes, pela problemática que esta situação implicava. Esta forma de focalizá-los tentou salientar a dinâmica que se dava entre eles e o contexto, tomando-os como sujeitos ocupantes de lugares sociais particulares.

Inicialmente, esse projeto seguiu uma abordagem originada da psicologia da migração¹⁵ e focalizou principalmente os imigrantes recém-chegados, tentando ajudá-los em sua inserção social. Processo este entendido como estruturação pessoal no jogo entre a pessoa e o meio, que implica uma série de respostas em diversos níveis e frente a diversos aspectos e assume características diferentes conforme se trate de imigrantes recentes ou imigrantes antigos.

No seu planejamento, esse serviço foi pensado para o público imigrante. Mas desde a segunda semana de aplicação foi estendido aos migrantes nacionais albergados na Associação de Voluntários para a Integração do Migrante (AVIM)¹⁶, pois a primeira pessoa a demandar atendimento foi um deles. Desta forma, o serviço passou a oferecer acompanhamento psicológico entendido como escuta, diálogo, orientação intercultural e psicoterapia breve (estas duas últimas quando necessário) a pessoas individuais, casais e famílias imigrantes sul-americanas na sua maioria, mas também às pessoas albergadas na Casa do Migrante (CdM)¹⁷, migrantes nacionais, imigrantes sul-americanos, africanos falantes de espanhol, português ou inglês e, eventualmente, pessoas de outra nacionalidade que falassem essas línguas¹⁸. Contudo, o encaminhamento destes migrantes albergados diminuiu bastante a partir de 2006, em consequência da parceria dessa instituição, por meio da nova assistente social, com equipes de pesquisa coordenadas pelas doutoras Miriam Debieux Rosa e Taeco Toma Carignato¹⁹.

¹⁵ Em termos muito gerais, direi aqui que a *Psicologia da Migração* é a grande área temática que agrupa todos os estudos na interface *Psicologia e Migração*. Falarei dela mais amplamente depois.

¹⁶ Albergue que também compunha o conjunto chamado de Pastoral do Migrante de São Paulo, apesar das suas ações não estarem integradas às do Centro Pastoral.

¹⁷ Ex-AVIM. Deter-me-ei nesta explicação num próximo momento também.

¹⁸ Restrição imposta por essas serem as línguas nas quais me comunicava, que também estava presente na própria Casa do Migrante.

¹⁹ Primeiro a partir do Laboratório *Psicanálise e Sociedade* do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), e depois de “Migração, Cultura e Subjetividade” do Núcleo Psicanálise e Sociedade do programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aos quais estas acadêmicas estavam ligadas.

O público do Serviço Psicossocial na faixa temporal analisada, entre os anos de 2001 e 2004, guardava as mesmas características do público usuário de outros serviços no Centro Pastoral. No tocante ao sexo, a maioria era de homens (64%), diante de 36% de mulheres; quanto à idade, 52% estavam na faixa entre 20 e 39 anos; em relação aos países de origem, as presenças mais numerosas eram de pessoas vindas da Bolívia (51%), do Peru (26%) e do Chile (13%); no referente à situação documentária dessas pessoas, 49% estavam irregulares perante a lei brasileira, não se obteve informação de 36%, e 15% estavam regularizadas; a respeito da ocupação, quase 27% informaram ser costureiros, 24% “desempregados”, 14% tiveram ocupações diversas; no concernente ao tempo de migração, 30% tinham entre um mês e um ano no país, 19% entre um e cinco anos, 17% entre cinco e dez anos, 15% mais de dez anos, 12% até um mês e estavam focalizados no trabalho como forma de sobrevivência.²⁰

Importa citar dois aspectos importantes em relação ao Projeto do Serviço Psicossocial.

Primeiro, não o visualizei como uma prática profissional pessoal. Ciente de que com ele pretendia contribuir na transformação social e humana de pessoas concretas com a ferramenta profissional da Psicologia, sabia que sua execução demandaria mais pessoas atuantes e pensantes. Tão logo a possibilidade de iniciar esteve próxima, convidei duas colegas psicólogas e peruanas para compor uma equipe. Infelizmente, nenhuma delas aceitou, por se tratar de voluntariado não remunerado²¹. Essa questão limitou a participação de outros profissionais. Só anos depois, vieram a se apresentar voluntários: em 2006 ou 2007, Eliane, religiosa recém-formada em Psicologia na PUC, que dizia ter experiência com migrantes nacionais, crianças e adolescentes²², e não foi aceita pelo coordenador do CPM²³, e no início de 2008, Araceli Osco, aluna boliviana do penúltimo ano da graduação em Psicologia, que foi aceita pelo padre coordenador e estagiou durante três meses.

Segundo, a criação do SPss não teve outra finalidade que a de ser um serviço de atendimento psicossocial para um público específico. A possibilidade de levar o assunto a uma seleção de pós-graduação para o mestrado no Programa de Psicologia Social do Instituto de

²⁰ Uma melhor descrição do universo estudado pode ser vista na parte de Participantes, no capítulo 3 sobre o Método.

²¹ Escolhas em relação às quais eu também considerei importante ter vivenciado a *migração*, mas vi depois que esse quesito não bastava. Ter procurado entre outras profissionais psicólogas e imigrantes que pudessem se permitir um trabalho voluntário; ou procurar entre outros profissionais interessados no campo talvez tivesse dado melhor resultado. No entanto, o desânimo mostrado por elas me desanimou também a continuar nessa busca. Este é um exemplo do tipo de limitações que um projeto iniciado por uma só pessoa tem.

²² Era justamente a necessidade do serviço, pois fora das famílias, minha prática estava dirigida aos adultos.

²³ Negativa que parecia estar relacionada ao fato dessa religiosa pertencer a uma congregação não Scalabriniana.

Psicologia da USP foi cogitada no fim do ano de 2003, mas o projeto foi descartado poucos meses depois, ao não ser aceito pela orientadora.

O projeto desenvolvido como dissertação de mestrado nesse mesmo programa foi: *A vivência imigratória de um grupo de hispano-americanos do Sul, residentes na cidade de São Paulo* (YOUNG, 2007a), orientado pela doutora Sylvia Duarte Dantas DeBiaggi. Essa pesquisa serviu, além das finalidades formais da sua criação, para continuar a ampliar minha reflexão e conhecimento sobre os/as migrantes e os seus processos, “de dentro, e de fora”²⁴, principalmente no estágio de chegada; para valorizar o dispositivo grupal como espaço de confronto e aceitação da alteridade e suporte emocional dos seus membros; para compreender melhor as dificuldades de coordenar um grupo com o qual se compartilham situações semelhantes; para iniciar relações de confiança com alguns dos seus participantes que perduram ao longo do tempo; e para permitir que as realidades migratórias e as pessoas que as vivenciam sejam mais conhecidas por outros públicos.

Finalmente, o presente projeto de tese de doutorado, *Sul-americanos atendidos no Serviço Psicossocial do Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo*, constitui um recorte do projeto geral, anteriormente narrado, e centra-se na população majoritária desse CP nesses anos: os sul-americanos, população mais conhecida, vivencial e teoricamente (desde os estudos anteriores), por mim.

1.2.2 Do Centro Pastoral do Migrante (CPM)

Quando em 1998 fui à busca da instituição que congregava uma parte importante dos imigrantes sul-americanos chegados a São Paulo, o nome pelo qual o próprio público imigrante que participava dela a chamava e conhecia era Pastoral (Católica) Latino-americana do Migrante. Na verdade, tratava-se da denominação de uma ação realizada principalmente em um local sediado na Rua do Glicério, 225, no bairro da Liberdade, no primeiro andar dos salões paroquiais da Igreja Nossa Senhora da Paz, no centro da cidade de São Paulo. Essa pastoral era um dos projetos de ação social da Igreja Católica, aquele dedicado aos migrantes. Dornelas

²⁴ Expressão que alude a dois tipos de conhecimento, um mais profundo do que o outro. E que constituía a convicção do grupo participante de que a vivência num albergue era algo especial, difícil de compreender por quem não a viveu.

expressa: “Dada a amplitude política que a questão da migração tem tomado, extrapolando as fronteiras territoriais de todos os tipos, a Igreja se sentiu chamada a uma inserção social e política crescente em favor dos migrantes” (DORNELAS, 2007).

No interior da hierarquia máxima da grande instituição Igreja Católica do Brasil e muito especialmente a partir de sua criação formal (28 de junho de 1988), a Pastoral do Migrante, como genericamente era chamada até alguns anos atrás²⁵, esteve a cargo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como todas as outras Pastorais (Afro-brasileira, dos Brasileiros no Exterior, da Criança, Carcerária, das DST/Aids, Familiar, da Juventude, do Menor, da Mobilidade Humana, dos Marítimos, da Mulher Marginalizada, Nômade, Operária, dos Pescadores, da Pessoa Idosa, do Povo da Rua, da Terra, da Sobriedade, Presbiteral, Vocacional, Urbana²⁶). Sua ação se orientava aos migrantes e itinerantes e, durante muito tempo, a Congregação de Missionários de São Carlos (Scalabrinianos) trabalhou diretamente com eles, ganhando por isso uma posição de destaque no panorama nacional e internacional no campo de instituições que trabalham com migrantes.

Cabe informar que o objetivo fundador da Congregação de Missionários de São Carlos (Scalabrinianos) foi o de acompanhar os emigrantes italianos no seu êxodo aos Estados Unidos da América, e daí em diante estendeu essa missão aos migrantes de outras nacionalidades. Sua presença em São Paulo data de 1935, quando a congregação, por meio do padre Milani, decidiu acompanhar os imigrantes italianos chegados à cidade. Este objetivo logrou-se cinco anos depois com a construção de O Centro da Paz, na Igreja Nossa Senhora da Paz (o local da matriz até hoje, porém numa construção provisória, segundo acrescenta Geremia, 2007). Posteriormente, em 1960, o trabalho foi estendido para migrantes de todas as nacionalidades. Primeiro, para os migrantes nacionais vindos do Nordeste, depois, para os coreanos, e anos após, para outros fluxos de imigrantes, como os sul-americanos (COSTA, G., 2005).

Segundo relata o padre Giovanni Simonetto, foi entre 1969 e 1971 que o Capítulo Geral Especial da Constituição dessa congregação se “atualizou abrindo-se a todas as migrações,

²⁵ Dado que sua ação não se limitava aos migrantes da região latino-americana, mas também a outros, como foi antes de 1988, e depois.

²⁶ Posso ter me esquecido de alguma, da qual não consegui ter informação, pois a divulgação da existência (ou desativação) das mesmas fica mais ou menos restrita ao público-alvo para o qual se destinam, e/ou, segundo pode ser interpretado no dizer de Dornelas e Nasser, a respeito da Pastoral Urbana, dos próprios agentes que postularam e mediarão sua criação (DORNELAS, S. Trajetória do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM). In: DORNELAS, S.; NASSER, A. C. A. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios & Edições Loyola, 2008. p. 297-328).

dando preferência àqueles migrantes que sofrem mais”. Porém, essa abertura já tinha dado seus primeiros sinais em 1963 (SIMONETTO, 2005, p. 45).

Como Dornelas e Nasser esclarecem, a função de Pastoral Migratória (em São Paulo) era também exercida pelo Serviço Pastoral do Migrante (SPM) (DORNELAS; NASSER, 2008). No entanto, a atuação dessa instituição se assemelhava, aos olhos de imigrantes como eu (profissional sul-americana que realizava uma função voluntária semanal e ocasionalmente participava da missa do fim do mês), a uma articulação política em nível nacional e internacional sem muito contato direto conosco, público imigrante de São Paulo, a não ser através dos eventos que esse serviço organizava, como a Semana do Migrante, Seminários sobre Migração, entre outros. Essa ação parecia estar mais vinculada aos migrantes internos/nacionais organizados e às lideranças da Pastoral Latino-americana do Migrante.

Então, “Pastoral”, para nós, sul-americanos, participantes da Nossa Senhora da Paz, era o trabalho ali realizado. Com esse nome a conhecemos, assim a chamávamos, como bem lembra Roque Patuzzi, ex-coordenador dela: “O Centro Pastoral dos Migrantes sempre era conhecido e chamado por eles simplesmente ‘Pastoral’” (PATUZZI, 2007, p. 28). Com ligeiras variações era também assim chamada por dirigentes, agentes e funcionários (“Pastoral do Migrante Latino-americano”, SILVA, S., 1997; “Pastoral do Migrante”, SILVA, E., 2009; DORNELAS e NASSER, 2008). Todavia, isso mudou de forma gradual e pouco percebida pela maioria da comunidade imigrante diante de novos eventos e rearranjos, tanto na Pastoral do Migrante, na Congregação de Missionários de São Carlos, quanto na CNBB. Exemplo desses novos arranjos foi a criação da Pastoral da Mobilidade Humana em dezembro de 2003 “por ocasião da elaboração do 17º Plano Pastoral Bial, para os anos 2004/2005” (MILESI e SCHIAVON, 2006, p. 2), e que viria a englobar as funções de que se ocupava a Pastoral Migratória, além de outras²⁷. Com isso, parecia acontecer algo como um sutil desinvestimento da liderança da Congregação Scalabriniana.

Nesse clima e em 2006, as lideranças da “Paz” manifestaram a necessidade de criar um Grupo de Reflexão que, dentre outras coisas, discutisse limitações e possibilidades, definisse a especificidade e amplitude do seu trabalho nos diversos projetos de ação ali realizados e

²⁷ Formalmente: “Pastoral dos Migrantes e Itinerantes”, a qual foi atribuída a incumbência do estudo e a dinamização da pastoral para “as pessoas em movimento: migrantes, exilados, refugiados, deslocados, pescadores e marítimos, aeronavegantes, os que trabalham com os transportes terrestres e nos parques de diversões, nômades, circenses, peregrinos e turistas. Enfim, para todos aqueles grupos de pessoas que, por diferentes formas, estão envolvidas no fenômeno da mobilidade humana, como os estudantes estrangeiros, os trabalhadores e os técnicos, que, em função do tipo de trabalho ou para pesquisas científicas a nível internacional, devem transferir-se de um país para outro” (MILESI; SCHIAVON, op. cit., 2).

também os articulasse com a ação da Missão Scalabriniana da (Igreja) Nossa Senhora da Paz. Como consequência dessas reflexões, o trabalho passou a ser denominado Projeto Paz.

Os projetos eram:

(1) O Centro Pastoral do Migrante (CPM), que dava acolhida, assessoria e orientação social, espiritual e psicológica, as duas primeiras desde 1977 e a terceira, por meio do Serviço Psicossocial, desde 2001.

(2) A Casa do Migrante (CdM), antes denominada AVIM²⁸, com uma estrutura diferente. Primeiro foi uma associação, depois uma organização não governamental (ONG) a cargo dos padres scalabrinianos em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Cáritas²⁹. O objetivo não mudara, porém, desde 1977: dar acolhida e hospitalidade (habitação temporária e refeições diárias) aos migrantes sem alojamento. Também era parecida a estrutura, formada por uma assistente social-coordenadora e “agentes educacionais” e que contava com o trabalho de voluntários diversos, inclusive meu trabalho de grupo semanal (de 2001 a 2007)³⁰.

(3) O Centro de Estudos Migratórios (CEM), primeiro projeto a ser criado formalmente (1969): biblioteca, centro de documentação, grupo de estudo e pesquisa.

A oportunidade do grupo de reflexão foi consoante à contratação de uma equipe de assessores da LabSocial³¹, em parceria com o Instituto C&A (BOMFIM, 2010), como consequência de um Termo de Ajuste de Conduta que a C&A assinou em 2006, por trabalhar com oficinas de costura fornecedoras que se utilizavam de mão de obra em condições análogas ao trabalho escravo³². Essa empresa foi contratada para ajudar na “sistematização da ação social

²⁸ Mudança que aconteceu entre o início de fevereiro e a terceira semana de março de 2003, pelas notas sobre as pessoas usuárias do serviço encaminhadas por essa instituição.

²⁹ Instituição da Igreja Católica que acolhe os refugiados.

³⁰ Na estrutura anterior a 2006 havia um diretor, além da assistente social que dele dependia. A função do diretor era a de administrar, podendo incluir cuidar das contas, como aconteceu com o último diretor antes dessa reforma (depois se contratou um contador, que permanece até os dias de hoje). O nome de “agente educacional” talvez destacasse o aspecto “educacional” que os funcionários tinham na realização das mais diversas funções (zelar a portaria, cozinhar, fazer faxina, etc.). O trabalho grupal que realizei se chamava a *Roda do Bate Papo*. Importante mencionar também que, desde 2005, a equipe voluntária de psicólogos era coordenada pela Dra. Miriam Debieux, e foi iniciada pelo projeto de Pós-Doutorado da Dra. Taeco Carignato, em um programa de Extensão Universitária junto ao Programa de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP.

³¹ Essa equipe foi constituída por uma mestre em Psicologia Social, coordenadora, uma historiadora e uma comunicadora social, além de uma equipe encarregada do registro audiovisual das histórias de vida, do desenho do sítio na Internet, e do programa digital de registro. Outras informações disponíveis em: <<http://www.interpsic.com.br/perfil/parceiros/labsocial-main.html>> (acesso em 30 jan. 2014).

³² THENÓRIO, Iberê. *Carta Maior*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/MPT-alerta-para-trabalho-escravo-em-fornecedores-da-CeA/5/10604>> (acesso em 28 jan. 2014). Aparentemente, a empresa se comprometeria a ressarcir o dano cometido, e diante da ausência de organização desses costureiros imigrantes (a maioria de nacionalidade boliviana), o Projeto Paz, como lutador pela causa dos imigrantes, recebeu a compensação. O Instituto C&A, empresa encarregada de “Responsabilidade Social” criada pela originária C&A, fiscalizou a utilização do dinheiro.

da PM, especialmente o serviço de acolhida e inserção de imigrantes latino-americanos”. O trabalho se realizou de janeiro de 2008 a fevereiro de 2009. O relatório, assinado por Leila Bomfim, coordenadora responsável pela LabSocial, tem por título “Sistematização da Memória da Pastoral dos Migrantes da Missão Scalabriniana da Nossa Senhora da Paz” (BOMFIM, op. cit., 4, 5). Foram propostos dois objetivos:

- (1) Recuperar a produção documental do CPM desde sua criação e a organização do acervo do Centro de Estudos Migratórios (CEM), a fim de sistematizar materiais que possam ser utilizados para a disseminação pública das ações realizadas³³, bem como seus resultados alcançados, e
- (2) Elaborar uma análise que possa servir de subsídio para o planejamento estratégico de futuras ações do CPM nas suas várias linhas de atuação (BOMFIM, op. cit., 4).

Tentaram alcançá-los com um tratamento arquivístico do acervo bibliográfico, iconográfico e administrativo do CEM, bem como dos outros núcleos da Missão Scalabriniana (da Igreja) Nossa Senhora da Paz³⁴, e das histórias de vida de “imigrantes acolhidos e orientados pela CdM, pelo CPM, padres coordenadores das atividades, funcionários e agentes militantes que, com seu trabalho, engajamento e participação, tornaram possível a realização dos trabalhos da Pastoral”. Com isso, no dizer de Bomfim, “foi possível registrar uma história que não está escrita nos documentos” (BOMFIM, op. cit., 4).

Nessa ocasião, fui convidada a algumas reuniões de discussão dessa intervenção e a dar uma entrevista gravada e filmada em vídeo para contar minha história de vida até chegar ao Centro Pastoral, fazendo parte do mencionado projeto teórico-metodológico (BOMFIM, op. cit., 2)³⁵.

Como fruto dessa participação, podemos dizer que o fato de o atendimento e a orientação psicológica aos migrantes pelo Serviço Psicossocial serem um serviço voluntário surpreendeu muito a equipe de consultoras, as quais recomendaram rever e solucionar esse aspecto³⁶. Isto não aparece no relatório da sistematização, que foi distribuído entre a equipe do CPM no fim de 2011 (um ano após o ano da edição).

³³ Grifo meu. A “disseminação pública das ações alcançadas” foi apontada como uma necessidade por parte das consultoras, dado o amplo trabalho pouco conhecido pelo público paulistano e brasileiro em geral e que era assunto de atenção havia muito tempo dos dirigentes da instituição (PM, Projeto Paz, MP). Investia-se em “comunicadores” que desenhassem sítios institucionais (*web designers*), fizessem artigos jornalísticos para publicar neles, ou criassem vídeos e, posteriormente, também em programadores de sistemas de registro eletrônico digital.

³⁴ Nome que, segundo Dirceu Cutti em “De um conjunto de trabalhos a um trabalho de conjunto”, passou a ser adotado a partir de fevereiro de 2007 (BOMFIM, op. cit., 59).

³⁵ Como motivo deste trabalho, no ano de 2012 quis ver os vídeos produzidos com essas entrevistas e perguntei por eles aos dirigentes do CEM. Porém, disseram-me que não sabiam onde estava esse material.

³⁶ Tema que talvez tenha pesado para que eu não fosse convidada a participar das reuniões posteriores que fizeram parte dessa intervenção.

Outro aspecto em que minha memória discorda do relatório em questão é a menção sobre quando mudaram as denominações. Especificamente, diz-se que o Projeto Paz passou a denominar-se Missão Paz (Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz) em fevereiro de 2007 e que nascera em 1996 com o propósito de uma reunião sobre os destinos da AVIM, da qual participaram líderes dos três projetos de ação scalabrinianos (BOMFIM, op. cit., 59). Estando presente regularmente (11 meses por ano) toda semana, desde agosto de 2001, o que posso dizer a respeito do nome Missão Paz (MP) é que só foi inicialmente utilizado no fim de 2011, quando da contratação de uma nova funcionária com a missão de reorganizar, junto aos líderes do Projeto Paz, o trabalho social ali realizado (dando continuidade à sistematização iniciada antes). No entanto, o uso amplo e geral desse nome pela equipe da MP só aconteceu a partir de fevereiro de 2012.

Essa mudança de nomes importa por três razões: (1) permite ver como a comunicação se dava por “camadas/níveis”, ou seja, os líderes, além de possuir o poder de decidir, possuíam um conhecimento que não socializavam ou conseguiam socializar com os outros membros da instituição; (2) expressa também um funcionamento institucional hierárquico que reproduz a pirâmide social, correspondendo a uns poucos o poder e conhecimento que os muitos da base não possuíam³⁷; e (3) essa carência de conhecimento a respeito de como se chama, o que é, qual é a equipe da instituição da qual “faço parte” como militante, simpatizante e “comunidade”, era gritante nos sul-americanos participantes, que constituíam a maioria dos “seguidores” da PM e do Projeto Paz entre 2001 e 2011: bolivianos, chilenos, paraguaios e peruanos, porém, também brasileiros e imigrantes de outras nacionalidades, assistentes das Missas Latino-americanas. A desatenção em socializar as informações sobre todas essas mudanças com eles causou rupturas e saídas de muitos deles, em síntese, um enfraquecimento dessa base que se identificava com os objetivos da instituição, não por um vínculo de trabalho³⁸. Por exemplo, a respeito de dois imigrantes da comunidade do Projeto Paz entrevistados, Bomfim disse: “(...) vemos problemas de compreensão sobre a razão de ser da Pastoral considerando o momento sociopolítico” (BOMFIM, op. cit., 40).

Já para os usuários dos serviços (que não necessariamente participavam dos eventos religiosos, culturais e políticos realizados na Pastoral), este descaso causou problemas com a

³⁷ Sem nenhuma novidade, esses dois pontos refletem a forma de funcionamento das instituições, incluindo a Igreja Católica. No entanto, idealmente, esperar-se-ia algo diferente.

³⁸ Como poderia ser o caso de alguns dos funcionários, e independentemente da necessidade de trabalho concreta que esses sul-americanos pudessem ter.

reestruturação iniciada em 2013, da qual falarei depois, que implicou mudança de números telefônicos, além do nome da instituição.

Dos nove “Pontos de Análise” anotados no relatório (BOMFIM, op. cit., 61-64), gostaria de salientar alguns aspectos.

1) A sistematização da ação social da Pastoral do Migrante (PM) incluiu a acolhida, abrigo, orientação social e jurídica (BOMFIM, op. cit., 59). O atendimento psicológico não foi considerado, porque não fazia parte da sua estrutura formal.

2) Penso que o fato de no início a Pastoral Latino-americana do Migrante em 1977 ter se construído sobre a base de um modelo de atendimento a migrantes internos/nacionais facilitou em um aspecto o trabalho nascente, no sentido de apoiá-lo com uma estrutura básica humana e física. Entretanto, dificultou em outros, pela extensão de certas representações do migrante nacional ao internacional; e pelo esforço insuficiente para qualificar a equipe para compreender as realidades desses outros migrantes (linguisticamente, da história e do contexto social dos quais eles provinham).

3) A mediação entre o público migrante e a cidade (serviços públicos nesta, etc.) foi apontada como a função fundamental que a PM desempenhava para os imigrantes sul-americanos³⁹; e sua facilidade de comunicação em espanhol (BOMFIM, “questão do idioma”, p. 62), como um aspecto importante dentro desta. Contudo, cabe dizer que essa facilidade não se encontrava no público hispano-americano atendido, principalmente nos recém-chegados, e que da parte da PM não houve nos anos 2001-2011 o interesse de oferecer um curso de língua portuguesa ao público do CPM (aspecto que sempre questionei). Aqueles que eram oferecidos se davam no interior da CdM para o público ali acolhido e por professores voluntários que constantemente mudavam. Ou seja, tampouco havia na “questão do idioma” uma clara noção da sua importância para a inserção dos imigrantes de diferentes culturas linguísticas. Não era a necessidade dos imigrantes de se comunicar na língua local contemplada⁴⁰.

No tocante à mediação, os líderes do Projeto Paz fizeram uma apropriação desse conhecimento (esclarecido com a intervenção dessa equipe de consultoria) para iniciar um Programa de Mediação em fins de 2011.

³⁹ Interessante saber que, segundo Bomfim, para os imigrantes entrevistados, a possibilidade de convívio com seu grupo nacional também era outra função positiva desta Pastoral. (BOMFIM, op. cit., p. 62).

⁴⁰ Por um lado, o público majoritário parecia não importar-se com isso, pois estava preocupado com os aspectos urgentes da sua chegada, recente ou não: a permanência, a regularização documental, a sobrevivência, o trabalho. E muitos vinham para trabalhar com os compatriotas; então, para que aprender português? Ante esse imediatismo, não existia orientação da parte da PM. Só com a numerosa chegada dos haitianos em janeiro de 2012 e a dificuldade da equipe de entendê-los, começaram a pensar sobre a *questão do idioma*.

4) Também sobre a mediação, Bomfim anota que embora esta viesse sendo realizada de forma articulada aos procedimentos, pelas narrativas dos funcionários se pôde ver que ela respondia às demandas espontâneas dos imigrantes, sem um planejamento prévio dos serviços (BOMFIM, op. cit., 62).

5) Apontava-se, ainda, que os pressupostos da MP estavam claros e a tornavam uma instituição de referência ao longo de mais de 30 anos, porém, os objetivos e estratégias não eram nítidos o suficiente para permitir ver os resultados logrados. A partir de então, começaram a ser difundidas estatísticas de atendimento ao público geral no sítio da instituição na Internet⁴¹. O público do SPss não estava necessariamente compreendido nelas, pois nem todos passavam pela triagem. Além disso, dada a irregularidade no funcionamento do sistema de registro eletrônico digital, que naquele momento já estava na segunda versão, não o usei na maioria das vezes⁴².

As recomendações desse relatório estão encabeçadas pela epígrafe com um texto do depoimento do padre Mário Geremia, coordenador da PM, do CPM, coordenador geral do Projeto Paz e da nascente MP, já que sua presença na instituição foi de janeiro de 2006 a dezembro de 2012⁴³, participando ativamente de todas essas mudanças:

Criar um “hábito” de se reunir, discutir e planejar as ações em busca de soluções conjuntas. **As ações, atualmente, são individuais, dependendo da necessidade imediata.** Assim, o Projeto da “Missão Paz” será coletivo e menos pessoal, independentemente de possíveis mudanças na hierarquia da instituição (Pe. MÁRIO GEREMIA, entrevista 27 out. 2008, op. cit., 64. Grifos meus).

Esse texto explicita dois grandes problemas do Projeto Paz: a falta de trabalho articulado e planejado em equipe e o consequente imediatismo, dependente de decisões individuais. Contrasta com a explicação que se dá a respeito da incidência positiva da intervenção sobre o CPM nos outros núcleos (CdM e CEM): “em virtude de uma integração já existente entre as três unidades” (BOMFIM, op. cit., 64). Essa integração era demasiado incipiente, como disse Cutti, “para o desejo, para a possibilidade e, até mesmo, para a necessidade de novas práticas” (BOMFIM, op. cit., 60). Isso também se pode notar nas entrevistas dos funcionários, que mal fizeram referência às outras unidades (BOMFIM, op. cit., 41-54). O alcance desse objetivo constituía um desafio maior para o CPM, pois entre a diversidade das suas ações também estava

⁴¹ Que foi mudando conforme as mudanças da instituição.

⁴² Cada versão significou uma equipe especializada contratada, programas de registro novos que não implicaram um treinamento adequado da equipe.

⁴³ Ele coordenou a PM de 1989 a 1992 também.

a incidência política em prol dos migrantes, tanto em nível estadual como federal, enquanto os outros tinham um trabalho bem mais específico. Além do mais, esse trabalho era realizado por seis pessoas: o padre coordenador, a secretária-assessora, a recepcionista, a advogada, o seminarista-estagiário e a psicóloga voluntária (SPss). Deles, tanto a advogada quanto eu trabalhávamos um dia por semana, e tanto o seminarista como eu não éramos funcionários, como também expressa a secretária na sua entrevista (BOMFIM, op. cit., 47). Em determinados momentos (aqueles de medidas massivas de regularização migratória, por exemplo, nas anistias, nos acordos bilaterais e na ampliação da livre circulação pelo Mercosul), isso tornava o trabalho exaustivo para a equipe de quatro pessoas que cotidianamente estava lá, o que dificultava a disponibilidade de refletir sobre a própria ação.

A oportunidade de novamente ampliar o quadro dos funcionários, continuar reorganizando o trabalho em prol de melhor atingir os objetivos de integração do trabalho dos Scalabrinianos da Paz ou Projeto Paz e oferecer um melhor serviço se deu a partir da veiculação pela mídia da denúncia sobre a utilização de oficinas com trabalho em condições de escravidão pela rede Zara⁴⁴, evento de 2011. Nesse mesmo ano, entre setembro e outubro, foi contratada uma funcionária com o objetivo de dar continuidade à sistematização e reorganização do trabalho. Esse momento marcou o início da denominação de Missão Paz. Essa funcionária, junto aos líderes da MP, imprimiu ao trabalho um ritmo e uma organização que não existiam antes (reuniões de equipe semanais⁴⁵, objetivos e tarefas mais claras, porém também a necessidade de se fazer relatórios a respeito⁴⁶), mudanças que nem sempre foram bem recebidas, principalmente pela equipe que fez parte do outro sistema de trabalho.

Tudo isso seguiu a um novo “diagnóstico situacional”, realizado na base de entrevistas com os funcionários e voluntários e análise do material escrito.

As novas mudanças continuaram acontecendo, como o desenvolvimento e implementação do Programa de Mediação dentro do CPM, ancorado em eixos de ação definidos: *saúde*, que nesse momento tinha por objeto encaminhar e dar seguimento aos migrantes que precisavam ser atendidos nos equipamentos do SUS ou outros; *trabalho*, que visava servir de mediação entre empresas e empregadores que necessitavam de trabalhadores e os migrantes candidatos a trabalho; e *família e comunidade*, eixo já iniciado antes com o propósito de visitar domicílios e

⁴⁴SAKAMOTO, L. <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/08/17/flagrantes-mostram-roupas-da-zara-sendo-fabricadas-por-escravos.htm#fotoNav=4>> (acesso em 30 jan. 2014).

⁴⁵ Às que só muito eventualmente fui convidada.

⁴⁶ Diga-se que isso também respondia à exigência da empresa que financiava o trabalho: Inditex, dona da marca Zara.

acompanhar famílias para conhecer suas necessidades. Isto implicou numa ampliação da equipe, com contratação de novas assistentes sociais e outros profissionais que passaram a atuar, de forma geral, em fevereiro de 2012. O sucesso desse programa e a influência da sua equipe propiciou outra mudança de nome, desta vez no CPM, que passou a ser o Centro Pastoral e de Mediação do Migrante (CPMM) (Missão Paz, site 2013⁴⁷).

Houve um momento dessa transição de 2012 na qual fui convidada a trabalhar como psicóloga da equipe para ajudar a solucionar “problemas de comunicação” que nela ocorriam, segundo o convite dado pelo padre coordenador. Depois de avaliá-lo, decidi não aceitá-lo. No fim desse mesmo ano, voltei a ser convidada para fazer parte da equipe com o SPss, convite que aceitei e veio a ser efetivado em fevereiro de 2013.

No ano de 2013 as mudanças continuaram. Saiu o coordenador anterior e entrou um novo (padre Alejandro Cifuentes), em um sistema de coordenação “colegiado tripartite”, junto a dois padres que já se estavam presentes anteriormente (Antenor da Vecchia e Paolo Parise). Houve também a reorganização da MP, com a recolocação de pessoal (coordenação da CdM, advogada do CPMM), a inclusão do SPss dentro do eixo “saúde”, mudança dos números telefônicos, do sistema de registro digital e do sítio institucional na Internet, que conseguiu expressar bem toda a “modernização” da instituição. Além do mais, as modificações incluíram uma ampliação da equipe, que chegou a triplicar em relação à original⁴⁸. A mudança do público já tinha acontecido no início de 2012 com a numerosa chegada de haitianos, mas o afastamento dos sul-americanos se acentuou especialmente no início desse ano (2013), com as mudanças da equipe (particularmente, a mudança do padre coordenador e a recolocação da advogada, filha de bolivianos, que passou a se ocupar da articulação cultural das comunidades), de telefones e de nomes.

1.2.3 A minha percepção de como eles viam o SPss e a minha função

Com toda esta história de mudanças na instituição Pastoral Latino-americana do Migrante, CPM, Projeto Paz, MP, é difícil se falar da percepção que essa instituição tinha do SPss, porque não foi sempre a mesma, apesar de sempre ter a mesma missão: acompanhar os migrantes,

⁴⁷ <<http://www.missaonspaz.org/#!/cpmm/c8hd>> (acesso em 30 jan. 14).

⁴⁸ Aqui, entendam-se as seis pessoas da equipe do CPM, anterior às mudanças de 2011.

ajudá-los na sua inserção na cidade em variados aspectos e lutar por seus direitos.

Para começar, direi que o nascimento do SPss, sua proposta e implementação em 2001, não respondeu a uma iniciativa deles, não constituiu um projeto que “abraçaram”, simplesmente deu-se a conjuntura de um padre coordenador permitir meu ingresso. Seria uma “abertura” ao interesse e iniciativa de uma voluntária fazer algo pela comunidade que eles atendiam, a oportunidade para alguém mais colaborar, não importa no quê?

A postura da instituição Scalabriniana da Paz estava mais bem representada pelo coordenador anterior (1998), aquele que respondeu à minha proposta de projeto dizendo que eu não teria nada a fazer, pois a migração era um fenômeno social principalmente econômico, e do aspecto “espiritual” cuidavam eles.

Esse entender, talvez nem conversado com outros líderes (espontâneo e individual, como foram as ações da MP antes), era, porém, porta-voz de um pensamento reinante não só nessa instituição, como também no campo de Estudos da Migração na época, com a prevalência de teorias como a dos “fatores de atração/expulsão”, nas quais se pensava que o econômico, entendido como a base material, tinha um peso absoluto sobre as demais dimensões sociais.

Assim, por essa representação que eles tinham da função do psicólogo, havia por momentos atitudes que, longe da colaboração, obstaculizavam o trabalho. A secretária não informava aos pacientes os horários do serviço ou minha presença tal ou qual dia; não me comunicavam sobre a decisão de não atender ao público em determinado dia (eu ia e a porta estava fechada) ou, como aconteceu em 2011, eu não encontrava onde atender as pessoas porque as salas estavam ocupadas com estagiários universitários digitalizando fichas de atendimento de anos anteriores, o que me fez pensar que, para eles, era mais importante divulgar estatísticas do que atender ao sofrimento psicológico do migrante.

Essa visão também se expressava no fato de não investirem financeiramente no serviço. Fato que me limitou claramente em dois aspectos: constituía um empecilho para a participação de outros profissionais e eu não podia fazer supervisões⁴⁹. Tinha de recorrer a formas alternativas: troca de supervisão por outro serviço, levar alguns casos à discussão em algumas disciplinas feitas no mestrado em Psicologia na USP (2003-2007), levar a preocupação com algumas pessoas atendidas à minha própria psicoterapia.

Continuar a oferecer o SPss, apesar de não remunerado, deu-se da minha parte pelo

⁴⁹ Para melhor entender, as supervisões são os momentos nos quais o trabalho de acompanhamento psicológico é levado à discussão com outro/a psicólogo/a experiente, com a finalidade de ajudar o/a supervisando/a a estabelecer a relação clínica com o/a paciente atendido/a, chave do sucesso terapêutico. Em geral, fora do ambiente acadêmico, esta modalidade é paga.

interesse em realizar um serviço que acreditei ser necessário ao público ao qual atendia e pela oportunidade de colocar minha bagagem pessoal e profissional nessa tarefa. De outra forma não teria permanecido ao longo dos onze anos e meio (de agosto de 2001 até janeiro de 2013), pois não poucas vezes tive a impressão de ser uma presença *non grata*. Cito a seguir o trecho escrito a propósito da celebração dos 30 anos de existência do CPM e dos 50 anos da imigração boliviana no Brasil, no qual fiz uma reflexão sobre os motivos que tinha para realizar o SPss:

Penso que me cabe falar de alguns dos meus próprios motivos “conhecidos”. Este “conhecimento” é fruto de repetida indagação: “o que eu, psicóloga, faço trabalhando como voluntária em uma Pastoral da Igreja Católica?” Pois bem. Esta aproximação permitiu-me trabalhar com uma realidade que eu, depois de tê-la conhecido “na pele”, escolheria como opção de trabalho. Trabalho, ação (re) apropriadora e transformação da realidade. Isso, por um lado.

Por outro, minha aproximação com esta pastoral (iniciada em 1998) proporcionou mais contato com minha origem: a de uma família católica de um país hispano-andino também católico. Ou seja, este vínculo teve um caráter de restauração identitária, muito necessária na situação de migração onde, deslocada dos meus referenciais, também sofri um certo descentramento (YOUNG, 2007b, p. 29).

E mais, independentemente do bom relacionamento que pudesse haver com o padre coordenador do momento, parecia haver uma drástica discriminação entre meu trabalho de profissional voluntária e os dos demais funcionários. Os líderes dificilmente me solicitavam algo ou me convidavam a fazer parte das reuniões de equipe. A lógica implícita nisso parecia ser: “como vamos pedir-lhe algo se é voluntária?”. Da parte de alguns funcionários parecia existir certo incômodo que entendi como receio de minha presença e trabalho atraírem outros “voluntários” que pudessem substituí-los em suas funções remuneradas. Eu não era convidada às celebrações, nem aos passeios organizados anualmente, nem era cumprimentada pelo meu aniversário, diferentemente do que acontecia com os demais membros. Isso melhorou tênue e progressivamente a partir da chegada do coordenador em 2006.

Uma das coisas que com certeza incomodava era minha característica de opinar e criticar sobre aquilo que via que poderia ser melhorado, especialmente quanto às prioridades dadas às ações: o alto investimento em imagem institucional, por meio de comunicadores, jornalistas, diagramadores de sítios eletrônicos, frente à total ausência de investimento em um curso de língua para o público do CPM, por exemplo. Crítica que fazia com a ciência de estar numa instituição e depender das decisões institucionais que também interferiam no meu trabalho, como o fato das voluntárias de Psicologia terem de passar pela aprovação do padre coordenador ou a atitude da assistente social da CdM (2006) de não me encaminhar os/as migrantes dali que

precisavam de atendimento psicológico⁵⁰.

Outro aspecto que pareceu incomodar, pelo menos num primeiro momento, foi o fato de eu apresentar o projeto do SPss como tema de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação do IPUSP, primeiro ao Mestrado em Psicologia Social, na tentativa de 2003, e posteriormente ao Doutorado em Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade em 2008 e 2009⁵¹. Esse incômodo parecia dever-se ao zelo de que o meu trabalho e visão das coisas atingissem a resguardada imagem institucional. E que pareceu acentuar-se com a surpresa das consultoras da LabSocial (2008) de que a instituição não contasse com psicólogos e o SPss não fosse parte do trabalho estruturado da instituição, com a consequente recomendação de rever isso. Situação seguida pela cessação dos convites para participar das reuniões posteriores dessa intervenção.

Contribuía para essa invisibilidade do Serviço Psicossocial e do meu trabalho ali a não publicação de material e a falta de estatísticas do público atendido no SPss. Isto acontecia porque nem todos passavam pela triagem prevista com os encarregados de recepcionar os usuários (a recepcionista⁵² e o seminarista estagiário⁵³), e porque eu não alimentava o “sistema/banco de dados”. No início, eu não dispunha de computador, depois nem sempre o sistema funcionava. Consequentemente, optei por não usá-lo na maioria das vezes.

A melhora da compreensão do trabalho do SPss e da minha função de psicóloga dentro dele foi um processo complexo e progressivo. Talvez fruto de diversos fatores.

Um deles foi a articulação da assistente social na CdM com a equipe de estagiários em Psicologia coordenados pela dra. Debieux, que ajudou a assistente social e a instituição a entenderem que os migrantes atravessavam estados psicológicos e dinâmicas vivenciais que mereciam atendimento especial (CARIGNATO; ROSA; BERTA, 2006). Antes, sem a voz desta equipe que tinha prestígio ante eles⁵⁴, situações difíceis, como o surgimento de um surto psicótico ou um comportamento depressivo (não querer sair da cama, tomar banho ou se alimentar), eram interpretadas como “não cumprimento das regras/ indisciplina” ou “caprichos”.

⁵⁰ Atitude que talvez tivesse explicação no fato de sentir-se mais apoiada com a equipe da Dra. Debieux, que, no entanto, funcionava de acordo com o calendário universitário, estando ausentes nos meses de férias. Foi o padre coordenador que, desde 2008, encaminhou ao SPss os moradores que pareciam necessitar de atenção, pois ele geralmente mantinha-se próximo aos migrantes e ciente das suas necessidades.

⁵¹ Foram duas tentativas de ingresso no ano acadêmico seguinte.

⁵² Que nem sempre foi a mesma, porém, sempre mulheres, a partir da saída do primeiro secretário de assistência social. O cargo de recepcionista, como tal, somente criou-se quando a última secretária (2005) decidiu discriminar suas funções de secretária das de recepção ao público. A partir de então, e até 2014, houve duas recepcionistas.

⁵³ Este era trocado no máximo a cada ano ou mesmo antes, como aconteceu em uma oportunidade.

⁵⁴ Porque vinha da universidade, diretamente coordenada por uma professora e com a presença de uma pós-doutoranda no seu início.

No entanto, penso que essa consciência da necessidade de atender a saúde psicológica dos moradores da CdM dava-se em relação a essa instituição específica.

Foi muito importante que do “diagnóstico situacional”, proposto pela nova funcionária contratada (Suzanne Legrady) na intervenção realizada em 2011, também participasse um dos líderes (padre Paolo Parise⁵⁵). Este pôde ter uma noção panorâmica dos participantes do Projeto Paz por meio das entrevistas com a equipe de funcionários e voluntários. Nunca antes, no período ao qual me refiro, 2001 a 2012, um líder tinha participado diretamente de avaliação semelhante.

Houve a circunstância de uma assistente social pertencente ao novo Programa de Mediação (Márcia Araújo), porém funcionária de mais longa data, cursar uma especialização em Psicopatologia e Saúde Pública na Escola de Saúde Pública da USP. Ela, cada vez mais consciente da saúde mental das pessoas, retomou na nova função a prática de encaminhar ao SPSS as famílias que precisavam de avaliação psicológica⁵⁶ e solicitar um relatório desses atendimentos. Seja pela minha colaboração com ela e com a equipe de mediação e/ou pela leitura dos relatórios, minha participação foi reconhecida e isto manifestado nas reuniões às quais depois, ainda que esporadicamente, fui convidada a participar em 2012.

Pode ter contribuído o crescimento do CEM, que, como órgão encarregado da reflexão teórica, cada vez mais se adentrou no campo de Estudos da Migração numa diversidade de funções que, além da publicação da *Revista Travessia* e o seu contato com pesquisadores da área, iniciado quase desde a origem, incluiu a parceria com o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância/LEI (CUTTI, 2011, p. 3 s/n) e a realização de diversos seminários ao longo dos anos de 2012 e 2013⁵⁷.

Por último, vale dizer que o campo de Estudos da Migração, como pano de fundo das ações realizadas com os migrantes, conhecido pelos pesquisadores que tinham contato com o CEM, assistiu à participação de diversos estudiosos atuantes no tema, desabrochando aspectos para os quais a atenção desse campo não esteve focalizada antes, como foi o caso dos aspectos psicológicos.

Assim, acredito que um conjunto de vários fatores de dentro e de fora da MP, e não uma iniciativa isolada, fez a instituição abrir-se para a aceitação e o reconhecimento de meu trabalho

⁵⁵ Que também tinha a compreensão vivencial por ser imigrante italiano.

⁵⁶ Dizemos isto porque, antes, como assistente social da CdM, fazia algo semelhante a respeito de moradores dessa casa.

⁵⁷ Consequência também das recomendações realizadas pela intervenção da empresa consultora LabSocial em 2009 e da continuidade deste trabalho em fins de 2011, acelerada em 2012.

voluntário quando, no fim de 2012, propuseram-me a contratação com a inclusão do projeto de SPss como parte da estrutura de serviços oferecidos. Talvez, eles tenham percebido que não era um voluntariado comum (do voluntário que aparece um dia e não vai no outro), mas um trabalho profissional sério e engajado, construído *ad hoc* semana a semana.

2 BREVE PANORAMA DA MIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

2.1 A migração no contexto mundial

Vivemos um momento de exacerbação das diferenças. O capitalismo tem aprofundado a brecha entre os que têm muito e os que pouco ou nada têm. Esse crescimento da desigualdade se dá na maioria dos países, tanto do Norte desenvolvido quanto do Sul pobre. Há tempos vivenciamos uma crise desse sistema com grandes consequências psicossociais (entre outras⁵⁸), as pessoas sentem-se fragilizadas, com medo de perder suas “posses”. O “Norte desenvolvido” constrói barreiras, faz patrulhas e instalação de centros de permanência ou detenção para migrantes (PÓVOA, 2005) do “Sul pobre”, tentando limitar seu desejo de imigrar, pois eles iriam “tirar o trabalho dos pobres locais” (MAESTRE, 2014). E tudo isso, como afirma Póvoa, atende também ao anseio de parte considerável da opinião pública europeia. Essa reação de medo tem por finalidade afastar o que amedronta, pois como disse o estudioso, além de tentar barrar a entrada de migrantes, também sinaliza para os migrantes “potenciais”, em suas áreas de origem, que eles não são bem-vindos (MARCOLINI, 2014).

Segundo o Relatório Mundial das Migrações 2013, divulgado em dezembro pela Organização Internacional das Migrações (OIM), os que vivem fora do país em que nasceram passaram a 232 milhões de pessoas, perto de 3% da população mundial, proporção que se mantém a mesma desde 1990, quando essa população era de 154 milhões (OPERA MUNDI, 2014). Delas, 35 milhões são crianças e jovens com menos de 20 anos (UCL, 2014), e 15 milhões são refugiados⁵⁹ (LIMA, 2013).

O relatório revela a intensificação dos movimentos migratórios dos países do “Sul” para o “Norte” (países desenvolvidos da América do Norte e Europa, mais Japão, Austrália e Nova Zelândia) e entre os próprios países do “Sul” (todos os demais). Essa migração Sul-Sul corresponde a pelo menos um terço de todos os migrantes, e “talvez mais, caso se contasse com dados mais precisos”. Um assinalamento importante que os técnicos da OIM fazem desta migração é a insuficiência de estudos sobre a experiência destes migrantes (OIM, 2013).

⁵⁸ Outros desequilíbrios ocasionados pela lógica capitalista são os climáticos, que são hoje causantes de parte das migrações forçadas.

⁵⁹ Correspondendo a 15,09% do total da população jovem mundial e 6,47% do total de refugiados.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) acrescentou no relatório *Global Trends 2013*, divulgado em 20 de junho de 2014⁶⁰, que o número de refugiados alcançou, em 2013, 51,2 milhões. É o maior número da história, 6 milhões a mais que os registrados em 2012 (aumento devido, principalmente, às guerras civis na Síria, República Centro-Africana e Sudão do Sul) e mais que os 50 milhões deslocados no auge da II Guerra Mundial. Destes 51,2 milhões, 16,7 milhões (50% dos quais menores de 18 anos, a maior porcentagem da década) eram refugiados internacionais a cargo da ACNUR ou da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente e 6,3 milhões estavam exilados há mais de cinco anos. Outro 1,2 milhão de pessoas eram candidatos a asilo e 33,3 milhões, deslocados internos. Os dez países com maior número de refugiados no exterior são Afeganistão, Síria, Somália, Sudão, Congo, Mianmar, Iraque, Colômbia, Vietnã e Eritreia, sendo que os três primeiros somam 53% do total mundial. No Brasil, conhecido por ter um dos maiores índices de aprovação das solicitações de refúgio que recebe, o relatório aponta 5.196 refugiados e 4.634 candidatos a asilo (UNHCR, 2014; ABRÃO, 2014).

A maioria dos 11,7 milhões de refugiados estava na Ásia e África. Contrariamente à percepção da mídia, o “Norte” acolhe menos de um quinto deles; 81% estão no “Sul” e um em cada dez migrantes Sul-Sul são refugiados (OIM, 2013).

Nas Américas, o número total de refugiados é de 806 mil, quase os 806,5 mil do ano anterior. Um terço destes (263,7 mil) nos EUA, 204,3 mil na Venezuela e 123,1 mil no Equador, e, nestes dois últimos países, predominam os oriundos da guerra civil da Colômbia, oitavo país em número de refugiados fora de suas fronteiras (396,6 mil) e segundo, atrás apenas da Síria e à frente do Congo, em refugiados internos (5,37 milhões, com aumento de 115 mil em 2013) (UNHCR, 2014).

Nas Américas, há aproximadamente 26 milhões de pessoas vivendo fora de seus países. Destes, 22,3 milhões estão fora da região latino-americana (migração Sul-Norte) e em torno de 3,7 milhões vivem na região, mas fora de seus países (migração Sul-Sul) (OIM, 2013), fluxo que está se intensificando, segundo opinião de Marcela Cerruti do Centro de Estudos Populacionais da Argentina (PAONE, 2014). Na América Latina, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai são os países que atraem mais imigrantes (HAJJI, 2012).

⁶⁰ Global Trends Report. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5399a14f9.html>>; <<http://www.unhcr.org/53a155bc6.html>> (acesso em 21 jun. 2014).

2.2 A imigração no Brasil

O Brasil contaria, hoje, com mais de 2 milhões de estrangeiros, cerca de 1% da população. Pela primeira vez em muito tempo, o número deles sobrepassou a de emigrados (HAJJI, 2012). O número de estrangeiros com visto permanente em 2012 era de 938.833⁶¹, dos que, focalizando nos hispano-americanos, 50.240 eram bolivianos, 42.202 argentinos, 26.271 uruguaio, 25.561 chilenos, 15.626 paraguaios, 15.459 peruanos, 6.050 haitianos, 5.915 colombianos, 3.191 mexicanos, 2.907 venezuelanos, 2.275 cubanos, 1.523 equatorianos, 2.785 centro-americanos e dominicanos, que, contando com os 990 vindos de estados independentes e possessões dos EUA, França e Reino Unido nas Antilhas e Guianas, totalizariam 200.995 latino-americanos e caribenhos, 21,4% dos imigrantes regulares.

No entanto, este país ainda carece de políticas públicas voltadas para eles. Essa necessidade, motivo de luta de longa data de organizações da sociedade civil e migrantes organizados, como a Missão Paz, o Serviço Pastoral do Migrante⁶², o Instituto de Migrações e Direitos Humanos, a Cáritas Arquidiocesana, a ONG Presença da América Latina (PAL)⁶³, a Associação de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil (ANEIB)⁶⁴, o Centro de Apoio ao Migrante (CAMi)⁶⁵, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC)⁶⁶, a Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, poderia ser explicada pelo desafio de governar um país da magnitude do Brasil e os seus diversos problemas, dentre os quais os relativos à imigração não seriam os mais relevantes para governantes nem para a opinião pública.

Então, pareceria que a decisão do que fazer frente à imigração está entre dois pontos de vista. Aquele que toma como centro a pessoa do migrante e o seu direito de migrar, defendido

⁶¹ O total dos estrangeiros em situação regular era de 1.466.584 em 14 de junho de 2011. Migration and Development Policies, 30 June 2011, United Nations Headquarters, New York, Conference Room A. Disponível em: <http://www.unitar.org/ny/sites/unitar.org/ny/files/Brazil_MPWorkshop_30June.ppt>.

⁶² Mais informações disponíveis em: <<http://spmigrantes.wordpress.com>> (acesso em 23 jun. 2014).

⁶³ Integralmente composta por imigrantes de diversos países da América do Sul. Mais informações disponíveis em: <<https://sites.google.com/site/presencadaamericalatinapal>> (acesso em 23 jun. 2014).

⁶⁴ Informações disponíveis em: <<https://pt-br.facebook.com/estrangeiros.aneib>> (acesso em 23 jun. 2014).

⁶⁵ Inicialmente era um centro ligado ao Serviço Pastoral do Migrante, depois se tornou ong independente desse. Mais informações disponíveis em: <<https://pt-br.facebook.com/pages/CAMI-Centro-de-Apoio-ao-Migrante/470649712951474>> (acesso em 23 jun. 2014).

⁶⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.cdhic.org.br>> (acesso em 23 jun. 2014).

pelo artigo XIII.2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”, como Deysi Ventura⁶⁷ lembra, e aquele que considera as repercussões econômicas imediatas da migração nas sociedades receptoras, que, segundo Martin Ruhs⁶⁸:

De uma perspectiva econômica, a migração internacional de trabalhadores cria ganhadores e perdedores, pelo menos no curto prazo. Os maiores beneficiários da migração de trabalhadores são os migrantes e seus empregadores no país que os acolhe. Os perdedores são os trabalhadores residentes (incluindo os migrantes já existentes) que estão competindo com novos migrantes no mercado de trabalho. (...) Empregadores se beneficiam da migração porque ela permite que eles tenham um leque maior de trabalhadores para contratar, que são mais bem qualificados que os residentes e/ou aceitam trabalhar recebendo salários menores. Os migrantes geralmente aceitam trabalhar por salários e em condições que são inaceitáveis para os trabalhadores residentes, portanto, a migração reduz a necessidade dos empregadores aumentarem os salários e melhorarem as condições de trabalho, especialmente em ocupações de baixo nível técnico (OPERA MUNDI, 2014).

Mesmo assim, a luta das organizações em prol dos migrantes contou com um avanço significativo nestes últimos dois anos (2013 e 2014), conseguindo a participação ativa da OIM, escritório do Brasil, para difundir a consciência da necessidade de escutar os migrantes, suas associações e organizações da sociedade civil a favor deles – entre as instâncias do governo brasileiro que lidam com o assunto, estão a Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Estrangeiros-DEEST, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério das Relações Exteriores – para começar a desenvolver políticas públicas que os contemplem. Assim, o governo brasileiro talvez possa adotar um papel mais ativo na acolhida dos migrantes (imigrantes, retornados, solicitantes de refúgio).

Essa convocação para a ação conjunta teve seu primeiro feito importante na realização da (Primeira) Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar⁶⁹), realizada na cidade de São Paulo, entre 30 de maio e 1º de junho de 2014, contando com a participação e presença de representantes de todas essas instâncias governamentais, representantes dos migrantes, associações e sociedade civil, com a colaboração da OIM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

Participaram 556 delegados de 30 nacionalidades e 21 estados brasileiros. Foram 202 conferências regionais preparatórias, que contaram com a participação de entidades e movimentos sociais (45%), comunidade

⁶⁷ Professora de Direito Internacional no Departamento de Relações Internacionais da USP.

⁶⁸ Professor-associado de Economia Política da Universidade de Oxford.

⁶⁹ Informações disponíveis em: <http://www.participa.br/comigrar/sobre-a-comigrar#.U6l9SE0U_IV> (acesso em 22 jun. 2014).

acadêmica (16%), brasileiros no exterior (13%), governo (11%), estrangeiros no Brasil (5%) e outros (10%). Mais de 2,8 mil propostas foram elaboradas pelos 5,3 mil participantes no total.

Para o secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, o processo e seus desdobramentos serão o legado de uma grande mobilização e sensibilização no Brasil sobre o tema. “Definitivamente, acredito que não existiu até hoje uma outra dinâmica que tenha conseguido, segundo olhares tão diversos, dinâmicos, plurais e representativos, levantar um conjunto tão amplo de propostas (...) Os direitos sociais são conquistados pela mobilização”, ressaltou Abrão

(...)

O objetivo da conferência foi discutir e levantar ações para a construção da Política Nacional sobre Migrações e Refúgio, pautada nos direitos humanos.

(...) (MINISTÉRIO DE JUSTIÇA, 2014).

Então, foram conseguidos desdobramentos futuros para “uma grande mobilização e sensibilização no Brasil sobre o tema”, pedra inicial no objetivo de construir uma Política Nacional sobre Migrações pautada nos direitos humanos. Como disse o secretário Paulo Abrão, “os direitos sociais são conquistados pela mobilização”, o que significa, ainda, muita mobilização e luta para os migrantes em prol de condições dignas para eles e suas famílias.

Por enquanto, o denominador comum dos imigrantes é o marco legal que regula sua presença: o *Estatuto dos Estrangeiros*, lei n. 6815, promulgada no contexto da ditadura militar sem a participação da sociedade (P.M., 2004, ABRÃO, 2014⁷⁰) e vigente desde 1980, que tem orientado a política migratória brasileira a partir da ideologia da Segurança Nacional (BONASSI, 2000; CDHIC, 2013), a qual vê no imigrante, em especial os mais pobres, uma possível ameaça aos interesses nacionais, trazida de volta a partir da questão do terrorismo internacional (PÓVOA, 2005).

Trata-se de uma lei restritiva, que só permite estabelecerem-se no território brasileiro aqueles que se encaixam no perfil de mão de obra qualificada, atendendo a setores específicos do mercado de trabalho brasileiro ou a investidores. Mesmo assim, os trâmites (burocracia) necessários para a contratação destes trabalhadores migrantes de colarinho branco são grandes, e há algum tempo a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República prepara modificações para simplificá-los (EL UNIVERSAL, 2014⁷¹).

Além disso, há duas possibilidades: (1) o casamento com cônjuges brasileiros e (2) o nascimento de um filho no território nacional (SILVA, 2006).

⁷⁰ ABRÃO, PAULO. Conferência de abertura para a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio. TV Comigrar (YouTube 43:11) 30 de maio de 2014. Disponível em <http://www.participa.br/comigrar#.U6f_F00U_IU> (acesso em 22 jun. 2014).

⁷¹ EL UNIVERSAL. 16.01.2014 “En Brasil cambiarán ley migratoria para impulsar el ingreso de profesionales”. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=20648>> (acesso 1 fev. 2014).

O *Estatuto do Estrangeiro* proíbe aos pais imigrantes indocumentados de educarem seus filhos (COSTA, 2007). Porém, na maioria dos estados não se cumpre, geralmente⁷², este artigo, em virtude do *Estatuto da Criança e do Adolescente* e dos diversos acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro, assim garantindo o direito à educação ao estudante vindo de outro país, independentemente da regularidade de sua situação e/ou a dos seus pais.

A legislação estabelece outros tipos de visto além do permanente, o de trabalho e o de estudante. Mas ambos têm limite máximo de um ano e só podem ser renovados no país de origem do imigrante. Fora esses vistos regulares, há os relacionados a programas específicos (refúgio, crises humanitárias e acordos bilaterais), como no caso das pessoas de países como Congo, Costa do Marfim, Haiti, Mali e Síria (CARSTENSEN, 2013).

O anteprojeto de um novo estatuto é pleiteado há muito tempo por imigrantes e pelas instituições que os apoiam⁷³, e está em debate em Brasília desde 2003 (SAMPAIO, 2006). Porém, houve várias edições e reapresentações nas diversas Câmaras ao longo de todos estes anos. Isso também fora mencionado no discurso de abertura pelo Secretário de Justiça (ABRÃO, 2014).

Milesi, diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, expressa que esse anteprojeto de *Lei de Estrangeiros* traz avanços e contempla situações que há muito têm sido pleiteadas, contendo, porém, algumas lacunas, limitações, distorções. E que o Estatuto perdeu a base constitucional e passou a conflitar com a Constituição Federal desde 1988, pois esta Carta está norteada pelos princípios e valores fundamentados no respeito à dignidade humana, à cidadania universal, e à prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais” (MILESI, 2005). Outros estudiosos militantes da causa dos migrantes também manifestaram o mesmo, destacando “o artigo 5º, que afirma: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (P.M., 2004; SILVA, 2005; SPM, 2006).

Nas restrições da lei vigente, a primeira decorrência é que grande parte dos estrangeiros que imigra para o Brasil imediatamente passa a ser “irregular” ante a lei, ou “indocumentada” (sem documento brasileiro que valide sua permanência legal no país), e os imigrantes ficam,

⁷² Vez ou outra surge a interpretação fiel da lei, da parte de algum diretor de escola desavisado de algum município deste grande país. Situação para a qual tem de se proceder acionando a ouvidoria de Educação ou outras instâncias. Possibilidade que nem sempre é real para os afetados.

⁷³ Na verdade uma luta tão antiga quanto o momento da emissão do *Estatuto do Estrangeiro*. Porém, foi em 1990, 1991 e 1993 “que se apresentaram projetos de revisão” (BONASSI, 2000: 68).

desta forma, “sujeitos a inúmeras extorsões e humilhações por parte de agentes legais que, fiéis ao espírito da lei em vigor” (COSTA, 2007), os maltratam. Pois, tendo de sobreviver, as possibilidades de ascender a ou continuar em um “trabalho indocumentado” são grandes⁷⁴.

É importante a observação que Ventura faz a respeito das consequências da política migratória restritiva do Brasil: gera clandestinidade em cascata, favorece as redes de tráfico e a corrupção, multiplica a vulnerabilidade do migrante impedido de encontrar um emprego formal, com acesso limitado aos serviços e programas sociais do Estado, discriminado por ser indocumentado. E finaliza: “Quando só lhes resta a assistência motivada pela caridade, veem-se paulatinamente destituídos de sua dignidade” (OPERA MUNDI, 2014).

E então, a que se deve esse crescimento, progressivo, porém sustentado, da migração para o Brasil, apesar da política migratória restritiva que tem? Dando ênfase à imigração hispano-americana, como é a intenção neste estudo, as causas parecem encontrar-se, de forma geral:

- no desenvolvimento do capitalismo neoliberal e sua imposição nos países da região de economias dependentes pouco competitivas e de industrialização truncada⁷⁵ (SALA, 2005⁷⁶), e em suas crises, especialmente a de 2008 em diante;
- no consequente e progressivo fechamento das fronteiras no hemisfério Norte, concretamente nos países “alvo” das migrações Sul-Norte: Estados Unidos da América, Espanha, Itália, Japão;
- no papel central do Brasil no contexto internacional devido a uma excelente política de relações internacionais durante a gestão do chanceler Celso Amorim no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁷⁷ e a seu surgimento como a sexta economia emergente (COSTA, 2007);
- na ampliação da livre circulação das pessoas entre os países membros do Mercosul. Primeiro o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, depois a Bolívia e o Chile definiram em 2002 um “acordo sobre residência” que fora ratificado e efetivamente aplicado em 2009⁷⁸, ao qual se uniram, em 2011, o Peru, o Equador (PAONE, 2014) e a Venezuela, concedendo mutuamente

⁷⁴ Isto porque as prováveis empresas contratantes desses imigrantes teriam de justificar a contratação de empregados que, perante a lei que os regula, não estariam em condições legais para tais. Tudo isso a um custo de tempo, trâmites e pagamentos de taxas. Nestes últimos anos, tentou-se simplificar com a lei 104 para contratação de imigrantes (LIMA, 2014). No entanto, o procedimento determinado nela ainda implica um investimento maior que para a contratação de nacionais.

⁷⁵ O que seria o caso da Argentina e do Uruguai.

⁷⁶ SALA, G. (2005). *Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. Tese de doutorado em Demografia, a ser apresentada no CEDEPLAR/ UFMG. Belo Horizonte, apud SALA (2006).

⁷⁷ Durante os dois governos, de 2003 a 2010.

⁷⁸ Exatamente depois do decreto nº 6964, de 29 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6964.htm>.

aos respectivos emigrantes os direitos civis dos cidadãos nacionais, incluindo o direito de trabalhar, independente da condição migratória em que entrou no país, com isenção de multas e sanções administrativas (CARSTENSEN, 2013);

- no estabelecimento de redes transfronteiriças mais consolidadas, que permitem a circulação de informações úteis para potenciais migrantes (SOARES, 2003);
- na guerra da Colômbia, seu frágil governo e seu grande número de deslocados (OLIVEIRA, 2006; UNHCR, 2014);
- na realização dos megaeventos, que atraem trabalhadores migrantes e redes de tráfico de pessoas, agravando-se a vulnerabilidade de adultos, adolescentes e crianças que já se encontravam nela (IMDH, 2014; REPÓRTER BRASIL, 2014).

Na cidade de São Paulo, calcula-se que existam cerca de 600 mil imigrantes. Pelas informações do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal, existiam, até 2012, 368.188 estrangeiros regulares, e calcula-se 185 mil em situação irregular (MARANHÃO, 2014). Dentre os regulares, 4.690 refugiados, 0,03% da população refugiada no mundo (LIMA, 2013).

2.2.1 Imigrantes hispano-americanos

São Paulo ainda parece ser o local de preferência dos imigrantes hispano-americanos⁷⁹, a julgar pela concentração deles, como mostra o fato de que dos primeiros 41.816 imigrantes a conseguir anistia em 2009 (61% dos quais foram bolivianos, peruanos ou paraguaios), 34 mil, ou mais de 80%, residiam neste estado⁸⁰, seguidos de 2,4 mil no Rio de Janeiro e 1,5 mil no Paraná. Dos anistiados, 6,8% eram homens de até 18 anos, 6,4% mulheres da mesma faixa de idade; 29,4% homens de 19 a 30 anos, 19,3% mulheres da mesma faixa de idade; 19,5% homens de 31 a 50 anos, 10,6% mulheres na mesma faixa de idade; 4,7% homens de mais de 50 anos e 3,2% mulheres na mesma faixa de idade⁸¹.

⁷⁹ Embora essa tendência se cumpra para a população imigrante na sua maioria.

⁸⁰ “Brasil anistia 41.816 estrangeiros em situação irregular”, *OESP*, 6 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-anistia-41816-estrangeiros-em-situacao-irregular,491657>>.

⁸¹ Migration and Development Policies, 30 June 2011, United Nations Headquarters, New York, Conference Room A. Disponível em: <http://www.unitar.org/ny/sites/unitar.org.ny/files/Brazil_MPWorkshop_30June.ppt>.

A proibição da educação aos filhos dos imigrantes indocumentados pelo *Estatuto do Estrangeiro*, de que se falou na seção anterior, afetou a vida de muitos imigrantes hispano-americanos, como conta uma senhora chilena, participante da pesquisa de Jara e Cortés. Ela disse: “Não pude matricular meus filhos por falta de documentos, somente os admitiram numa escola particular”⁸² (JARA e CORTEZ, 2010, p. 50).

Idealmente, os imigrantes sul-americanos não precisariam permanecer em situação de indocumentação desde 2011, ano no qual o Mercosul foi ampliado para o Peru, o Equador e a Venezuela, e difundiu-se de maneira intensiva a livre circulação para todos os países-membros do bloco sul-americano, já existente de forma efetiva desde 2009 para os países- membros, pois antes (2002), só se dera no papel. No entanto, muitos imigrantes da região permanecem indocumentados, especialmente os recém-chegados.

Situação que parece dever-se à falta de adequada informação para os recentemente chegados; à dificuldade do processo de regulação migratória, excessivo na documentação que solicita; e ao fato, apontado por Secco, de que “como pretendem voltar para o país de origem, muitos não procuram regularização” (MARANHÃO, 2014). Ou seja, a condição legal migratória não dependeria unicamente da estrutura legal que o país oferece, mas também do processo migratório no contexto dessa pessoa.

Então, a indocumentação também afeta a vida de um número deles, independentemente de sua idade e qualificação. Pois, como já foi mostrado em diversos estudos, os mais qualificados, sem a revalidação dos seus diplomas, terão de aceitar trabalhos, que muitas vezes têm pouca ligação com a sua qualificação profissional (MONARDEZ, 1994), e terão de se contentar com salários inferiores àqueles pagos aos brasileiros (SILVA, S., 2006).

Outro aspecto que os afeta é o preconceito que diversos grupos sofrem, por serem migrantes⁸³ (MARCOLINI, 2014), de feições físicas indígenas, como no caso dos andinos e mestiços destes, e suas crianças, como nos casos de *bullying*⁸⁴ com estudantes bolivianos da rede pública em algumas escolas do Pari. Estes alunos eram forçados a pagar uma taxa diária e, se deixavam de fazê-lo, eram vítimas de agressão física e até sexual (G1, 2010), ou, ainda, por outros motivos (SAKAMOTO, 2014).

⁸² Tradução da pesquisadora.

⁸³ Informações em WARMIS: <<http://www.warmismulheresbolivianas.com.br/blog/pagina-exemplo/>> (acesso em 2 fev. 2014).

⁸⁴ “Várias pessoas escolhem uma para judiar, maltratar, fazer passar por humilhações, constrangimentos; agredem fisicamente e até forçam-na a cometer delitos.” (NAKAGAWA, op. cit., nota de rodapé, p. 55).

A respeito da chegada destes imigrantes, pareceria existir consenso entre diferentes estudiosos em dizer que os imigrantes sul-americanos estão no país e na cidade há muito tempo. S. Silva nos informa que na década de 1940 o Boletim de Imigração e Colonização do Porto de Santos já registrava o ingresso de diversos hispano-americanos (SILVA, 1997). Porém, foi na década de 1970 que esta migração tornou-se massiva, especialmente pela presença de argentinos, chilenos e uruguaios (CORTÉS, 2000; SILVA, S., 2006). Outros momentos dessa chegada foram a década de 1980, a de 1990 e a primeira década deste século.

Bonassi, seguindo Pellegrino⁸⁵, considera que o estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil da década de 1970 e os regimes militares ditatoriais tiveram influência direta na vinda deles. Regimes que começaram em 1954 no Paraguai, em 1964 no Brasil, em 1972 na Bolívia, 1973 na Bolívia e no Chile e em 1976 na Argentina.

Este foi um breve panorama da migração no mundo e mais especificamente no Brasil, com uma leve ênfase nos imigrantes hispano-americanos. Muito ficou por ser dito no concernente à migração hispano-americana no Brasil, que se fez numa pesquisa anterior (YOUNG, 2007a) em relação aos estudos até inícios de 2007.

A produção neste campo continuou sendo feita e vários desses trabalhos foram publicados pelo Observatório das Metrópoles nos *Cadernos Metrópole* (CYMBALISTA, R. & XAVIER, 2007), pelo GEMA, em relação aos migrantes em contextos urbanos (SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2010), pela FFLCH (REZERA, D., 2010), pelo NIEM-RJ (SOUCHAUD, S., 2010), pelo NEPo-Unicamp, em relação à migração boliviana (BAENINGER, 2012), pelo SENAC e o Museu da Pessoa (JARA & CORTÉS, 2010; JARA & SCAFFO, 2011; LONDOÑO & JARA, 2012), pelo CEM (DANIEL, C., 2013).

⁸⁵ PELLEGRINO, A. As migrações internacionais no Brasil com ênfase no caso do Uruguai. In: PATARRA, N. *Emigração e imigração no Brasil contemporâneo*, vol. 1. Campinas, Fnuap. jun 1996, p. 78-88.

3 O MÉTODO

3.1 Método seguido para a criação do Serviço Psicossocial

Como já se disse no capítulo 1, o projeto inicial de criação do Serviço Psicossocial (SPss) foi apresentado em 19 de julho de 2001 e iniciado em 7 de agosto de 2001.

Os objetivos inicialmente propostos no projeto foram:

- a) ajudar a trabalhar a “chegada” dos novos imigrantes;
- b) ajudá-los no seu processo de adaptação (tanto os recentes como aqueles com algum tempo de migração);
- c) escutar outras necessidades por eles apresentadas.

Em princípio, o serviço foi pensado para imigrantes do CPM, mas, a partir da segunda semana de sua aplicação, este público-alvo foi ampliado para atender também aos migrantes nacionais e imigrantes que se encontravam na AVIM. Assim, passou-se a oferecer acompanhamento psicológico compreendendo escuta, diálogo, orientação intercultural e psicoterapia breve (quando possível e necessário) a migrantes recentemente chegados e às suas famílias (pessoas individuais, casais e famílias), visando ajudá-los na sua inserção social.

Desde a elaboração do projeto inicial, consideraram-se duas fases de aplicação: (1) a *piloto*, que começou na data do início e terminaria em dezembro daquele mesmo ano, e (2) a segunda que, depois dos “ajustes necessários”, iniciar-se-ia no segundo ano. Embora assim se pensasse, a fase piloto manteve-se até o fim de 2003⁸⁶, e os “ajustes necessários” foram se dando progressivamente na ação.

Para conseguir que o público usuário da Pastoral Latino-americana soubesse da existência do Serviço Psicossocial e o usasse, recorreu-se à divulgação. Isto aconteceu ao longo dos seus diversos momentos, mas de uma forma não muito bem planejada, obedecendo apenas à disponibilidade dos canais possíveis.

⁸⁶ Momento em que foi revisado para apresentá-lo como dissertação para o mestrado.

Optou-se por divulgar o trabalho pessoalmente nas Missas Latino-americanas (em quase todos os meses desse primeiro ano), no programa “Trópico Caliente” (de uma rádio comunitária no Tucuruvi com grande audiência dentro da comunidade hispanofalante)⁸⁷, na dinâmica grupal na Casa do Migrante, para o grupo participante e todos os albergados no horário do jantar⁸⁸, e também, por intermédio do Secretário de Assistência Social do CPM, para o público que o procurava. Nos anos seguintes, manteve-se esta divulgação por meio das Missas Latino-americanas no interior da Casa até 2007, acrescentando-se as modalidades impressas no *Boletim da Pastoral Peruana*, de 2001 a 2003, e posteriormente, em 2004, no *Comunidad latina de São Paulo*, chamado mais tarde (2005) de *Somos Hermanos*, boletim mensal da paróquia latino-americana (CPM), até o ano de 2006⁸⁹. Mais recentemente, foi divulgado pela mídia eletrônica no extinto sítio do Centro Pastoral do Migrante⁹⁰, no jornal *Momentos*⁹¹ e, de abril a dezembro de 2012, na página da Missão Paz, que reunia toda a ação realizada pela Missão dos Scalabrinianos de São Carlos na Igreja Nossa Senhora da Paz⁹².

Outra modalidade de divulgação, talvez a mais eficaz, foi a direta, na sala de espera das pessoas que compareciam para fazer trâmites por ocasião do Acordo Binacional Brasil-Bolívia em 2005⁹³. A partir de então, essa modalidade de divulgação foi tomada como atividade constante, nos intervalos em que não havia pessoas para serem atendidas. Nesse momento, apresentava-se o serviço para o público presente: no que consistia, para o que se destinava e como funcionava, solicitando-lhes avisarem a conhecidos que eventualmente necessitassem dele. Isso originava um efeito “bola de neve”.

Várias outras atividades que foram realizadas no início, quando o público respondia lentamente, serviram como melhor preparação para o funcionamento do serviço e “diagnóstico situacional”. Essas atividades foram: (1) contato com serviços da região, especificamente com o Posto de Saúde Várzea do Carmo e o Hospital Liberdade; (2) a observação do atendimento

⁸⁷ Conduzido pelo radialista uruguaio Julio Cesar Veppo e descontinuado com o retorno do seu locutor ao seu país, pouco tempo depois disso.

⁸⁸ Momento que congregava a maioria na Casa.

⁸⁹ Ano que esse boletim deixou de aparecer.

⁹⁰ Desde outubro de 2006 até outubro de 2011, aproximadamente.

⁹¹ Esteve disponível em: <<http://jornalmomentos.net/construtor/page38.aspx>> entre 19 outubro 2008 até 2009.

⁹² <<http://www.missaonspaz.org/#!cpm/vstc1=assistencia-psicologica>>, que mudou para <<http://www.missaonspaz.org/#!cpmm/c8hd>> a partir de 2013.

⁹³ Vale dizer que esse mecanismo da política migratória nacional atraiu um enorme número de pessoas, havendo de sessenta a cem pessoas em sala de espera em um determinado momento, fluxo que se manteve durante todo o expediente do CPM. Outra conjuntura ainda de maior mobilização foi a Anistia para Imigrantes não Regulares de 2009.

ao público que o senhor Mário Steinhoff, secretário de Assistência Social, prestava⁹⁴; (3) o atendimento desse público em uma oportunidade em que ele se ausentou.

O serviço era realizado uma tarde por semana durante quatro a cinco horas. Este tempo foi reduzido a três horas e meia quando passei a realizar um trabalho de grupo na CdM (de 2001 a 2007). Desde sua criação, o SPss funcionava, em média, de dez e meio a onze meses por ano.

O atendimento era por ordem de chegada, sem prévia consulta marcada. Optou-se por esta forma de funcionamento depois de comprovar, após vários meses, que os usuários não compareciam nos horários marcados ou, se chegavam, faziam-no fora destes. A razão disso parecia dever-se ao período de confusão de fusos horários, tempos e espaços que os migrantes vivenciam na *fase de chegada*, na qual urge pensar sobre assuntos prioritários (entender a língua, encontrar trabalho, regularizar sua situação documentária no país).

As sessões de atendimento duravam geralmente de 50 a 60 minutos, podendo ser mais, principalmente nas primeiras entrevistas, se não houvesse outros pacientes em sala de espera, como acontecia no início da implantação do serviço. Poucas vezes duraram menos, como nos casos de pessoas que solicitavam orientações específicas: informações sobre trabalho, associações de imigrantes, e assuntos relacionados. Houve, porém, situações nas quais o tempo menor da sessão (35 a 40 minutos) se deveu à numerosa demanda do dia, como aconteceu algumas vezes depois de 2008.

A língua usada era geralmente o espanhol para os hispanofalantes, o português para os migrantes nacionais e o inglês para aqueles imigrantes que não falavam as línguas anteriores e podiam comunicar-se nesta, como aconteceu com alguns poucos imigrantes da Nigéria. Falou-se em português com imigrantes hispano-americanos quando estes manifestaram sua preferência por se comunicarem nessa língua, como aconteceu com filhos de imigrantes nascidos ou crescidos aqui (imigrantes de segunda geração).

O local de atendimento sempre foi uma sala no CPM, no primeiro andar do salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Paz, situado na Rua do Glicério, 225, Liberdade, na cidade de São Paulo. Nem sempre era a mesma, pois isso dependia dos diversos arranjos de espaço, conforme o coordenador do momento e as atividades do Centro. Excepcionalmente, nos meses de outubro e novembro de 2011, não houve uma sala disponível e precisou-se procurar a cada vez um espaço em qualquer ambiente para atender, situação posteriormente corrigida.

Com o objetivo de ajudar a memória, tentou-se registrar as sessões de atendimento, por

⁹⁴ Foi o primeiro funcionário contratado. Trabalhou como assistente social de 1994 a 2004 (BOMFIM, 2010).

escrito, em cadernos de campo (quatro). Em geral, procurava-se tomar algumas notas, especialmente no primeiro atendimento. Eram dados demográficos gerais, quando estes saíam espontaneamente, e dados de migração (tempo de migração e motivo, especialmente). Nas vezes posteriores, só se anotava algum dado que fosse novo ou chamasse a atenção. Este procedimento ocorria de maneira tranquila com a maioria das pessoas atendidas, porém foi motivo de problema para uma delas. Quando possível, fez-se um registro posterior à entrevista, na maioria das vezes nos cadernos de campo (cc), e muito poucas em arquivos digitalizados. O uso mais extensivo dos registros digitais foi a partir de 2008, porém, o SPss quase não os usou, pois nem sempre se dispunha de computador. Foram as avaliações, das quais se falará a seguir, as ocasiões para recapitular os casos vistos.

Foram realizadas sete avaliações a fim de: (1) verificar a consecução dos objetivos propostos; (2) saber o que, na prática, fazia-se no SPss; (3) ampliar a divulgação do trabalho para o público usuário; (4) conhecer melhor as necessidades e realidades do CPM; (5) obter algum grau de participação da parte dessa instituição, por meio de opiniões, pareceres, críticas e sugestões para o melhor funcionamento do SPss, visando a fazer um trabalho mais integrado; (6) propor novas ações e discuti-las para a sua implementação futura. Estas foram duas autoavaliações e cinco avaliações apresentadas em reuniões, solicitadas pelo serviço, com a equipe da instituição: o padre coordenador, o/a secretário/a de Assistência Social, o coordenador da Casa do Migrante e a assistente social dessa outra instituição. Depois de cada avaliação reorganizavam-se objetivos e listavam-se tarefas. As datas das avaliações foram:

AVALIAÇÕES REALIZADAS							
Nº	1	2	3	4	5	6	7
Data	17/12/2001	16/09/02	30/03/2003	16/04/2004	23/04/2004	12/2006	18/11/2007

Após realizar as duas primeiras (dezembro 2001 e setembro 2002) ficou mais claro o desafio que significava atender um público como o do CPM, com demandas econômico-sociais e jurídicas muito concretas. Para aumentar a resposta deste público ao Serviço, pensou-se em uma melhor divulgação por meios não utilizados até aquele momento: consulados e rádios. No entanto, essa divulgação somente se realizou nos programas radiofônicos “Trópico Caliente” em 2001 e “Latino-america no ar” em 2011, da *Rádio 9 de Julho*, ambos em duas oportunidades.

As duas avaliações seguintes (março de 2003 e abril de 2004) incidiram mais na maneira como os objetivos inicialmente propostos estavam sendo cumpridos.

Embora se continuasse realizando avaliações a partir de 2007 até dezembro de 2012, estas passaram a ser mais informais, na modalidade de conversas frequentes com o coordenador do CPM. Geralmente, elas tratavam das pessoas vistas ultimamente e de outros assuntos nos quais o CPM estava envolvido. A partir de então, passou-se a considerar essas conversas e outras atividades relacionadas diretamente à instituição do CPM e posteriormente da MP como “Participações Institucionais”.

3.1.1 Os tipos de atendimentos

Decidiu-se classificar os atendimentos conforme quem os solicitava, se era uma pessoa, um casal ou uma família. No entanto, esta forma de classificação se apresentou problemática para casais e famílias, quando esses atendimentos se prolongavam no tempo. Tanto em um, quanto em outro caso, quase sempre se atendia primeiro em grupo e depois cada membro em separado. Outras vezes, pareceu-me necessário trabalhar individualmente por algum tempo com aquele que apresentava mais dificuldade. No caso das famílias, nem sempre todos os membros se apresentavam. Decidimos resolver o impasse considerando que os atendimentos, independentemente de terem sido realizados mais com um membro do que com os dois juntos, resultariam em benefício ao casal. Portanto, mantivemos a classificação a seguir:

a) *atendimentos individuais*. Assim considerei as sessões de atendimento com uma pessoa que demandava ajuda para si;

b) *atendimentos em casal*. Sessões de atendimento realizadas como resposta à demanda de um casal, geralmente presente na sala. Em uma única vez, um atendimento individual correspondeu a esta categoria, pois a pessoa compareceu a pedido da esposa e para conversar sobre problemas que ambos tinham como casal;

c) *atendimentos em família*. Sessões de atendimento a famílias que solicitavam atenção como grupo familiar, podendo estar presentes dois ou mais membros. Os tipos de famílias atendidas durante o período em estudo foram nucleares, monoparentais e extensas⁹⁵;

d) *atendimentos em grupo*. Sessões de atendimento a um grupo que solicitava ajuda por alguma questão comum ou assim entendida por ele e que não tinha relações familiares de parentesco. Por exemplo: costureiros de duas oficinas que tentavam compreender a participação deles na quebra da saúde mental de uma ex-colega de uma delas e nova costureira da outra, vizinhos que iam juntos para atender o problema de um deles, agente social que participava da sessão com a família que acompanhava, grupo de costureiros que fugiram da oficina de costura onde não lhes pagavam;

e) *participações institucionais*. Atividades orientadas a atender o aspecto institucional ou organizacional do serviço como um todo, ou do próprio CPM: reuniões de avaliação do serviço, sessões de treinamento com uma estagiária, eventualmente reuniões com o padre coordenador para tratar de alguns casos atendidos, reuniões de reflexão ou avaliação do CPM, participação em entrevistas com a mídia ou pesquisadores diversos (da área jornalística, iniciantes em pesquisa, estudantes que elaboravam seu TCC, pesquisadores pós-graduandos, etc.) que faziam matérias sobre o CPM ou o público que este atendia;

f) *relatórios técnicos*. Exposição escrita em resposta ao pedido de avaliação psicológica ou parecer especializado de ou sobre pessoas, sendo sua solicitação feita por elas próprias (para apresentar no trabalho, para iniciar um processo, por exemplo), seus pais (no caso de crianças) ou outras instâncias (escola, professores);

g) *encaminhamentos*. Solicitações de interconsulta a centros de saúde ou organizações não governamentais da cidade, na procura de atendimento psiquiátrico para as pessoas em crise psicótica ou portadores de quadros específicos que precisavam de atenção emergencial e/ou especializada.

3.2 Método seguido no resgate dos atendimentos de 2001 a 2004

⁹⁵ Entendendo-se por nucleares as formadas por pais e filhos; monoparentais aquelas com a presença de um só progenitor e filho/a; extensas aquelas em que além dos pais estão presentes outros membros, como avós, irmãos de um deles ou ambos, filhos destes, etc.

A forma de trabalho empreendida nesta pesquisa está relacionada com algo que poderia ser chamado “fenomenologia empírica”: quer-se conhecer primeiro as situações, tal como se apresentaram para quem as problematizou, como foram vividas. O foco foram os atendimentos realizados no Serviço Psicossocial.

3.2.1 Os participantes

Sabemos que o nome “participante” não é o mais apropriado para nos referir às pessoas que participam como objeto principal de interesse e estudo nesta pesquisa, mas as chamamos assim para salientar o aspecto ativo e colaborativo da sua presença numa ação/num fazer que perderia sentido se elas não estivessem presentes.

Com esse termo nos referimos àquelas pessoas que participaram como usuárias do serviço. Também àquelas das quais temos desde algum registro para poder fazer o cômputo global e o perfil demográfico, até registros minimamente completos para refletir com mais profundidade (analisar qualitativamente).

Consideramos nesta categoria todas as pessoas procedentes de qualquer país da “América do Sul Hispânica”, ex-colônia da Espanha nas Américas, que foram atendidas no SPss do CPM, desde sua formação em agosto de 2001 até dezembro de 2004. Nos modos de ser deles se faz presente a marca da língua espanhola, assim como culturas mestiças de vertentes hispânicas, indígenas e outras.

No tocante a sexo, a maioria era de homens (64%), frente a 36% de mulheres.

Em relação à idade, o maior grupo era aquele que estava entre os 20 e 29 anos (23 pessoas, quase 27%), seguido pelo de 30 a 39 anos (22 pessoas, quase 26%). Treze pessoas estavam sem informação (SI = 15%), seguidas por aqueles que tinham entre 40 e 49 anos (dez pessoas, quase 12%), sete crianças de 0 a 9 anos (8%), seis adultos entre os 50 e os 59 anos (quase 7%), quatro pessoas com 60 anos ou mais (quase 5%) e três crianças na faixa de 10 a 19 anos (3%).

No tocante aos países de origem, 44 pessoas eram da Bolívia (51%), 22 do Peru (26%), 11 do Chile (13%), duas do Brasil (imigrantes de segunda geração, nascidos aqui), duas da Argentina, duas do Paraguai (correspondendo a 2% cada), uma da Colômbia, uma do Equador e uma do Uruguai (1% cada).

Em relação às cidades de origem, quase 21% das pessoas provinham de La Paz, havia 16%

SI (sem informação), quase 13% eram de Lima, quase 7% eram de Cochabamba, seguidas de Huánuco, São Paulo e Temuco (totalizando 2% cada), e 31% pertenciam cada uma a uma cidade diferente.

Em relação à situação socioconjugal, 47% estavam casados, 29% solteiros, 20% encontravam-se separados, 3% não informaram e 1% era viúvo.

No tocante à situação documentária, 49% estavam irregulares perante a lei brasileira, não se obteve informação de 36% e 15% estavam regularizados.

No tocante à ocupação, quase 27% informaram ser costureiros, 24% desempregados, 8% não informaram, quase 7% eram estudantes, quase 5% eram donos de oficinas de costura, em quase 5% não se aplicava (NSA), por serem crianças pequenas, ainda fora da idade escolar, 3% realizavam “bicos”, 2% sobreviviam como camelôs e quase 14% tiveram ocupações diversas.

No quesito escolaridade, conta-se com maior número de respostas SI (sem informação), 30%; seguidas pelos grupos de Instrução Superior completa e Instrução Superior incompleta, cada um com quase 12%; depois por três grupos: os de Superior Técnico completo, Ensino Médio completo e Ensino Fundamental incompleto (todos com 9%); o grupo de NSA (Não se aplica 6%); o dos que fizeram o Ensino Médio incompleto, com quase 6%; e por fim o grupo dos que têm Ensino Fundamental completo, com quase 5%.

Em relação ao tipo de formação profissional, mesmo que incompleta, novamente o grupo SI (sem informação) foi o majoritário, com quase 42%; seguiu-se o grupo com nenhuma formação profissional, com quase 14%; depois o grupo NSA (não se aplica), compreendido por crianças (9%); a seguir o grupo com estudos em carreiras técnicas (8%); os que estudaram Pedagogia (quase 5%); dois grupos com igual número de pessoas, os que cursaram Administração e aqueles que estudaram Comunicação Social (3%); outros três grupos, também iguais em número, o dos que possuíam estudos em Artes Gráficas, Enfermagem e Engenharia (2%); seguidos por quase 7% de imigrantes com variadas formações, de nível universitário ou não (Auditoria, “Barman”, Contabilidade, Depilação, Desenho-Moda, Direito).

Em relação a religião, havia 69% sem informação, seguidos de 15% de católicos, 7% de evangélicos, 4% de pentecostais, 2% de cristãos, 1% de adventistas e 2% de ateus.

No que tange a terem ou não filhos, quase 63% eram pais, 31% não eram e ficou-se sem informação de quase 6%. No caso dos pais, 35% deles tinham dois filhos, seguidos pelo grupo que tinha um (31%), depois por aqueles que tinham três filhos (22%), por 7% de pais de quatro filhos e quase 4% de pais de cinco ou mais filhos. O grupo de não pais esteve formado também pelo subgrupo “não se aplica” formado por crianças pequenas.

Sobre o bairro de residência, a resposta SI teve quase 25%, seguida por Liberdade⁹⁶ (quase 18%), Bom Retiro (7%), Belém (com quase 6%), residentes de Santa Cecília e Vila Maria Alta (igualmente com quase 5% cada grupo), Brás (com quase 4%) e um grupo variado de bairros entre o Centro e a região ao leste, inclusive na Grande São Paulo: Canindé, Centro de São Paulo, Cidade Antônio Estevão, Guarulhos, Itapevi, São Miguel Paulista, Pari, Vila Libanesa e Vila Maria (com quase 3% cada grupo); finalmente 11% das pessoas moravam numa diversidade de bairros em várias regiões da cidade (Centro, Leste, Oeste, Sul).

No tocante a tempo de migração, 30% tinham entre um mês e um ano no país, 19% tinham entre um e cinco anos, 17% entre cinco e dez anos, 15% mais de dez anos, 12% até um mês, 6% SI, 1% NSA (por serem imigrantes de segunda geração nascidos no país).

No tocante ao ano de chegada, quase 52% chegaram a partir do 2000, seguidos por 30% que chegaram na década de 1990, 8% que chegaram nos anos 1980, 6% SI, 3% antes da década de 1980, e não se aplicava para o caso de 1%.

⁹⁶ A grande parte destas pessoas eram moradoras da AVIM ou Casa do Migrante localizada no bairro.

Situação Documentária

3.2.2 Decisões tomadas

Muito tempo foi utilizado na transcrição dos manuscritos e, ao se fazer isso, na rememoração dos atendimentos às pessoas, das pessoas e suas histórias. Foi um trabalho de resgate documentário, de memória e de história. História não só da psicóloga memorialista ao atender essas pessoas sul-americanas, mas também das histórias delas, não poucas vezes dolorosas de evocar.

Então, especialmente porque houve usuários atendidos mais de uma vez (ver Quadro 2: Total de sessões assistidas), foi de uma magnitude imprevista o trabalho de resgate das sessões de atendimento realizadas, por meio da transcrição, tradução para o português (quase todas as vezes esses registros foram realizados em espanhol, língua da psicóloga e da pessoa atendida), digitação e tabulação segundo categorias demográficas, migratórias e outras relacionadas às perguntas da tese (ver Quadro 3: Categorias relevantes para a descrição da população).

Foi esse o motivo inicial de não se ter sistematizado os atendimentos às 355 pessoas atendidas. Decidiu-se focalizar nos atendimentos dos 86 usuários dos primeiros quatro anos de existência do serviço, para efeitos de uma análise mais qualitativa. Agindo desta forma, observou-se que:

(1) Seria possível visualizar as dificuldades de estabelecimento de um serviço voluntário no interior de uma instituição que não sabia da sua importância;

(2) Trabalhar-se-ia com imigrantes na maior parte em situação de (in)documentação, como era o caso majoritário dos usuários hispano-americanos do Sul nesses anos durante os quais ainda não existiam mecanismos legais para facilitar o livre-trânsito de pessoas no Mercosul;

(3) Nessa situação, causadora de problemas que também eram matéria de consulta no Serviço Psicossocial, ainda hoje se encontram imigrantes que vêm de países sem relações bilaterais de livre-trânsito com o Brasil ou não cumprem com os requisitos de imigrante qualificado candidato a uma vaga em empresa global. Alguns são ex-solicitantes de refúgio que não vêm de países que atravessam conflitos bélicos no presente ou não conseguem provar sua situação de perseguido político. Estes atuais imigrantes (in)documentados provêm de países da África, de Cuba, da China, entre outros, e vivenciam, como a maioria dos 86 imigrantes hispano-americanos do Sul, deste estudo, uma situação de vulnerabilidade psicossocial também por causa da sua situação perante o Estado brasileiro.

QUADRO 1: PESSOAS ATENDIDAS E MODALIDADE DE ATENDIMENTO

Individual	Familiar	Em Casal	Em Grupo	Duas modalidades
52	20	16	2	4

QUADRO 2: TOTAL DE SESSÕES ASSISTIDAS PELOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PSICOSSOCIAL ENTRE 2001 E 2004

Total de sessões assistidas	1	2	3	4	5	7	9	10	16	23	38	52
Usuários (Total: 86)	48	16	8	4	1	2	2	1	1	1	1	1
	56%	19%	9%	5%	1%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%

QUADRO 3: CATEGORIAS RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO

A pessoa como usuário do Serviço Psicossocial (SPss):

(1)	Número de atendimento
(2)	Código de identificação
(3)	Tipo de atendimento I (individual) C (casal) F (família)

	G (grupo)
(4)	Data do primeiro atendimento

Perfil demográfico da pessoa:

(5)	Sexo
(6)	Data de nascimento (especificar ou SI)
(7)	Idade (especificar ou SI)
(8)	Cidade de origem (especificar ou SI)
(9)	País de nascimento
(10)	Nacionalidade (especificar) Ar (Argentina) Bo (Boliviana) Br (Brasileira) Ch (Chilena) Co (Colombiana) Eq (Equatoriana) Pa (Paraguaia) Pe (Peruana) Ur (Uruaguaia)
(11)	Situação socioconjugal (Refere-se à situação da vivência conjugal de fato e não a sua formalidade legal) So (Solteira/o) Ca (Casada/o) Se ou Di (Separada/o ou Divorciada/o) Vi (Viúva/o)
(12)	Situação documentária R (Regular) Ir (Irregular) SI
(13)	Ocupação (especificar, SI ou NSA)
(14)	Escolaridade (especificar ou SI) EFc (Ensino Fundamental completo) EFi (Ensino Fundamental incompleto) EMc (Ensino Médio completo) EMi (Ensino Médio incompleto) SUc (Superior Universitário completo) SUi (Superior Universitário incompleto) STc (Superior Técnico completo) STi (Superior Técnico incompleto)
(15)	Formação profissional (técnica, universitária ou outra, especificar, SI ou NSA)
(16)	Número de filhos (especificar, SI ou NSA)
(17)	Bairro de residência no início do atendimento (especificar ou SI)
(18)	Religião (especificar ou SI)
(19)	Tempo de migração (em dias, semanas, meses ou anos)
(20)	Ano de chegada (especificar ou SI)
(21)	Motivo de migração (especificar, SI ou NSA)
(22)	Migrações anteriores (sim, não ou SI)

A pessoa como usuária do SPss:

(23)	Como soube do serviço?
(24)	Total de sessões

Legenda:

SI - sem informação (alguma); NSA - não se aplica

A língua usada era o espanhol, como uma opção técnica. Apesar de não existir uniformidade de critérios entre os psicoterapeutas (como por expresse em MEHLER, J; ARGENTIERI, S; CANESTRI, J., 2002), considerei que falar na própria língua seria um elemento de reestruturação para essas pessoas e facilitaria a comunicação no grupo familiar migrante, consideração também apoiada por Monardez (1994), o qual encontrou que a história familiar e valores culturais de famílias chilenas eram conhecidos e compartilhados quando se falava a língua de origem. Os casos em que optei pelo português foram aqueles em que as pessoas se expressavam preferencialmente nesta língua ou explicitaram sua preferência por ser atendidas nela⁹⁷.

Trabalhou-se com registros de atendimento aos usuários e estes eram: (1) manuscritos em quatro cadernos de campo, (2) digitalizados em arquivos pessoais, e (3) digitalizados dentro do Sistema de Registro do Centro Pastoral, aos quais tive acesso parcialmente⁹⁸.

3.2.3 Procedimentos

Primeiro se fez um registro dos atendimentos das pessoas bolivianas (“Bolivianos atendidos 2001-2009”), colocando numa tabela as categorias: (1) Nome e descrição demográfica, (2) Tipo de atendimento, (3) Datas das sessões, (4) Registro da sessão. Isto num momento no qual se pensou que o foco da pesquisa seriam os atendimentos às pessoas bolivianas, como projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação do IPUSP no segundo semestre de 2008.

⁹⁷ Situação que geralmente aconteceu com filhos de imigrantes nascidos ou crescidos aqui: *migrantes de segunda geração*.

⁹⁸ Até o mês de maio de 2011. Antes, estes só podiam ser acessados a partir dos computadores do CPM ou CPMM. No entanto, desde junho até agosto de 2012, esse sistema esteve indisponível pela ocasião de “um raio ter atingido a placa mãe do computador central”, segundo informação do padre coordenador. A indisponibilidade do sistema não era fato incomum, muito pelo contrário.

Para o registro anterior, houve necessidade de ler, evocar, traduzir e digitalizar os atendimentos das pessoas bolivianas atendidas até 2009. No entanto, esse registro, só foi “descoberto” quando se finalizava a mesma tarefa há três meses, em relação às pessoas hispano-americanas todas, atendidas entre 2001 e 2004.

Antes, por motivo de uma apresentação num Seminário sobre Migração Peruana (2006⁹⁹), tinha-se feito o registro “Motivo de consulta de peruanos 2001-mar2003”. Esse sim, “descoberto” a tempo, quando se realizava o levantamento dos registros dos cadernos de campo.

No início de 2012, para o Exame de Qualificação, construiu-se a tabela “Hispano-americanos atendidos até 2012”, que continha uma listagem de todas as pessoas hispano-americanas atendidas em ordenação cronológica ascendente (da primeira à última), com uma codificação simples segundo o tipo de atendimento (individual, etc.) na horizontal e os anos na vertical (colunas), com a especificação da data do primeiro atendimento e barras indicando o número de sessões adicionais. E iniciou-se um “Registro narrado dos atendimentos 2001-2004”, finalizado em abril de 2014.

Também no segundo semestre de 2012 e por ocasião de uma aula de estágio no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) da disciplina Psicologia da Morte, ministrada pela Dra. Maria Júlia Kovács, fez-se um registro textual de casos nos quais existia uma associação entre *morte e migração*.

Por último, de janeiro ao início de maio de 2014 se confeccionou a tabela “Hispano-americanos por categorias relevantes 2001-2004”, com duas versões. A primeira pretendia tabular todo o registrado em planilhas de Excel. Com a orientação do professor Luiz Santos, em fins de abril de 2014, compreendeu-se que seria uma tarefa exaustiva, porque requeria categorizar e codificar todas as narrativas. Então, decidiu-se deixar a tabela com as informações demográfico-migratórias. Chamam-se assim as características demográficas que os estudos no campo da migração assinalam ou deixam entrever como importantes de se observar nas populações migrantes.

Para confeccionar cada um desses registros (tabelas ou textos) precisou-se fazer uma leitura do material nos cadernos de campo. O tipo de leitura variava, segundo o tipo de registro, podendo ser integral e detida, como no caso de “Bolivianos atendidos 2001-2009”, “Motivo de consulta de peruanos 2001-mar2003”, “Hispano-americanos por categorias relevantes 2001-

⁹⁹ O nome foi: “La Realidad Migratoria y del Refugio de Peruanos en el Brasil”, realizado em local da OAB em 17 nov. 2006.

2004”, “Registro narrado dos atendimentos 2001-2004”, “morte e migração”, ou seletiva e rápida, como na tabela “Hispano-americanos atendidos até 2012”.

Para a maioria das tabelas, cada registro de atendimento (nos cadernos de campo) foi lido atentamente, completado com a ajuda da memória da psicóloga-memorialista¹⁰⁰; e traduzido, sessão a sessão, do espanhol para a língua portuguesa. Isso para 50% deles. Para os 50% restantes se fez unicamente uma síntese do atendimento por itens que se relacionavam às perguntas que a tese pretendia responder¹⁰¹.

3.2.4 Considerações éticas

Como foi dito na “Introdução”, ao iniciar o projeto do Serviço Psicossocial não pensei que este passaria a ser matéria de pesquisa. O objetivo era oferecer um serviço de acompanhamento psicológico, entendido como escuta, diálogo, orientação intercultural e psicoterapia breve, a migrantes recentemente chegados e às suas famílias, visando ajudá-los na sua inserção social. O aspecto mais delicado desta questão consiste em como se falar publicamente da demanda, sofrimentos, recursos, estratégias pessoais dessas pessoas usuárias do SPss quando elas não foram consultadas sobre essa possibilidade, não foram informadas da eventualidade de que suas histórias fossem assunto de indagação acadêmica, de que essas vivências compartilhadas em uma situação clínica saíssem dela.

Uma resposta que se encontrou para esta questão ética difícil foi trabalhar qualitativamente com os registros de usuários atendidos muito tempo atrás (2001-2004) e que já não estavam em consulta, por um lado, tendo a desvantagem de não poderem ser consultados sobre isto, pela falta de contato com eles. Por outro, trabalhava-se com cadernos de campo e a memória da psicóloga do serviço.

Para o único caso de um usuário que permaneceu ao longo de todos estes anos em atendimento no SPss, o método adotado foi outro. Construiu-se uma narrativa sobre ele e sobre a base do extenso material registrado que foi disponibilizado para consulta, com a finalidade de reconstruir com ele o texto seguindo a via da negociação e diálogo com o principal implicado

¹⁰⁰ Por vezes fraca e fragmentária, porém, na minoria das vezes.

¹⁰¹ Decisão de recorte que se fez, uma vez compreendido que não se conseguiria finalizar no novo prazo de depósito.

(SCHMIDT, 2003, p. 62). Em inícios de maio, conversou-se com ele sobre isso, e acordou-se lermos juntos o texto na reunião seguinte. No entanto, não voltou ao serviço até a sexta-feira, 20 de junho de 2014. Ele sofrera um acidente e permanecera de cama por mais de um mês, disse. Nesse dia, fez-se a leitura de alguns trechos juntos e ele disse que tinha uma reunião e preferia levar o material para revisar em casa, ficando a próxima reunião para quarta-feira, 25 de junho de 2014. Mas ele não voltou. Então, decidiu-se não publicar esse material na tese até que ele participasse da sua construção. Depois disso, seria cogitado um meio de publicação.

Quando o Serviço estava no seu primeiro ano, teve-se a necessidade de receber supervisão em alguns casos que atendia. Não tendo a condição financeira para isso e dado o caráter não assalariado do SPss, recorreu-se a formas alternativas, como uma supervisão em troca de outro serviço. Também foram levados alguns casos à discussão nas disciplinas de Clínica Psicoterápica: Prevenção Considerando o Desenvolvimento Psicológico, da Professora Ivonise Fernandes da Motta, e Diagnóstico em Prevenção, da Professora Kayoko Yamamoto, ambas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do IPUSP, assim como na equipe de supervisão do Serviço de Orientação Intercultural do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, coordenado pela Dra. Sylvia Duarte Dantas DeBiaggi, todas estas instâncias como parte da passagem da psicóloga pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do IPUSP na época do mestrado, entre os anos de 2003 a 2007. Inclusive, não foi raro ela levar suas preocupações com algumas das pessoas atendidas para a própria psicoterapia¹⁰². Relata-se isto para expressar que a reflexão e o cuidado para com essas pessoas estiveram presentes sempre.

¹⁰² Manter uma psicoterapia foi um cuidado também para preservar o próprio espaço e assim evitar usar o espaço dedicado ao cuidado dos outros.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados aqui apresentados correspondem a um trabalho de sistematização de sessões de atendimento psicológico com os 86 usuários hispano-americanos do Sul, atendidos no Serviço Psicossocial entre 2001 e 2004.

Como se disse no “Método”, trata-se de um trabalho de resgate documentário, pela transcrição e digitalização de registros manuscritos, traduzidos do espanhol para a língua portuguesa. Nesse processo de rememoração dos atendimentos, das pessoas atendidas e suas histórias, momentos, sentimentos e impressões passadas da memorialista-psicóloga, foram também atualizados alguns com uma força ainda difícil de se lidar, como no caso de histórias dolorosas.

Resgate do quê? Do esquecimento, da invisibilidade desse serviço de atendimento psicológico em questão, e igualmente das pessoas imigrantes e suas histórias.

Foi um trabalho de meses, tabular as informações segundo categorias demográficas, migratórias, e outras criadas para responder as perguntas da tese.

As categorias “demográficas” foram apresentadas na parte 3.2.1 “Os participantes” do 3º Capítulo: “O método”. Com elas foram consideradas outras que registravam informações a respeito da migração desses usuários: (1) Tempo de migração, (2) Ano de chegada, (3) Motivo de migração, (4) Migrações anteriores. Outra, ainda, foi criada a partir das perguntas que o estudo pretendia desvendar: Motivo de consulta.

Decidiu-se apresentar o motivo de migração, para uma descrição mais detalhada nesta parte, junto com a categoria acima mencionada.

4.1 Motivo de migração

Desde a leitura dos cadernos de campo, foi possível sentir uma diferença clara em relação ao que geralmente se supõe sobre as motivações para migrar. As razões dadas e histórias contadas sobre os antecedentes, os estímulos à decisão e/ou o evento que “precipitou” a migração tinham um colorido não visto na maioria das publicações. Foram encontrados, assim como ocorreu com Sluzki, diversos estilos pessoais na decisão de migrar, “de decisões

‘explosivas’ a lentos preparativos” (SLUZKI, 1979, p. 380). Teve-se a consciência de se estar numa temática sobre a qual nós, profissionais da Psicologia, tínhamos muito a contribuir.

Ao se querer recuperar essas motivações, mesmo por via das anotações em cadernos de campo ou por via da memória, almeja-se conseguir a forma na qual foram expressas pelos imigrantes usuários do SPss. Ou seja, trabalha-se com linguagem comum e não com definições teóricas. Dito isto, entende-se por *motivo* “razão de ser, a causa de qualquer coisa; explicação para ações de alguém; intenção, intuito; o que leva alguém a mudar de atitude; escopo, motivação; o que dá força psíquica, põe alguém em prontidão para a ação; incentivo, mobilização”; e por *motivação* “conjunto de processos que dão ao comportamento uma intensidade, uma direção determinada e uma forma de desenvolvimento próprias da atividade individual” (HOUAISS-UOL, 2012¹⁰³).

É importante se dizer, também, que, no caso dos atendimentos considerados nesta análise, o motivo de migração, em geral, não constituía uma indagação direta na sessão. Esta informação saía de forma bastante espontânea na fala das pessoas, fossem atendimentos individuais, de casal, familiares ou em grupo. Por isso, há um alto número de SI (Sem Informação): 18 pessoas (quase 21% do total). Por último, houve duas crianças para as quais o item não se aplicou (NSA), por serem nascidas no Brasil. Das 84 pessoas restantes, nove expressaram dois motivos. Numa pesquisa anterior também foi possível observar a coexistência de duas motivações para ter migrado ao Brasil (YOUNG, 2007a).

Por último, quer-se salientar que “a indagação dos motivos é um processo permanente atualizado a cada momento em que o migrante reflete sobre eles e está sujeito às transformações do tempo, da memória e do processo migratório. Sendo assim, nem sempre depende de uma manobra puramente racional” (YOUNG, 2007a, p. 109). Isto implica que quando se pretende falar de motivações para a migração corre-se o risco de dar uma aparência definitiva a algo que é processo, que é devir.

A seguir, apresentam-se as motivações expressas por eles, na maioria dos casos, ou inferidas sobre a base das suas falas nas sessões de atendimento psicológico.

4.1.1 Motivo econômico

¹⁰³ Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=motivo>> e <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=motiva%25C3%25A7%25C3%25A3o>> (acesso em 18 jun. 2014).

Se um amplo número das pessoas cujos atendimentos entraram nesta análise poderiam ser consideradas em “vulnerabilidade” também por causas econômicas, o econômico, entendido como a necessidade de salário melhor ou de trabalho, só foi expresso como motivo da migração por 18 pessoas (quase 21% do total), das quais três expressaram ter também outro motivo e 11 expressaram ter vindo para trabalhar nas oficinas de costura, boa parte com arranjos previamente feitos no país de procedência.

Esses costureiros bolivianos deram como motivo de migração “as melhores oportunidades de trabalho”, referindo-se com isto tanto à maior oferta de trabalho comparada à Bolívia, como a um melhor salário, mesmo que não fosse expressivamente maior. Aspecto importante a ter-se em conta, porquanto as preferências pessoais estavam subordinadas ao aspecto econômico.

4.1.2 Fugas “não políticas” como motivação

A fuga como motivo do deslocamento lhe proporciona um caráter de urgência que vai na contramão da disponibilidade ideal para o encontro do novo e problematiza a adaptação ao país pelo seu caráter de não escolha (YOUNG, 2007a, p. 166). Geralmente ela está presente nas migrações forçadas, mas neste estudo encontraram-se 13 pessoas “migrantes não forçados” (15%) que manifestaram ter fugido de relacionamentos, do luto pelo fim desses, e duas que fugiram de situações de discriminação racial. Estas pessoas podiam identificar, com menor ou maior clareza, que estavam fugindo de algo determinado.

4.1.2.1 Fugas de relacionamentos

a) Fugir do cônjuge

Duas pessoas fugiam do cônjuge. No caso de *H* era uma forma de não querer encarar o relacionamento com a mulher. Ele expressou: “O relacionamento com minha mulher estava ‘frio’. Ela descobriu que eu estava saindo com uma amante”. *Y* tacitamente disse: “Eu fugi do

meu marido. Ele batia nos meus filhos cada vez que bebia. Ameaçava-me dizendo que, se o abandonasse, ele iria me matar e levar meus filhos com ele”. Perguntada sobre quanto tempo havia que acontecia isso, disse: “Dois anos”, e a respeito de não tê-lo denunciado à Justiça, ela disse: “Porque a Justiça lá na Bolívia é para quem tem dinheiro”.

b) Fugir da família

Esse foi o motivo de *N* ter vindo para o Brasil. Ele disse: “Meus pais incumbiram o meu irmão mais velho da educação dos filhos. Ele sempre me calou; nunca consegui expressar o que eu queria. Saí de casa quase escapando”.

4.1.2.2 Fugas do/por luto

a) Fuga do/no luto por decepção amorosa

Esse foi o motivo de migração para quatro pessoas, duas mulheres e dois homens. No caso de *MS*, ela ainda sofria pelo fracasso amoroso com o pai do seu filho. Ela se sentia enganada nos seus sentimentos para com esse homem e acusara deslealdade da parte dele. Teve de voltar para a cidade e a casa dos pais da qual saiu, situação que ela vivenciou com vergonha e humilhação. Tudo isso a tinha impelido para uma migração apressada. Profissional, encontrava-se costurando numa oficina.

Algo muito parecido aconteceu com *AO*. Ele não conseguia assimilar a separação da esposa, especialmente por ter sido relegado por outro homem. No meio desse processo, deixou o Chile com o sentimento de que nada tinha valido a pena.

N também vivenciou algo semelhante antes de tomar a decisão de vir para o Brasil, embora não tenha sido só isso, pois fora rejeitada pelo marido. Ela disse: “Ele me expulsou de casa quando conseguiu uma mulher mais jovem”.

GL também relatou: “Eu tinha uma companheira 15 anos mais velha que eu. Estávamos tentando ter um filho havia um tempo. Ela ficou grávida, mas me disse que o pai era outro homem. Depois disso, decidi vir para o Brasil”.

b) Migração após separação

Seja pelo tempo transcorrido da sua separação até o momento da sessão, ou porque ainda era uma situação da qual ele evitava falar, *O* só disse que decidiu sair da Argentina depois da sua separação, sem fornecer maiores detalhes.

c) Migração e morte de figura materna

Com este título, quer-se assinalar a associação, já observada em outros estudos, de decisões de migrar após episódios de morte das figuras maternas (NASSER, 2001; JARA & CORTÉS, 2010). No caso de *I*, ele não falou do motivo da migração, mas disse que migrou após três anos da morte da avó, encarregada da sua criação. Já para *EM*, a morte da avó foi o evento desencadeante da vinda ao Brasil. Ele disse: “Aconteceu 15 dias atrás, só 15 dias, e eu ainda não o digeri”. *J* também disse: “Eu estava em crise pela morte da minha avó, ninguém (da família) notava isso e eu não quis incomodar meus pais”.

4.1.2.3 Fugas por discriminação racial e xenofobia

Algo que chamou a atenção foi que *G* e *J*, filhos de uma família atendida, expressaram ter fugido da discriminação racial da qual eram vítimas na escola em Buenos Aires. *G* (10) disse: “Eu não gostava nada da Argentina. Um dia todos os meninos da minha escola me bateram, [por quê?] porque eu quebrei dois dentes de um menino, [e por que isso?] porque estava cansado de ele me dizer: ‘Peruano de m...! Volta para tua terra, volta para tua lhama!’”

4.1.3 Motivos familiares e de aproximação familiar

A importância positiva da família constituiu um motivo de migração para dez pessoas, as que manifestaram, explicitamente ou através dos seus relatos, terem vindo ao encontro de familiares por razões que implicavam atenção, ocupação ou preocupação com a família ou entes

queridos.

4.1.3.1 Vir pelo mecanismo de “reunificação familiar”

Três usuários disseram ter vindo pelo mecanismo de reunificação familiar. Mecanismo legal de proteção à unidade das famílias cujos membros migram. Por meio dele é possível solicitar a vinda e o ingresso legal com visto permanente ao país de familiares diretos: marido, mulher, filho/a, pai, mãe, irmã/o que dependa ou passe a depender do familiar imigrante no Brasil. No caso dos filhos e irmãos, estes deverão estar em condição legal de dependência. Isto é: serem menores de idade ou provarem incapacidade para se sustentar no país de residência por si próprios¹⁰⁴. *Es e T* foram mães chamadas pelas filhas que já estavam estabelecidas aqui, *O* pelo irmão, após a morte da mãe de ambos.

4.1.3.2 (Tratar da) Saúde familiar

Tratar da saúde de algum membro da família foi motivo para migrar de duas pessoas, no caso um casal, *L e J*, que precisava cuidar da saúde do filho:

Tivemos problemas com nosso último filho antes de ele nascer. Quando nasceu, tinha problemas: fígado e coração grandes, os pulmões não lhe serviam para respirar, precisava respirar com aparelhos e foi submetido a cirurgias. Tudo isso foi feito no sistema público de saúde lá em Buenos Aires. Porém, com a crise que começou em 2001, houve restrições, medicamentos e procedimentos passaram a ser cortados... Nós queríamos ver se esse tratamento podia ser continuado aqui (60.46 F pe).

Em outra pesquisa realizada com mulheres chilenas residentes em São Paulo, uma das participantes disse: “Minha filha entrou em coma e esteve muito mal (...). Eram tempos de ditadura. Não havia insulina no Chile, não havia remédios e eu não tinha dinheiro. Então, decidi vir para o Brasil (...). Vim aqui para poder ajudar minha filha” (JARA & CORTÉS, 2010)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://grovercalderon.blogspot.com.br/2009/10/visas-para-brasil-visto-visas-for.html>> (acesso em 14 jun. 2014).

¹⁰⁵ Tradução da pesquisadora.

4.1.3.3 Ajudar a irmã presa

Esse foi o motivo de migração para *H*. Ou, pelo menos, esse tinha sido o episódio desencadeante da sua decisão de migrar.

A situação de mulheres estrangeiras presas por porte de passaporte falso ou/e porte de drogas, a maioria no próprio corpo, como no caso das “mulas”¹⁰⁶, é frequente também entre as imigrantes hispano-americanas.

4.1.3.4 Procurar uma irmã “perdida”

Este motivo também foi dado como desencadeante da migração de *Cl*, coexistindo com outra motivação importante para ela. Passados dois anos e meio no Brasil, ela não tinha encontrado a irmã. Essa situação não era infrequente no caso dos imigrantes colombianos como ela.

4.1.3.5 Reunir-se com o namorado

Reunir-se com o namorado também foi a motivação expressa por *J*. Ela namorara ao longo de um ano com ele, antes de ele vir para São Paulo. Passados uns meses da sua chegada, ele lhe propôs que morassem juntos e ela aceitou: “por que não aceitaria? Tudo foi maravilhoso nesse ano”.

¹⁰⁶ Assim chamadas as pessoas, geralmente mulheres, que, por desespero econômico ou por outros motivos, aceitam portar drogas em embrulhos plastificados, que são colocados nos orifícios do corpo ou engolidos. Esta forma de transporte é muito perigosa, pois, pela pressão ou variação química da temperatura interna, os embrulhos podem explodir e a droga contaminar a sua portadora, com risco de morte. Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com/drogas/trafico-droga-mulas.htm>> (acesso em 13 jun. 2014).

4.1.3.6 Porque um irmão morreu aqui

Situações inesperadas, como a morte súbita de um irmão, também podem constituir eventos desencadeantes de uma migração, e esse foi o caso de *LE*, que disse: “Meu irmão faleceu num acidente acontecido em Osasco, no incêndio de um *shopping* que derrubou uma igreja¹⁰⁷. Eu tive de vir por isso. Os trâmites, os procedimentos foram demorando, e assim eu fui ficando”.

4.1.3.7 Visitar a família

Visitar a família também era um motivo para migrar, no caso de *El*. A família de origem tinha migrado para São Paulo havia alguns anos com uma filha dela. Ela morava na Bolívia com a família que ela formara e tentava vir visitar periodicamente seus demais familiares. Ela parecia estar numa migração cíclica recorrente.

4.1.4 Sentia-se uma desesperadora impossibilidade emocional e subjetiva de se continuar a vida

A característica fundamental das dez pessoas consideradas neste grupo (quase 12 %) era a de um sentimento difuso de impossibilidade de continuar com a vida tal como a levavam. Talvez a migração delas significasse uma tentativa saudável por uma vida melhor. Porém, pensa-se que, pela falta de elaboração desse sentimento, a mudança de país (a migração) só tinha constituído clara melhoria para uma das pessoas desse grupo. No entanto, como a passagem delas pelo serviço foi, na maioria dos casos, breve, pode ser que essa melhora dependesse do tempo e do processo pessoal de cada um, e, portanto, tenha acontecido também com outras pessoas.

¹⁰⁷ Referências em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/06/explosao-em-shopping-de-osasco-completa-14-anos-relembre.html>> (acesso em 8 out. 13). Porém, não se menciona a igreja.

O motivo pelo qual não se considerou este grupo parte do precedente, das “Fugas não políticas”, de fugitivos de uma vida anterior, foi não haver aqui a consciência de fuga, havia impossibilidade de viver e desespero.

O grupo foi subdividido em dois, “Mudar de vida” e “Episódio pós-trauma”, devido à particularidade apresentada por uma das pessoas, incluída no último subgrupo.

4.1.4.1 “Mudar de vida”

Neste subgrupo, nove pessoas manifestaram explícita ou implicitamente, ao longo dos seus relatos, que sua migração tinha significado a necessidade de mudar de vida porque elas não podiam sustentar o alto custo emocional de situações diversas de infelicidade (desamor, abandono, humilhação, violência). Para sete delas, essas situações aconteceram na esfera familiar muito cedo em suas vidas, e, em alguns casos, ao longo de toda a sua vida nela.

Essas pessoas expressavam um sentimento de “nunca ter tido uma família” ou “duvidar de ter tido uma”. Algumas de fato não a tiveram, como *S*, que com 4 anos fora dada pela mãe para ser criada por estranhos quando da morte do pai, ou como *EM*, que disse: “Meu pai nunca me reconheceu. Cresci com minha avó (materna), mas ela também doava os filhos, pois minha mãe e minha tia foram dadas quando adolescentes”.

Outras tiveram famílias que não as fizeram sentir-se amadas, como os pais adotivos de *L*: “Minha mãe me enviava à escola sozinho vestindo a cueca samba-canção do pai, ao mesmo tempo que ele se vestia como príncipe”. Ou como ocorreu com *V*, que disse: “Quando pequena, meus pais me batiam sempre. Eu cheguei a pensar que eu merecia, que era assim que se devia proceder comigo”.

Mesmo as que não questionavam ter tido uma família, expunham ter ocupado um lugar fragilizado dentro dela. Essa fragilidade da pessoa estava relacionada a ser alvo de preconceitos ou valores diversos na família e no grupo sociocultural ao qual essa família pertencia. Estes, por sua vez, estavam relacionados à socialização de gênero, como explicita *C*: “Por ter sido a única filha mulher, fui a empregada doméstica dos demais”; às funções possíveis do filho mais velho na família andina, como disse *RV*: “Meu irmão mais velho me batia durante o tempo todo que morei em casa. Ele era o encarregado da criação de todos nós”; de raça, como deixa notar *G*: “Sempre me senti o patinho feio da casa, pois minhas irmãs eram branquinhas e mais altas.

Minha mãe as preferia e sempre dava o trabalho pesado para mim”; ou de raça e setor social, como expressa *L*: “Mereceria eu tudo isso por ser o negro, o cabecinha negra¹⁰⁸, o bebê paraguaio da empregada doméstica?”

Em duas pessoas deste grupo estava presente a lembrança de cenas de espancamento da mãe pelo pai. No caso de *JC*, tratava-se de um

(...) pai que batia na minha mãe cada vez que bebia e me controlava a gritos. A cada grito do meu pai, vinha dor de barriga. Eu não conseguia me concentrar nos estudos, porque pensava nos problemas de casa. Uma imagem recorrente que me vem é a de eu chorando diante de um livro aberto; lia, lia, lia, e não lembrava. Ia para a prova e nada! (57.43 I pe)

Já *C* disse: “Pude formar uma família, apesar da horrível experiência de ter crescido vendo meu pai bater na minha mãe e por fim abandoná-la com quatro filhos. Eu achei que não conseguiria”.

Assim como aconteceu com *JC*, a vida que se queria deixar também estava tingida pela influência do alcoolismo do pai no caso de *EP*, que disse: “meu pai era um profissional no álcool”.

Por último, *EP* foi considerado neste grupo pela terrível necessidade de mudar a vida que levava, após uma sucessão de fatos trágicos que aconteceram com ele, e que ele associava com o primeiro evento nessa “cadeia” de acontecimentos:

Veio a guerra com o Peru; minha mulher me abandonou com minha filhinha, ainda bebê. Foi-se com aquele que eu considerava, até então, meu melhor amigo. Meus pais se separaram. Meu pai era um profissional no álcool e minha mãe foi para os Estados Unidos. (...). Com isso tudo, eu comecei a beber. Um dia, peguei a mochila nas costas, e disse “eu saio daqui”. (67.49 I eq)

4.1.4.2 “Episódio pós-trauma”

Sem se ter no momento um melhor nome para chamar a situação que lançou *J* à migração, decidiu-se colocá-lo neste grande grupo pela impossibilidade emocional e subjetiva de ele

¹⁰⁸ Tradução literal de “cabecita negra” termo de uso coloquial, porém racista, muito difundido na Argentina. Refere-se às pessoas de cabelo escuro, principalmente de classes populares. Apareceu na década de trinta e difundiu-se na década de quarenta em Buenos Aires, com a migração de pessoas de outros setores geográficos, nos quais não existia migração europeia. Eles iam para trabalhar nas fábricas. Mais informações disponíveis em <http://es.wikipedia.org/wiki/Cabecita_negra> (acesso em 27 maio 2014).

continuar com sua vida a partir de um acidente de trabalho que sofrera:

Trabalhava como engenheiro numa fábrica no período noturno. Tinha que controlar as máquinas. Esse dia estava sonolento. Passei por uma máquina cortadora e vi que faltavam lâminas de ferro. Trouxe um pacote e o coloquei, mas não tinha parado a máquina. Não fui o suficiente rápido, e a navalha caiu na minha mão decepando meus dedos. Pela dor, caí desmaiado. Encontraram-me no seguinte dia, na troca do horário. Tinha começado a infecção e não havia mais como recolocar os dedos. Isso me partiu. Descobri que eu era muito fraco. Tem gente que perde a vida, tem aqueles que ficam inválidos. Eu tinha perdido só os dedos de uma mão e era como ter morrido. Senti-me diminuído. Tudo ia mal a partir de então: o relacionamento com minha mulher, o trabalho... Já morei no Equador, na Colômbia, na Venezuela, no Panamá, em Porto Rico e na Bolívia antes de vir para o Brasil. Já passei o que ninguém mais viveu. (38.27 I pe)

4.1.5 Foram trazidos pelos genitores

Nove pessoas (10%), das quais oito crianças com até 10 anos e uma adulta de 26, foram trazidas pelos genitores. Como acontece na maioria dos casos semelhantes, não tiveram um motivo próprio para vir ao Brasil além da decisão ou desejo dos pais, ou pelo menos de um deles (aquele com o qual vieram). A senhora de 26 anos veio também criança. *D* estava ansioso e confuso pela migração súbita e a mudança drástica que isso significou na sua vida. Antes morara numa casa com a família e no momento estava numa oficina de costura com desconhecidos. *K* quase não respirava; estava assustado e gaguejava, o que não acontecia antes. Acostumado a ser o pequeno, atendido por todos, tinha sido deixado de lado no meio de todas as mudanças que a migração significou para sua família. Algo um pouco diferente se passou com os irmãos *GC* e *AH*, eles estavam felizes com as outras crianças da CdM, apesar de *AH* mostrar-se um pouco “acelerado” com as novidades.

A exceção a essa “regra” de não ter motivo próprio foi o caso dos dois meninos peruanos (*G* e *J*) vindos de Buenos Aires que tinham como motivação fugir da discriminação que sofriam por serem “peruanos”.

Esta informação foi obtida nas entrevistas com as famílias, nas quais, em geral, o/a porta-voz foi o/a genitor/a. Posteriormente, quando se fizeram as entrevistas com as crianças, estas (salvo os dois meninos peruanos) raramente falaram das suas motivações próprias para vir, embora falassem de como elas se sentiam aqui.

4.1.6 Melhorar a vida em geral

Esta foi a motivação expressada por seis pessoas (quase 7%). Elas usaram a expressão literalmente, como o casal *TO* e *MC*: “Nós viemos ao Brasil com o intuito de melhorar nossa vida em geral, entendendo por isto melhores possibilidades de trabalho e desenvolvimento também em outros campos”, ou se referiam a isso, indicando que sua motivação para vir ao Brasil havia sido melhorar no plano econômico, ter melhores oportunidades de estudo para eles e/ou para seus filhos e melhor qualidade de vida. Da parte de *A*, ele disse:

Animou-me a vir a oferta de um trabalho que me possibilitaria ter tempo para continuar os estudos. Todos meus irmãos mais velhos são profissionais. Eu tive que suspender meus estudos, porque os tempos eram outros e o salário de um trabalho de tempo parcial não dava para sustentar-me. O trabalho em tempo integral que consegui já não me permitiu continuar estudando (6.4 C bo).

CA, semelhantemente, disse: “Quando decidi vir para o Brasil pensei que poderia dar continuidade aos meus estudos universitários. Mas já vão três anos aqui, e nada; só trabalho!”.

S falava das “melhores possibilidades para minhas filhas” e *CI* disse: “Quando decidi procurar minha irmã, também pensei nas melhores possibilidades que o Brasil ofereceria para minha família”.

Quatro destas pessoas tinham se informado sobre o país, possíveis locais onde morar, oportunidades de emprego e até de contrato, como no caso de *TO*, que já veio com um visto de trabalho. Ou seja, sua migração tinha sido minimamente pensada e preparada. Outra característica em comum que eles tiveram foi a de não serem imigrantes recém-chegados. Com exceção de *S*, que estava há sete meses no país, os demais oscilavam entre três e 21 anos. Isto tem importância na medida em que, como se disse na introdução a esta seção, o tempo transcorrido desde a decisão de migrar até o momento no qual se pensa nos motivos que se tiveram para isso, insere-se no processo migratório, que é um processo de vida, no qual tudo pode ser revisitado e novamente elaborado.

4.1.7 Espírito de aventura e desejo de conhecer o Brasil

Embora o espírito de aventura esteja, em alguma medida, presente em toda pessoa que empreende uma viagem, e o desejo de conhecer o Brasil possa ter estado presente em outros participantes deste estudo, esses motivos estavam ressaltados neste grupo de cinco imigrantes (quase 6%), quatro homens e uma mulher, mesmo que coexistissem com outras justificativas em dois deles. Este achado diferiu do estudo com hispano-americanos com até dois anos no país (YOUNG, 2007a), no qual a incidência deste motivo foi muito mais alta (três de nove participantes).

Três usaram a expressão “tentar a sorte”. *G* disse: “Vim ao Brasil com duas amigas para tentar a sorte”; *M*: “Vim ao Brasil há mais de 33 anos, jovem, para tentar a sorte”; e também *CA*: “Vim com dois primos, para tentar a sorte. Estivemos juntos três meses, depois nos separamos. Eu fiquei em São Paulo e eles foram viajar por outras cidades”. Já *JC* comentou: “Adorava o Brasil. Escutava música brasileira. Estava por dentro de tudo o que acontecia com a seleção de futebol; eu tinha que vir. Na primeira oportunidade que tive de vir; eu vim”. *M* relatou:

Eu queria conhecer o Brasil. Depois de fazer meu ano de Serviço Militar obrigatório, me pagaram. Junto com um companheiro do quartel compramos passagens de ônibus diretas, de 280 dólares americanos cada uma. Viemos pela Bolívia. Eu quis ficar em São Paulo. Ele continuou até o Rio (87.65 I pe).

4.1.8 Motivo político

Duas pessoas do total de 86 usuários estudados vieram por motivos políticos. Eles tinham em comum procederem da área rural, ter militado em organizações de esquerda sul-americanas (que lutavam, cada uma com sua particularidade, pelo sonho de uma sociedade mais justa e com iguais possibilidades para todos) e ter sido motivados a migrar pela fuga dos seus respectivos países (o Chile e o Peru), pois a vida deles estava sob ameaça. Ou seja, eles foram migrantes forçados, aqueles que não escolhem migrar por vontade própria, veem-se impelidos a emigrar (SHUVAL, 1993, p. 642).

Como se disse anteriormente, a fuga vai na contramão da disponibilidade ideal para o encontro do novo pelo seu caráter de não escolha, problematizando o processo migratório, que

implica também adaptação¹⁰⁹. Berry observou que os migrantes forçados tendiam a apresentar menos contato com a sociedade local, optando por estratégias aculturativas como a separação ou a marginalização, manifestando, nesses casos, pouca motivação para empreender as aprendizagens necessárias para o sucesso do “processo aculturativo” (BERRY, 2002). Em outro texto, é dito que esse sucesso depende do apreço ou valorização que esses migrantes mostram pela experiência imigratória geral (BERRY e col., 1992, p. 290).

Uma condição associada à fuga por razões políticas é o exílio. Said, tendo passado pela experiência do exílio, define-o assim:

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e o seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (SAID, 2003, p. 46).

Isso era o que *N* vivenciava nesse momento e *E* vivenciara no passado, porém, ainda sofrendo as consequências do exílio, assim como da tortura¹¹⁰.

Ao mesmo tempo, tratava-se de duas situações diferentes no tocante a sexo, paternidade, situação pessoal, momento do exílio e confiança nas sessões de atendimento.

E, homem sem filhos, chegara do Chile vinte e quatro anos antes de consultar o SPss, no qual fez um acompanhamento ao longo de toda a existência do serviço. Tinha chegado numa época na qual o Brasil não aceitava o refúgio político dos solicitantes da região sul-americana, permanecendo, portanto, sem essa condição. Pelo tempo e circunstâncias transcorridas já não era mais perseguido, tivera oportunidade de elaborar algo da sua experiência e ganhar prestígio ante a opinião local e internacional por pertencer aos perseguidos pelo regime político de Pinochet.

Já *N*, mulher e mãe, chegara havia um mês ao país, e consultou o SPss em uma oportunidade para encaminhamento “à psicóloga peruana”¹¹¹. Sua história de exílio era de quatro anos. Ela encontrava-se no meio do processo de solicitação de refúgio por intermédio da Cáritas, órgão nesse momento representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refúgio (ACNUR) em São Paulo. Sua provável militância em um grupo político peruano-andino não

¹⁰⁹ No sentido de uma reestruturação de valores, costumes, hábitos, produto de uma negociação cultural muito ativa que o migrante tem de fazer com a sociedade e cultura locais.

¹¹⁰ Não se soube se *N* também sofrera tortura.

¹¹¹ Informação passada a ela pelo administrador da AVIM que fez o encaminhamento.

contava, dentro do Peru, com um prestígio semelhante à militância de *E*, assim como, segundo *N*, ainda lhe implicava ser perseguida. Fatores importantes, a serem considerados quanto à desconfiança que ela mostrou.

Porém, outro motivo que poderia explicar a desconfiança dela é que os grupos sociais se enfrentam nos conflitos civis, e as relações entre esses grupos estão permeadas de estereótipos. No Peru, ainda existe uma tensão entre os habitantes da capital (Lima) e os do interior, em parte devida à centralização dos recursos orientados à primeira e ao descaso e até abandono dos outros departamentos. Portanto, supõe-se que o/a limenho/a tende a sentir-se “superior” aos outros peruanos.

Lima foi o assentamento mais importante da colônia espanhola, e com isso um alvo fácil do olhar colonizador, também internalizado pelos “crioulos”, filhos de espanhóis nascidos no Peru, e os mestiços hispano-andinos nessa cidade; uma das múltiplas consequências pós-coloniais. Talvez também como uma decorrência disto e de outros fatores sócio-históricos, não há uma tradição de consciência política clara para a maioria dos peruanos.

Pensa-se que a desconfiança de *N*, provável militante de um grupo de guerrilha dos Andes centrais peruanos, a parte mais esquecida pela administração política, devia-se também ao fato de que a psicóloga que a atendia era limenha, e que esses grupos políticos surgiram precisamente para reivindicar o abandono histórico do “Peru profundo: andino, autóctone”.

Contudo, provavelmente a mesma desconfiança de *N* teria se mostrado em *E* se o tivéssemos encontrado na sua chegada. “Cheguei (...) no tempo do Figueiredo (1979-1985) e meu nome estava marcado”. Acrescentou posteriormente que ele tentava passar despercebido. Embora *N* não houvesse chegado na conjuntura da ditadura, sentia-se insegura e evitava expor ideias e assuntos. Isso significaria para ela, como para a maioria dos solicitantes de refúgio em circunstâncias semelhantes, uma medida de proteção e cuidado.

4.1.9 Por turismo

Como há tempo se diz dentro dos Estudos da Migração, o panorama da migração é cada vez mais complexo e as classificações são de pouca ajuda, pois frequentemente se superpõem (BEVILAQUA, 1992). Este parecia ser o caso de *P*, um usuário do serviço que disse estar

por “turismo”. No entanto, suas vindas pareciam ser recorrentes, o que fez pensar em sua situação como uma fase de preparo e experimentação de sua migração para o Brasil.

4.2 Motivo de consulta

Primeiro se listaram todos os motivos de consulta. Depois, tentou-se uma classificação segundo o tipo de atendimento. Observou-se que alguns motivos repetiam-se independentemente de serem atendimentos individuais, de casal ou familiares. Então, voltou-se a pensar em outros critérios de classificação: (1) Segundo a formulação do usuário, (2) Segundo o assunto/tema envolvido, (3) Segundo se tratava de um problema recente ou antigo, (4) Segundo se tratava de um problema complexo ou não. Pensou-se em desconsiderar estes dois últimos critérios, que, em princípio, pareceram estar relacionados.

De início viu-se que o último apresentava problemas: quem avaliaria a complexidade? Seria a juízo da psicóloga? E os motivos de consulta não complexos, que constituíam algo como o dilema da vida da pessoa que consultava o SPss?

Manteve-se o terceiro: “dificuldade de longa data”. Porém, ao longo das comprovações: da releitura das sessões para conferir a adequada nomeação e registro desses motivos, observou-se que essa categoria temporal incluía problemas na formação do vínculo social dessa pessoa (com pai, mãe, ambos ou figuras substitutas), do casal (em que, não raramente, um dos membros já vivera situação semelhante) e da família, cedo na constituição dessas unidades sociais. Deixou-se de considerar esta categoria quando se compreendeu que era pouco descritiva, pois também abarcava outras realidades.

Depois das considerações explicitadas, decidiu-se que o motivo de consulta a ser considerado seria exatamente aquele trazido pelas pessoas usuárias, pois assim elas o entendiam ou conseguiam expressá-lo. Esta decisão foi seguida em todos os casos exceto um, chamado de “Outro era o motivo verbalizado”, porque, desde o início do encontro, ficou claro para essa pessoa que o que ela necessitava e desejava tratar na consulta era diferente do motivo apresentado.

Houve necessidade de retornar aos registros das sessões, também por entender-se que a forma de registrá-las já implicava uma denominação e uma classificação ou categorização.

Outro aspecto observado foi que o motivo da consulta nunca partiu das crianças, apesar de duas famílias apresentarem um motivo que as considerava. Elas vinham à consulta familiar acompanhando os progenitores, os quais se apresentavam como porta-vozes da família. No melhor dos casos, as crianças confirmavam o motivo anunciado.

Importa ressaltar também, apesar de não ser novo para quem trabalha com casais, o quão diferentes podiam ser os motivos de consulta de cada um de seus membros.

A seguir, apresentam-se alfabeticamente os motivos que levaram cada um desses imigrantes hispano-americanos a consultar o SPss.

4.2.1 Abandono do cônjuge

Três homens bolivianos do total das 86 pessoas consultaram por este motivo. *RN* disse:

Tudo começou quando meu primo me recomendou deixar meus filhos no orfanato da Vila Madalena um ano atrás. Minha mulher não gostou e reclamava: “Onde estão meus filhos?”, e eu ficava nervoso e batia nela. (...) Há um mês ela saiu de casa e foi para um albergue perto da estação Armênia. No momento, estamos nos vendo, mas ela não quer nada. A única preocupação que compartilhamos é a de resgatar nossos filhos (10.7 I/C bo).

F o apresentou assim:

Sou um pai de família e quero consultá-la porque estou muito confuso. O que eu tenho não é simples e temo pela minha filha, que antes era alegre e neste momento está triste. Minha mulher me abandonou. (...) Acredito que ela teve muitos motivos para ir embora, porque eu não a tratava bem: não a levava a passear e a deixava com os filhos nos fins de semana, para ir beber com meus amigos. Mudei um bocado. Já não bebo, (...), e levo a passear meus filhos todos os fins de semana.

Nos meses que minha mulher saiu de casa, conheci outra moça (...). Não sei se devo sair com essa moça; na verdade o faço por desesperado. Eu já não sei o que é ser solteiro; pois não sou solteiro há 14 anos. (18-19.14 F bo).

Por último, *J* disse que estava desorientado pelo abandono da mulher. Compreendia que não tinha conseguido lhe oferecer estabilidade até o momento e mudava constantemente de emprego.

4.2.2 Acontecimento decorrente da/ associado à migração

Quatro pessoas fizeram consultas por este motivo. *CE* disse:

O que tenho é um grande desânimo. Sinto-me frustrado. Quando decidi vir para o Brasil pensei que poderia dar continuação aos meus estudos universitários. Mas já vão três anos aqui, e nada! Só trabalho. Nunca trabalhei como costureiro. Não tenho nada contra isso, mas não é o que pensava para mim. No início, vi isso como uma forma de emigrar e de manutenção. Mas estou cansado e não tenho oportunidade de outro trabalho (43.32 I bo).

Para explicar brevemente a fadiga de *CE*, o ramo da costura é um trabalho de produção por peça no qual o salário dos trabalhadores e o lucro do empregador dependem de quanto se é capaz de produzir. Assim, esses trabalhadores são forçados a imprimir um intenso ritmo de produção que os fatiga e desgasta.

J expressou, sucintamente: “Preciso de orientações para tentar iniciar minha vida aqui”. Porém, pela atitude que teve e o que disse a seguir parecia demandar companhia e amparo no seu momento de chegada:

(...) fase inicial no país de recepção, e é caracterizada por um alto nível de atividade orientada à sobrevivência e outras aprendizagens orientadas à adaptação primeira do *migrante*. A pessoa migrante desconhece o impacto acumulativo e estressante da experiência (YOUNG, 2007a, p. 56).

O casal *R* e *Y* fizeram a consulta porque: “*K* começou a gaguejar há uma semana. Ele antes falava normalmente!”, e a mãe acrescentou: “Temo que o problema se acentue com a mudança da língua”.

A migração trouxe, para os mais velhos, atividades novas nas quais tiveram que se envolver rapidamente: os pais no trabalho, na oficina de costura, e o irmão na primeira ida para a escola, além de uma casa totalmente diferente para morar, a oficina-casa com várias outras pessoas. Tudo isso os fez deixarem *K* um pouco de lado, fazendo-o sentir-se inseguro. Parecia ter sentido especialmente a falta do irmão, companheiro de brincadeiras, nas horas em que ele ia à escola.

4.2.3 Alcoolismo

Quatro pessoas fizeram consultas por este motivo, três homens e uma mulher.

RJ contou que sua dependência de álcool tinha começado aos 12 anos de idade. Nesse momento, com 48, parecia estar numa fase em que tinha perdido vínculos, trabalho e moradia

havia tempo. Encontrava-se em situação de albergue (CdM).

FP disse:

Necessito de ajuda. Estou desesperado, voltei a beber. (...). Fui assaltado em Cuiabá e depois em Campo Grande, depois de ter recebido o salário que ganhei por um mês intenso de trabalho num forno. Na minha chegada a SP fui encaminhado para um albergue de Pinheiros onde, depois de saber as más notícias, últimas que tive da Bolívia e do Equador, voltei a beber com os colegas dali.

Depois acrescentou:

Veio a guerra com o Peru e minha mulher me abandonou com minha filhinha, ainda bebê. Foi-se com aquele que eu considerava, até então, meu melhor amigo. Meus pais se separaram. Meu pai era um profissional no álcool e minha mãe foi para os Estados Unidos. (...). Com isso tudo, eu comecei a beber (67.49 I eq).

W, assim que entrou, disse: “Bebo muito”. Depois compartilhou aspectos da sua história, como: “Meu pai era muito bom, sempre compartilhávamos como amigos e bebíamos juntos”. E também: “Eu tenho três filhos e escondo deles meu hábito de beber. Minha mulher não reclama, mas eu sei que ela não gosta de me ver nesse estado”. Ele insistia ser esse um “comportamento social toda vez que encontro os amigos”, mas o tinha desde os 20 anos (mais de vinte e um haviam se passado até o momento) e não conseguia parar depois que começava.

GL chegou expressando: “Procuro um atendimento especializado para alcoolismo”. Ele disse que tinha o problema desde 1987, tinha tentado dois tratamentos (um na Bolívia e outro aqui, numa instituição religiosa) e, por causa dessa dependência, teve um acidente em 2002: “Eu estava ajudando na feira da Kantuta. Fiquei até o final e estava voltando numa perua com uma senhora amiga que vende ali. Perdi a direção do carro. Eu tinha bebido. Quebrei a cabeça e fui operado na Santa Casa”.

E, de uma forma retraída, disse: “Tenho um problema muito grande. Estou casada com um marido que bebe”. Supõe-se que *E* teria de persuadir o marido a se tratar ou decidir se continuava casada com ele. No caso de *FP* também se sabe de um impasse que o impediu de continuar o atendimento. No entanto, *W* e *GL*, que procuravam “um atendimento especializado para alcoolismo”, não voltaram. Parecia haver uma expectativa ilusória, aos olhos de um profissional, de que suas “demandas”, entendidas como o motivo que levavam para serem atendidos, fossem atendidas em uma só sessão. Com muito esforço fizeram-se contatos com serviços especializados, mas estes não voltaram a ter conhecimento deles.

4.2.4 Depressão

Três imigrantes, todos homens, fizeram consultas por este motivo. *LE* compartilhou:

Sinto-me pressionado para trabalhar e levar leite para meu filho. Não tenho documentação para trabalhar e não consigo trabalho. Trabalho em bicos: faço cerâmica, serviço de pintura, mas nem sempre. Sinto-me pressionado demais, minha mulher e minha sogra me dizem que sou um vadio: “que durmo, tomo banho e saio”. Mas saio para buscar trabalho.

Tive uma tentativa de suicídio o ano retrasado (2000). Tinha uma passagem de avião para o Chile. Fui para o aeroporto querendo ir embora. Tomava e tomava café, fumava, e fui perdendo o controle. Subi ao último piso e me atirei, mas não aconteceu nada (14.10 I ch).

A citação de Mandelbaum (2004) a respeito dos estudos de Castel sobre o desemprego pode ajudar a entender o que *LE* passava:

Castel mostra como a intensidade da ruptura com o social e do isolamento do desempregado vai depender das redes familiares e sociais que irão garantir, ou não, a inserção do trabalhador excluído ou em relação precária com o mundo do trabalho. (...) “a tragédia de nossos dias parece advir de uma situação na qual, à precariedade e falta de vínculos de trabalho, soma-se uma crise da família enquanto grupo social capaz de conter e garantir a inserção social do desempregado” (MANDELBAUM, 2004, p. 6).

AO disse: “Necessito de ajuda, pois estou entrando em depressão”. Sofria pela separação e pelo fracasso matrimonial. Ter sido preterido por outro homem o tinha deixado muito inseguro e pessimista, com um sentimento de fracasso generalizador: “Nada valeu a pena”. Vivenciava sua migração como um autocastigo; privava-se do que amava e conhecia (família e terra).

N disse algo parecido: “Estou entrando em depressão porque minha esposa se separou de mim”, e acrescentou, com voz entrecortada: “Ela queixava-se de que eu bebia com os amigos nos fins de semana. Eu a descuidei um pouco, me dediquei muito ao trabalho (músico de uma banda). É a segunda vez que nos separamos”.

4.2.5 Em crise

Nove pessoas consultaram o SPss, por se encontrarem em diversas situações de crise.

L disse: “Atravesso uma época de certa paralisia, quero reagir à minha mulher, estudar e ocupar-me da minha saúde”.

M, que trabalhava como costureira numa oficina, expressou:

Não me acho mais no local onde estou. Não me dou bem com a cunhada do meu marido. Tento pensar na minha mãe, no meu irmão, no meu pai¹¹², porém, há dias que não posso. Tremo toda quando começa um novo dia (...). Sinto palpitações rápidas. Como estou agora, nunca aconteceu antes. Só espero se cumprir a quinzena para voltar ao Paraguai no fim de semana (41.30 I pa).

MI foi trazido por um colega da CdM, onde ambos se encontravam. Ele comunicou:

Sinto-me frustrado, assustado. Nunca antes estive em um albergue, penso que não me acostumarei. Não pense que falo isto pelo trato dos funcionários, nem pelo local (o acho limpo e cuidado), mas porque sinto falta da minha mulher e do meu filho. Estou com taquicardia, sinto os batimentos do meu coração tão acelerados que penso que a qualquer momento explodirá. Sinto asfixia, não consigo respirar bem, de dia e de noite, e por isso também não estou conseguindo dormir (50.37 I bo).

E e *M* entraram na sala de atendimento discutindo em voz alta. Foram trazidos pelo padre coordenador, que entendia que poderiam ser mais bem ajudados no SPss. *M* falou:

“Já não aguentamos mais. Nossos filhos (30, 33 e 42¹¹³) não param de brigar. Eu também estou cansada, *D* também nunca me aceitou”. E contou um incidente antigo que ela e a filha mais velha do marido tiveram havia catorze ou quinze anos.

Ao que parecia, a crise da saúde de um dos filhos (30), não explicitada na sessão¹¹⁴, tinha propiciado uma revisão das dificuldades não superadas de ambos, iniciando uma situação de crise familiar. Pois o conflito não se localizava somente entre os filhos, mas também entre essa senhora e essa filha. *E* ficava no meio do fogo cruzado, exigido a fazer parte de um e de outro lado, e sem saber o que fazer. *M* ameaçava-o com a separação.

J, encaminhado pelo administrador da CdM onde morava, disse:

Ultimamente estou com muitas dores de barriga, a comida facilmente me cai mal. Eu fui ao posto de saúde e o médico, depois de ver o exame que ele me enviou a fazer, disse-me que minha gastrite era basicamente de ansiedade e que fizesse tratamento com outro profissional, um psicólogo ou um psiquiatra (57.43 I pe).

Cl disse: “Eu e o meu marido estamos atravessando uma crise. Sinto-me mal, tenho

¹¹² Ela ajudava economicamente a sua família, que estava no Paraguai.

¹¹³ Esta última, filha do marido e mãe de uma moça de 17.

¹¹⁴ Porém, de que se teve notícias muito vagas posteriormente, pois foi parte do encontro com o padre que os trouxe.

pesadelos quase sempre. Meu marido está bebendo muito. Desde o início da minha estada no Brasil (três anos), já tive dois abortos espontâneos. Acho que é melhor voltar para a Colômbia”.

TO e *MC* também expressaram: “Estamos atravessando uma crise. Temos problemas com nosso filho mais velho. Não sabemos o que mais fazer. A irmã já não o suporta”.

4.2.6 Exílio

N, a senhora solicitante de refúgio, da qual se falou na seção anterior (4.1.8), foi sucinta ao falar: “Tenho enxaquecas contínuas que não me deixam dormir. O médico do posto de saúde recomendou-me consultar uma psicóloga”. Ao indagar se ela se encontrava só na cidade e se tinha família, respondeu: “Sou casada. Estou separada do meu marido e filhas, por motivos de força maior”. [Há quanto tempo você está separada deles?] “Há quatro anos”. [Onde esteve nestes quatro anos?] “Morei em várias cidades do Chile, em Bariloche e em Buenos Aires”. [O que a preocupa mais?] “Não poder me comunicar com minhas filhas”.

Voltando a Said (2003) – com a confiança de que ele sabia de exílio –, em sua crítica à literatura sobre o exílio, disse:

Não é verdade que as visões do exílio na literatura e na religião obscurecem o que é realmente horrível? Que o exílio é irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico, que é produzido por seres humanos para outros seres humanos e que, tal como a morte, mas sem sua última misericórdia, arrancou milhões de pessoas do sustento da tradição, da família e da geografia? (SAID, 2003, p. 47).

E, mais adiante, esse mesmo autor diz algo em que também se acredita neste estudo:

(...) para tratar o exílio como uma punição política contemporânea é preciso mapear territórios de experiência que se situam para além daqueles cartografados pela própria literatura do exílio. Deve-se deixar de lado Joyce e Nabokov e pensar nas incontáveis massas para as quais foram criadas as agências da ONU. É preciso pensar nos camponeses refugiados sem perspectiva de voltar algum dia para casa, armados somente com um cartão de suprimentos e um número da agência (SAID, 2003, p. 48-49).

4.2.7 Motivo não esclarecido

Não se soube o motivo de consulta em dois casos, um atendimento familiar de mãe e filha e um atendimento individual.

C trouxe sua filha *L* para ser atendida. Por algum motivo que não foi registrado e acabou esquecido, elas foram atendidas numa entrevista inicial seguida de uma entrevista com *L*. Ou seja, a entrevista com a mãe a sós deixou de ser feita. Em nenhuma das conversas ficou claro o porquê de trazer essa filha. Ela parecia uma mocinha de 13 anos sadia e inteligente.

V tinha chegado por outro assunto ao CPM e alguém lhe informara que existia um serviço de atenção psicológica. Ela entrou para conversar sobre muitos assuntos, mas sem uma demanda clara. Talvez, para ela significasse um primeiro contato, a necessidade de falar da sua vida.

4.2.8 Outro era o motivo verbalizado

MS entrou na sala do serviço e disse: “Tenho um problema. Meu filho (4) está beijando as outras crianças da oficina na boca. Acho que uma menina de 8 anos o iniciou”. Sentou-se e foi indagado há quanto tempo estava no país (“Três meses”), com quem tinha imigrado (“Só com meu filho”), e depois continuou a chorar. Manifestou que sofria pelo fracasso amoroso com o pai do seu filho e todas as mudanças que ela fizera a partir dessa separação. Ao longo desse encontro ficou muito claro para ela que o motivo da sua consulta ao SPss não tinha sido a preocupação pela aparente sexualidade precoce do filho.

4.2.9 Problemas decorrentes do trabalho

V e *G* vieram consultar porque discutiam muito, aparentemente por causa do irmão dela, que trabalhava com eles na oficina de costura de propriedade deles. Eles trabalhavam com parentes de ambos e o marido, especialmente, não estava contente com o desempenho do irmão de *V*. Ela foi encarregada de “conversar” as coisas com ele, mas tudo continuava igual. *G* cobrava dela e reclamava do comportamento desse trabalhador. *V*, pela sua vez, encontrava-se “entre a espada e a parede”, sentindo-se muito incompreendida pelo marido.

Essa é uma das tantas situações-problema da superposição dos planos, econômico-profissional e pessoal, observada nas oficinas de costura (SILVA, C., 2009). Essa superposição de espaços e funções causam diversos transtornos, que foram constante motivo de consulta nos anos seguintes de funcionamento do serviço.

4.2.10 Problemas de relacionamento nos casais

P e *J* tinham atritos e discutiam muito. A iniciativa partiu dela, porém ele a aceitou reconhecendo os problemas. Ela atravessava uma quebra na imagem de mulher segura e independente, que de si própria tivera. Não falar a língua, estar indocumentada, não ter trabalho e depender do companheiro estavam minando sua segurança e afetando seu relacionamento com ele. Estava “ciumenta”, como nunca tinha imaginado. Assim como também não tinha imaginado características dele, que essa primeira convivência lhe mostrava: desleixo e machismo na divisão do trabalho doméstico.

Existia em ambos um sofrimento por desencanto a respeito da relação. Até então só haviam sido dois namorados apaixonados. Ele também estranhava a companheira frágil que *J* estava se tornando.

Ed trazia como queixa os problemas de relacionamento com a esposa. Ela aceitou o pedido do marido de vir:

Tenho problemas de relacionamento com minha mulher desde que iniciamos, um ano e meio atrás. Ultimamente, discutimos em relação a nossa filha (1 ano e quatro meses), e eu perco a paciência e bato nela. Ela já pediu a separação, quer que lhe dê mil reais, para voltar à Bolívia (78-80.59 I/C bo).

4.2.11 Problemas no vínculo com o filho

V contou:

Engravidei do meu namorado, com quem já morava junto. Tomei essa decisão porque o amava. Porém, ele pareceu não gostar, pois mudou muito: ele agredia-me e tornou-se muito ciumento comigo. (...) O bebê nasceu e quando ele tinha dois meses, o surpreendi com outra mulher no nosso próprio quarto. Pensei que isso era suficiente. Decidi voltar para Uyuni e deixar o bebê com

meus pais. Consegui trabalho noutra cidade e ia visitar meu filho duas vezes por ano. Quando ele teve um ano, meus pais queixaram-se de que o bebê não os deixava trabalhar. Eles o entregaram ao pai. Mas ele fazia o que eles me fizeram: não tinha paciência com ele e o maltratava. (...) Então, meu filho voltou com meus pais. Eu fui nessa época e ele estava aprendendo a caminhar. Por onde passava ia quebrando as coisas. Eu estava mais preocupada pelas coisas do que por ele. Voltei a postular a outro trabalho e ganhei o concurso, viajei. Ali conseguia ir visitá-lo a cada três meses. Mas, sinto que ele me rejeita. [Rejeita ou sente preferência por seus pais, que reconhece como dele?] Seria melhor, mas tem algo que me tortura por dentro. Conforme passa o tempo, fica pior, sinto que o perco (68.50 I bo).

4.2.12 Queixavam-se de timidez

Vi consultou-se porque:

Sinto-me ansioso. Às vezes sinto medo, como se tivesse feito algo errado. Tenho muita dificuldade de falar aos brasileiros em português, minhas mãos suam. Outras vezes, sinto dor de cabeça quando penso na minha vida. Isso acontece quando estou trabalhando na máquina (de costurar). Eu já era tímido desde a escola. Minha mãe tinha-nos ao cinto. Talvez seja por isso que sou assim. Ela, na sua ignorância, só dava-nos de comer. (...) Nunca morei com meu pai, nem ele me reconheceu. Eu o conheci de longe. Um dia me disseram: “Olha, esse que vai ali é teu pai” (29.19 I bo).

N comunicou: “Sou muito inseguro. Meus pés tremem quando tenho que falar com pessoas como você. Também, custa-me ter certeza das coisas e fixar-me metas (...) O irmão que me segue, não. Tudo lhe sai bem. Tem segurança ao planejar suas coisas”.

4.2.13 Queixava-se por ser “nervoso”

RE disse, em consulta: “Sou um cara nervoso, que sempre perde oportunidades. Minha mãe sempre me pediu que mudasse”.

4.2.14 Queriam conhecer-se mais

N disse:

Tenho um problema: sou de certa maneira e não consigo mudar. Sou uma pessoa solitária. Num momento estou bem, então muda meu caráter. (...) Tenho uma colega de trabalho pela qual estou apaixonado, mas a trato mal. Às vezes lhe grito. Eu gostei dela desde o princípio. Mas depois, outros jovens conversavam com ela, pois onde eu trabalho há muitos jovens; então, eu me afastava. Ela sabia que eu estava me distanciando por não vê-la. [Esse problema já se apresentou antes?] Na escola. As moças pareciam não gostar de mim. No Ensino Fundamental, eu me comportava como para que os demais me tivessem medo. Isso foi dos 10 aos 12 anos, para que não se metessem comigo e me respeitassem (77.58 I bo).

O motivo de consulta de *I* era: “Quero orientação. Entender por que sou como sou e não bater nos meus filhos”.

Ambos queriam entender sua atitude violenta para com os seres que amavam. No entanto essa tentativa de autoconhecimento e busca de orientação, como no caso de *I*, parecia reduzir-se a um (são) impulso de querer sair dessa situação, mas que não era assumida como um trabalho. *N* e *I* foram ao serviço duas vezes. Sendo que, no caso do último, o retorno à segunda sessão realizou-se seis anos depois.

4.2.15 Queriam entender um episódio das suas vidas

EJ expressou:

Um tempo atrás, por estar procurando trabalho, me fizeram uma avaliação psicotécnica e dela saiu “sentimento de culpa”. E eu acho que sim, que isso interfere na minha vida e na realização dos meus objetivos. [Você tem ideia de como, quando surgiu?] Tenho uma lembrança da infância: eu tinha pego moedas do porta-níqueis da mãe, para comprar bolinhas de gude e ir brincar com meus amigos. Minha mãe notou e, a partir de então, quando algo se perdia, eu era o suspeito. Sentia-me ser o “errado/imoral” da família (49.36 I pe).

Comentou que sofreu muito com a separação da segunda esposa, assim explicada: “Eu gastava todo o dinheiro em bebida e voltava no dia seguinte. Minha mulher se cansou e foi embora”. Parecia que todos os passos de *EJ* até então haviam sido em decorrência desse lugar mal situado. Seria sua migração outro passo nesse caminhar descompassado?

SS, bem no início da sessão, disse: “Quero estar em paz com minha memória e saber onde

eu errei”. Ao indagar mais, relatou:

Eu tive uma moça muito bonita. Fui trabalhar na Argentina, queria juntar dinheiro para ela e para minha filha e ela teve um caso com meu primo. Quando eu voltei, lhe pedi explicações. Ela disse que não, que não tinha sido meu primo, que só esteve beijando-se com meu vizinho. Eu a mandei embora às 3h da manhã. Eu queria uma mulher fiel. Depois falamos, mas eu não quis mais voltar com ela. Ela ficou em casa e eu fui viajar. Ela começou a andar com outros amigos viciados. Ela tinha envelhecido, caíram-lhe os dentes. Não sei o que aconteceu. Eu ainda a amo. Onde foi que errei? (71.53 I ch).

4.2.16 Queriam recuperar seus filhos

Três mulheres queriam recuperar seus filhos.

S foi encaminhada pela advogada, a qual pedia ter mais elementos de compreensão dessa mãe que tinha perdido a custódia do filho. Ela contou:

Trabalho como camelô na madrugada. Tenho medo, pois nunca trabalhei fora de casa. Antes trabalhava em serviço doméstico. (...) Ganho de R\$ 10, a R\$ 15 por dia, meu marido R\$ 25, também é camelô, porém, de dia. De dia vejo as coisas da casa.

[Conta o que aconteceu] Levei meu filho ao pronto-socorro por uma fratura de cotovelo. Eu estava muito nervosa, porque havia pouco que havíamos comprado nosso terreno. Pagamos R\$ 700 para um pedreiro construir nosso quarto e tinha feito tudo mal. Nessa situação, quando o bebê chorava, eu o beliscava. O neném tinha marcas nos braços. Numa dessas vezes, eu tive a ideia de brincar com meu filho e fazer que ele pusesse os braços dobrados a uma cadeira. [Você o amarrou a uma cadeira?] É, foi desse jeito que o menino quebrou o braço. Eu tive a ideia de inventar que ele tinha quebrado o braço na privada do banheiro. Fui caminhando até o pronto-socorro com ele e quando contei isso não acreditaram em mim. Fomos encaminhados para um hospital onde o meu filho foi operado. Nesse hospital, fui entrevistada por duas assistentes sociais e uma psicóloga, que não gostaram de mim. A psicóloga me disse que meu caso passaria ao Conselho Tutelar de Menores. Depois de nove dias, meu filhinho foi levado para um orfanato particular. Desde o primeiro momento tentei recuperar meu bebê, mas os trâmites eram muito longos. Eu e o pai podemos ir a visitá-lo a cada quinze dias. No início, o bebê chorava muito, mas ultimamente parece conformado. (...). Estou separada do meu bebê quase desde o nascimento dele. Me operaram em Carapicuíba, me extraíram o útero. Ninguém me explicou o porquê. Meu parto foi com aspiração aos oito meses (de gestação). Tive costelas quebradas e permaneci vários dias no hospital. Quase não tinha leite e não conseguia amamentá-lo. Assim, minha sogra me fez a proposta de levá-lo com ela, para que uma vizinha – que havia ganhado um neném – o amamentasse. Eu aceitei. Depois, eu tinha que trabalhar e minha sogra disse que era melhor que ela o cuidasse. Logo, meu marido encontrou um trabalho de caseiro numa chácara no interior de SP e tive que ir com ele. Depois de vários meses sem receber salário, decidimos sair dali e comprar um terreno em Itapevi. Quando nos mudamos para lá, pedi meu filho, e minha sogra não o quis dar. Tive que brigá-lo (na

justiça) (9.6 I bo).

Da parte de V, ela queria ajuda para resgatar os filhos do albergue sob tutela do Conselho Tutelar, no qual ela e o marido os haviam deixado havia um ano. Isso era motivo de grande sofrimento para ela, que, conforme informação do marido (RN), citada anteriormente na seção 4.2.1, era espancada quando reclamava por seus filhos. A decisão tinha partido dele e por sugestão de um primo dele, “porque os filhos não os deixavam trabalhar”. Mas, ela aceitou, porque disse: “Eu também achava muito difícil ter os filhos no ambiente da oficina de costura”.

E queria conversar sobre a dificuldade que tinha em recuperar a sua filha mais velha (12 anos).

Tive duas perdas seguidas no meu segundo casamento que me mandaram para o hospital e fiquei ali por algum tempo. Nessas condições, não podia cuidar da minha filha e eram meus pais os que tomavam conta. Nessa época, eles vinham para São Paulo e meu pai me disse que era melhor eles trazerem a menina para cuidá-la enquanto eu me estabilizava. Disse também que ficariam em São Paulo por três anos. (...) A minha mãe já voltou à Bolívia umas três vezes nestes nove anos em que residem aqui, mas nunca quis deixar minha filha comigo. (...) Eu não enviava dinheiro para a menina porque meus pais me diziam que não precisava. Eu tenho muita dificuldade de relacionamento com minha mãe. Sempre fui maltratada por ela (...).

[E com sua filha? Como é com ela?] Quando há três semanas lhe disse que queria levá-la para morarmos juntas na Bolívia, ela disse que sim, que queria ir comigo (...). Mas, quinze dias depois, disse que não, que não sabia, que, afinal, eu a tinha abandonado. (...) Pôs minha vida em questão. Disse suspeitar da vida que eu levava para não me ter ocupado dela. A primeira reação que eu tive foi a de chorar; segurei-me. Tomei-a pela mão e lhe disse: “Vamos conversar com teu avô e tua tia, para que eles contem para você como foi minha vida quando você nasceu” (35.24 I bo).

E sofria principalmente pelos ressentimentos e cobranças de “abandono” da filha. Impunha-se uma revisão (não fácil) do passado, para acertar as contas com essa moça. Também sofria pela relação com a mãe; ela não tivera a força de “acertar as contas” com ela até então. Permanecia com o ressentimento pelo trato rigoroso e exigente (obrigou-a a trabalhar muito cedo, para manter os irmãos), e um sentimento de medo para com ela.

4.2.17 Queriam ser acolhidos na Casa do Migrante

O motivo principal de duas pessoas foi o de serem acolhidas na CdM.

G foi encaminhada pelo secretário do CPM; ela disse:

Estou no abrigo da Bresser¹¹⁵. Não gosto de lá, as mulheres são de favela e tenho medo delas. Além do mais, são preguiçosas, pegam minhas toalhas recém-lavadas do varal, para enxugar os filhos delas. Também batem nas minhas filhas (...). Eu vim averiguar se era possível eu ficar no albergue daqui, mas não sei se me mudo, por causa das minhas filhas¹¹⁶ (12.8 I pe).

G era estrangeira, mal falava português, vinha do âmbito rural e nunca antes tinha morado num albergue. Como já observaram outros estudiosos (BERRY, 2002), sempre existe certo grau de conflito entre os valores culturais próprios e os da cultura majoritária, que neste caso parecia ser a de mulheres do âmbito urbano e egressas do sistema prisional.

M foi duas vezes ao SPss:

Primeiro encontro:

Moro no albergue da rua de trás, no número 350, há três dias. Acabei de sair do Hospital das Clínicas, onde estive internado por catorze dias, por causa de um infarto que sofri depois de um assalto no metrô, devido à impressão. O senhor Mário sabe da minha vida, pois me conhece, assim como a Rita, desde que eu tinha 21 anos, pois já frequentei esta instituição em diversas épocas¹¹⁷. [Conta sua vida].

No albergue onde estou não me permitem lavar minhas roupas, me dão uma sopa pela noite e um pão com chá antes das 5h00. [Chora. Está muito sensível e essa sensibilidade parece aumentada pelo efeito do álcool].

Segundo encontro:

Estou no Albergue Arsenal da Esperança e lá me disseram que o albergue para os estrangeiros, como eu, é a CdM. Porém [com tristeza], os únicos documentos que tenho no momento são do Brasil, pois fui roubado muitas vezes (13.9 I bo).

Parecia que *M*, ao ser acolhido na CdM, pretendia recuperar alguma identidade, mesmo que fosse a de estrangeiro.

4.2.18 Sofriam por crise pós-traumática

Cinco pessoas chegaram em crise pós-traumática. Para uma delas, a crise tinha se tornado uma condição crônica.

¹¹⁵ Abrigo da Delegacia da Mulher para mulheres vítimas de violência e egressas do sistema prisional.

¹¹⁶ Nessa época a Casa do Migrante era quase exclusivamente para homens.

¹¹⁷ Mário Steinhoff, o secretário de Assistência Social, e Margarete, a socióloga missionária que trabalhou como voluntária de orientação documentária anos atrás.

J disse: “Acordo no meio da noite há mais de dezessete anos, depois de um acidente de trabalho no qual perdi os dedos da minha mão”.

Y, mãe com dois filhos que tinha fugido do marido (4.1.2.1 a), disse:

Primeiro encontro:

Meus filhos sonham com monstros e com o pai que bate neles. [Os meninos mexem a cabeça afirmativamente. Solicita-se às crianças saírem para a sala dos brinquedos e *Y* continua.] O pai deles os espancava quando voltava de beber nos fins de semana. [Há quanto tempo se dava isso?] Isso acontecia, aproximadamente, havia dois anos. Meu marido se aborrecia ante o pranto do meu filho mais novo, que chora por tudo. Agora, ele sonha que um desses monstros se transforma no pai, que vem bater nele. Eles não querem dormir, adiam o sono o máximo que podem. A hora de dormir tem-se tornado um momento difícil. Ficam conversando qualquer coisa, só para não dormir. De dia, estão felizes.

Segundo encontro:

Meu filho maior está indo à creche. Nos dois primeiros dias voltou contente, depois, passou a chorar para ir. A razão dele é “que o fazem dormir” (44-46.33 F bo).

CA disse:

Preciso de ajuda no casamento para poder romper com minha esposa. O relacionamento com ela vai mal há muito tempo. Ela trata-me mal (...) e piora quando ela perde o trabalho, pois não gosta de ficar por baixo. Minha relação com ela transformou-se de amor a pavor. [Por que continuou com ela?] Por estar ao lado dos meus filhos. Só decidi sair de casa quando eles começaram a tratar-me mal. Tive duas tentativas de separação. A primeira por seis meses no ano anterior (2003), da qual voltei para casa para cuidar do meu filho caçula que tinha quebrado a perna. E esta, depois de me recuperar da queimadura que sofri por causa de um trabalho de macumba que ela fez em mim. A cena foi observada por um vizinho argentino, que chamou a polícia. Ela deu uma explicação confusa, dizendo que tinha desejado castigar a nossa filha, e quis culpar-me também por isso ante o policial. Eu não a denunciei. Eles me levaram para um pronto-socorro e fiquei hospitalizado. Levantou-se a camiseta e mostrou o torso: a pele do pescoço, um braço, peito e barriga mantinham-se unidos por um cordão de quelóide (76.57 I ch).

4.2.19 Sofriam por separação

Quatro pessoas, dois homens e duas mulheres, sofriam por separação.

O, na sua primeira sessão¹¹⁸, comentou: “Tive um relacionamento com uma senhora

¹¹⁸ Foram dez no total ao longo de três anos.

boliviana por dois anos. Ela decidiu voltar para a Bolívia. Ela me exigia mais autonomia econômica, para que pudesse oferecer-lhe uma vida de família. Sinto muita falta dela”.

A solicitava ajuda por causa da iminente separação. Era ele quem estava mais interessado em salvar a família e parecia sofrer mais por isso, porque estava apaixonado pela mulher e dava mais valor à família. A esposa, boliviana também, mas criada aqui e vários anos mais jovem, tinha iniciado os trâmites do divórcio.

Este foi um caso no qual a diferença cultural¹¹⁹ entre a imigrante de primeira geração e a esposa descendente era importante, pois os valores e costumes não eram os mesmos e conflitavam.

E contou:

Depois de voltar de uma ausência forçada de sete meses, porque tive de ir ao Peru, o encontrei com outra mulher e à espera de um filho. Ele me pediu para ir embora. Eu fiquei muito nervosa, não sabendo o que fazer, nem para onde ir. Todos esses anos morei sempre com ele. (...). Estou em tratamento farmacológico (...). Sinto tremores no corpo, dor de cabeça e muito sono (8.5 I pe).

N disse: “Estou sofrendo por um conflito amoroso”. Ela sofria por ter-se sentido preterida pelo homem amado, ex-patrão da oficina de costura em que trabalhava havia quatro anos, sem salário.

4.2.20 Solicitavam ajuda para tomar decisões

Quatro pessoas solicitaram ajuda para tomar decisões.

H disse sentir-se “entre a cruz e a espada” sobre se continuaria aqui com a irmã ou voltaria com a família que dizia estar “abandonada”.

O queria consultar-se sobre a “crise de pânico” que sofria, o tratamento que seguia e o enquadramento do SPss para tratá-lo.

LA estava confuso a respeito de se separar ou não.

E solicitava ajuda para tomar uma decisão a respeito das suas filhas:

Fui chamada pela minha filha mais velha e a ajudo com o trabalho da casa e

¹¹⁹ Entendida como os aspectos nos quais as culturas diferem. E estas entendidas como sistemas simbólicos, valorativos, e práticas de uma sociedade, repassadas e reatualizadas de geração a geração e de pessoa a pessoa; o característico de um povo.

no cuidado dos meus netos. A minha filha mais nova saiu da casa há mais de um mês. Eu estou entre a espada e a parede. Gostaria de ficar com minha filha mais velha e netos, pois ela me convidou a vir e a estou ajudando a cuidar dos meninos enquanto ela trabalha. Sinto-me útil e feliz com isso. Mas penso que quem mais me necessita é minha filha solteira. É meu dever de mãe estar por perto. Além do mais, temo que ela reincida no uso de drogas. Se eu for com ela, também não sei como irei sobreviver, pois não tenho emprego e só conto com a renda limitada do artesanato que eventualmente faço para vender (72.54 I pe).

4.2.21 Solicitavam ajuda para um familiar

L foi consultar pelo seu irmão *F*:

Estou muito preocupada por ele e minha cunhada. *F* foi abandonado pela mulher, pela segunda vez (...). Toda a família ficou chocada com o evento, e não sabíamos o que fazer, porque tememos que ele reaja mal, pois bebe. Mesmo que, desta vez, ele tenha aceitado, numa boa, ir à igreja. Sinto-me meio culpada, por ter desencadeado isso. [Como assim?] A saída da minha cunhada, pois eu pedi ao amante que saísse da casa (oficina). Também sentimo-nos sujos diante dos tios, pais da prima (esposa do amante da cunhada) (15.11 I bo).

L sofria com o fato. Sentia-se responsável pelas pessoas “vítimas” (os traídos e os filhos desses casais), pois isso tinha acontecido na casa-oficina dela e com sua família, e temia a reação deles, especialmente do irmão. Esse sofrimento estava muito relacionado à sua figura de matriarca responsável por uma unidade produtiva familiar na qual sentia que deveria ter o controle sobre o que acontecia nela.

T queixava-se de sofrer pelos problemas no casamento da filha: “Minha filha está unida a um bandoleiro”.

4.2.22 Solicitavam informações

Seis pessoas solicitavam informações:

R e *E* disseram que solicitavam orientações sobre a Anistia. Eles moravam na mesma pensão no Brás e estavam há pouco tempo na cidade. *E* disse: “Não consigo trabalho, porque todos me pedem documentos. Estou pensando em ir para Milão, onde tenho três irmãos há

muitos anos”.

C queria informar-se sobre o tratamento de saúde mental para o irmão. Ela tinha solicitado a “Reunião Familiar” e sua mãe e o irmão estariam chegando em breve.

JL queria informações para trabalhar em negócios.

L e *J* solicitavam informações para dar continuidade ao tratamento de saúde do filho mais novo (4.1.3.2).

4.2.23 Solidão

JC disse: “Quero falar da minha solidão”.

Pela ruptura de rede de suporte social que a migração implica (SLUZKI, 1997), esta favorece o estado e o sentimento de solidão.

4.2.24 Tinha apelo para um trabalho psicoterapêutico de maior tempo

EM disse: “Estou cheio de medos por dentro. Tenho medo da morte, por exemplo. Minha avó morreu quinze dias atrás e eu ainda não digeri muito isso”.

4.2.25 Tinha um projeto sobre o qual queria falar

A primeira vez que chegou ao SPss (2001), *E* se apresentou como um perseguido político que sofreu tortura e prisão no Chile, após a queda de Allende. Disse também que trabalhava de forma voluntária na Pastoral do Povo da Rua¹²⁰, ajudando a repartir marmitas aos moradores

¹²⁰ Trabalho social da Igreja Católica com as pessoas em situação de rua. Como as outras pastorais, depende da Confederação dos Bispos do Brasil. No entanto, vimos que na última página da Arquidiocese de São Paulo, ela está considerada um Vicariato, um trabalho encomendado a um determinado vigário. Neste caso, o padre Júlio Lancelotti. Referências em <<http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/pastoral/conselho/pastorais>>. Acesso em 14 maio 2014.

de rua do Centro, e que tinha um projeto sobre o qual queria falar: as “Oficinas Integradas” trabalho-escola.

O projeto consistiria em oficinas em um local onde as pessoas trabalhariam de dia em construção civil (profissão dele), teriam moradia e aulas à noite de língua, matemática, política, saúde, ambiente, entre outras. O que ele tinha em mente naquele momento era um modelo semelhante ao de células de formação política de partidos ou sociedades socialistas.

4.2.26 Chegaram “por engano”

SL foi encaminhada pela secretária, provavelmente por não entendê-la, pois falava espanhol, solicitava apoio econômico para viajar ao Peru e arrumar a documentação das filhas.

EM, aparentemente, buscava uma forma de elaborar o motivo da sua permanência no Brasil. Procurava a “doutora” advogada e o enviaram para a psicóloga.

P procurava tratamento para a psoríase de origem nervosa. Ele parecia ter chegado para ser atendido pela “doutora”, que talvez ele imaginasse ser de formação médica.

Neste capítulo apresentaram-se os resultados encontrados a respeito do motivo de migração e o motivo de consulta que levou os usuários para atendimento no Serviço Psicossocial. Para todos os casos optou-se por considerar o motivo por eles expresso.

As motivações para migrar desses imigrantes hispano-americanos foram muito variadas, mesmo em situações em que outros veriam possibilidades limitadas. Em nove casos houve coexistência de razões e motivos para migrar.

Longe da ideia geral que se tinha, de que os hispano-americanos que procuravam o SPss o faziam por uma situação que excedia suas possibilidades de manejo pelo insuportável sofrimento que lhes produzia, levando-os a parar com sua rotina de trabalho, ou pela apresentação de um fato inusitado, no que se refere aos primeiros 86 atendidos entre 2001 e 2004, isso cumpriu-se apenas para quinze pessoas que chegaram em crise: cinco em crise pós-traumática, uma em trauma de exílio e nove por crises diversas de menor intensidade.

Para os demais, as razões da procura do serviço podiam ser bem mais triviais, como solicitar informações (6), ou não tanto, como sofrimento amoroso (7 abandonos do cônjuge + sofrimento por separação), alcoolismo (4), solicitar ajuda para tomar decisões (4), querer recuperar seus filhos (3), depressão (3), acontecimentos decorrentes ou associados à migração

(3), querer ser acolhido na Casa do Migrante (2), queixa de timidez (2), querer entender um episódio da vida (2), querer conhecer-se mais (2), problemas de relacionamento entre casais (2), solicitar ajuda para familiar (2), problemas decorrentes do trabalho (1), problemas no vínculo com os filhos (1), queixa por ser “nervoso” (1), apelar para um trabalho psicoterapêutico de maior tempo (1). Até casos de motivo não esclarecido (2) e aqueles que chegaram por “engano” (3).

A categoria “querer recuperar os filhos” apresentou-se como ligada ao gênero feminino. Apesar de esse interesse ter estado presente na fala do marido de uma delas, não constituiu motivo de consulta para ele.

Nas repetidas releituras do material, os cadernos de campo dos atendimentos, foram mais bem observados outros elementos que surgiam quando essas pessoas iam desenvolvendo suas histórias. Todos eles foram categorizados e anotados, na ordem em que apareciam.

Tratava-se de assuntos associados ao motivo que as trazia ou aspectos da história de cada um, como um pano de fundo: um par de casos de consumo de drogas, costumes e crenças associadas ao gênero, principalmente na Hispano-América Andina, pessoas que dependiam economicamente da família sendo adultos, situações de estupro, o que se chamou de família “rota”, um caso de furto, ideias de morte ou tentativas de suicídio, menores deixados/ abandonados, opressão masculina e submissão de mulheres, o abuso do filho mais velho encarregado da formação dos irmãos, pessoas que passavam fome, pessoas que passaram pela situação de rua, problemas de saúde não identificados, problemas de vínculo com um, ambos os pais ou outras figuras paternas, solidariedade e outras.

Chamou-se de “famílias rotas” às unidades familiares que sofreram desmembramentos, como no caso de homens alcoólatras, as quais, vistas desde a perspectiva da pessoa que evocava a história, ainda apresentavam dilaceração. Ou seja, tratava-se de rupturas abruptas que ainda doíam.

É importante dizer que os quatro casos que apresentaram o problema de alcoolismo como motivo de consulta não foram os únicos casos nos quais este problema se manifestou.

A associação entre alcoolismo e violência contra a mulher e/ ou filhos apresentou-se quase sempre. Para vários usuários bolivianos do ramo da costura, era uma realidade presente, para alguns usuários peruanos era uma lembrança triste da infância.

Um comportamento itinerante (dentro do país e na região sul-americana) pareceu também estar associado ao abuso de álcool.

Conforme se esperava, a diferença cultural não foi motivo de queixa em relação à

população brasileira, para a maioria dos usuários. Eles davam a impressão de que estavam mais concentrados na problemática que vivenciavam do que na população local, talvez pelo pouco contato que com ela tinham. Poder-se-ia pensar também que especialmente os recém-chegados sentiam-se inibidos de expressar qualquer “queixa” a respeito da população local, prevalecendo a atitude (politicamente correta) de gratidão pela acolhida no país.

Pelas situações vivenciais observadas nos usuários do ramo da costura, pode-se dizer que o sistema de vida-trabalho que levam, sujeito às ordens do chefe, dono da oficina, não só interfere na administração do tempo de trabalho, como também nas atividades e decisões pessoais e familiares dos trabalhadores.

Os três casos de abandono de cônjuge que foram matéria de consulta partiram de homens bolivianos, o que faz suspeitar de uma tendência progressiva de maior independência da mulher boliviana, talvez como decorrência de aculturação modernizante. S. Silva também fala de “rompimento das relações conjugais com certa facilidade” na população estudada por ele (1997). Situações semelhantes, no que diz respeito à influência da migração sobre os comportamentos de gênero das mulheres que migram para sociedades mais “modernas”, foram relatadas em outras pesquisas (DeBIAGGI, 1996, 2003; LUCENA, 2007; PERES e BAENINGER, 2009)¹²¹.

Pode-se dizer que a maioria destas pessoas manifestou uma história de vida que falava de rupturas familiares antigas e profundas desde sua primeira formação (crianças), decorrentes do fato de que grande parte dessas pessoas procedia de grupos sociais que, nos seus respectivos países, foram submetidos a processos históricos, políticos, culturais e econômicos de inclusão marginal (MARTINS, 1997) ou também chamados de exclusão/inclusão (SAWAIA, 2001).

Outras, procedentes de contextos (familiares e sociais) menos carentes socioeconomicamente, pareciam apresentar algum evento na sua história pessoal que teria afetado sua capacidade de estabelecer vínculos fortes. Isto também foi observado no trabalho de Jara e Cortés (2010), a respeito das memórias da família de imigrantes chilenas: “uma variável a ser considerada como propiciadora da migração e adaptação aos outros países: o ter raízes de pertencimento mais frágeis ou difusas” (JARA; CORTÉS, 2010, p. 14)¹²². Ou ainda, a migração se apresentaria a essas pessoas como a oportunidade de “solução/saída/escape” para

¹²¹ Um estudo assinala tacitamente a transformação das famílias com a migração internacional das mulheres, “principalmente se os locais de origem sustentarem regimes patriarcalistas” (MOROKVASIC, 2003 apud PERES e BAENINGER, op. cit., p. 42). S. Silva disse que são “as mulheres as que mais resistem à incorporação de novos elementos culturais”, mesmo assim, afirma que elas acabaram “seduzidas pelos múltiplos estilos e formas de vestir-se da metrópole” (SILVA, S., 1997, p. 146). Ao mesmo tempo reconhece a capacidade delas de levar em frente suas famílias.

¹²² Tradução nossa.

situações de frustração ou perda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que conseguimos fazer dos objetivos inicialmente propostos?

Pensamos que o primeiro objetivo de resgate da memória do Serviço Psicossocial foi cumprido. Relatamos seus antecedentes, partindo da história que me levou a ele, seus inícios, funcionamento e o contexto, ou seja, a instituição na qual surgia. Como toda narrativa, é vista desde uma perspectiva determinada, neste caso a da psicóloga fundadora desse serviço voluntário. É possível observar tons afetivos: maior ênfase em alguns atores, menor em outros, críticas e momentos de tensão nessa construção, onde a pertença é também liminar: por vezes unida à instituição, outras a uma distância crítica.

A parcialidade da narrativa também compreende o recorte temporal, de 2001 a 2012, pois vários aspectos ali narrados não continuam presentes. A Missão Paz continua a mudar.

Em relação ao segundo objetivo, a sistematização dos atendimentos realizados entre 2001-2004 foi entendida como um trabalho de resgate documental das sessões de atendimento a 86 imigrantes hispano-americanos, por meio da transcrição, tradução para o português e digitação dos registros em cadernos de campo manuscritos. Essa informação foi tabulada, segundo categorias relevantes: a pessoa como usuária do serviço, descrição demográfica, categorias migratórias e outras, constituindo-se no trabalho principal da tese.

A pessoa como usuária do serviço foi descrita por um código de identificação (que continha o número de atendimento e o tipo deste, além da inicial do país de procedência), data do primeiro atendimento, informação sobre como soube do serviço e total de sessões assistidas.

A descrição demográfica baseou-se em informações sobre sexo, data de nascimento, idade, cidade de origem, país de nascimento, nacionalidade, situação socioconjugal, situação documentária, ocupação, escolaridade, formação profissional, religião, número de filhos e bairro de residência.

As categorias migratórias foram: tempo de migração, ano de chegada, motivo de migração e migrações anteriores.

A análise foi realizada em relação a duas categorias: o motivo de migração e o motivo de consulta.

No tocante ao terceiro objetivo, gerar um conhecimento baseado na reflexão crítica dessa experiência é um processo em construção e acreditamos que minimamente se deu no relato da história do Serviço Psicossocial, assim como no tratamento das duas categorias analisadas.

Pensamos que algumas conclusões a partir deste trabalho poderiam ser as seguintes:

1. Vivências refletidas podem impulsionar projetos de trabalho interessantes, como foi o caso desta psicóloga migrante ao iniciar um serviço de acompanhamento psicológico para migrantes. Essa consciência de ser outra migrante que passou por algumas situações parecidas às das pessoas atendidas pode ser considerada a característica do nosso posicionamento clínico que, unido ao respeito pelas diferenças, colocou uma base mínima de horizontalidade para a realização do acompanhamento psicológico satisfatório na maioria das vezes.

2. A dificuldade enfrentada no estabelecimento do Serviço Psicossocial, como serviço voluntário no interior do Centro Pastoral do Migrante da chamada Pastoral Latino-americana do Migrante, pareceu depender, por um lado, do desconhecimento da função do psicólogo na problemática migratória por parte da instituição (desconhecimento que não lhe era exclusivo). Por outro, do funcionamento e da estrutura institucional no período referido (2001-2012).

3. O grupo estudado pareceu ter, em termos gerais, as mesmas características demográficas que o público usuário dos outros serviços do CP. Não se pode dizer o mesmo em relação ao motivo de migração que o trouxe para São Paulo.

4. As motivações para migrar: razões dadas e histórias contadas por esses imigrantes sobre os antecedentes, os estímulos à decisão e/ou o evento que “precipitou” a migração, tinham um colorido não visto na maioria dos estudos publicados “de decisões ‘explosivas’ a lentos preparativos” (SLUZKI, 1979, p. 380). Por um lado, parece que os profissionais que usam a ferramenta da escuta e o diálogo como nós, psicólogos, temos muito a contribuir nesta temática. Por outro, grande parte desses estudos foi realizada de perspectivas que enfatizavam os determinantes econômicos para a migração; parece que uma perspectiva existencial do ponto de vista das próprias pessoas ilumina melhor as sutilezas não percebidas em outros casos.

5. Em relação aos motivos de consulta ao SPss, também optou-se por considerar o que esses imigrantes expressaram. A seguir, apresentamos um panorama parcial das situações e motivos que levaram esses sul-americanos a procurarem o serviço.

Parece-nos que há uma tendência dos homens apresentarem motivos de consulta mais individuais (13 casos, incluídos os de sofrimento amoroso de que se falará adiante). Este “comportamento de gênero” poderia ser lido como um melhor discernimento das próprias necessidades na situação de privilégio social de centralidade do poder econômico e das “grandes” decisões que esses imigrantes pareciam ter, comparativamente às mulheres.

Só 11 dos 65 acompanhamentos realizados em diversas modalidades e vezes tiveram relação direta com a migração.

O sofrimento amoroso em diversos graus e variadas situações apresentou-se como motivo de consulta recorrente em dez casos, três mulheres e sete homens, chamando a atenção sobre a maior proporção destes últimos. Isto levaria a pensar, por um lado, numa sensibilidade para a questão amorosa do homem sul-americano, mas não conhecemos outros estudos que apoiem este achado; e, por outro, numa tendência progressiva de maior independência da mulher sul-americana, particularmente no contexto da migração a São Paulo, como outros estudos, sim, indicaram (SILVA, 1997), além de estudos em que se sublinha a influência das sociedades de acolhida mais “modernas” sobre o comportamento de gênero das mulheres (DeBIAGGI, 1996, 2003; LUCENA, 2007; PERES e BAENINGER, 2009). Outra leitura seria que as parceiras constituíam a pedra fundamental da segurança emocional desses migrantes, que ao serem deixados sofriam intensamente, contrariando o estereótipo de fortaleza e contenção da emoção do estilo de ser observado no homem hispano-americano.

Estar em crise, entendida como época de desequilíbrios e intensificação de dificuldades, foi motivo de procura do serviço em nove casos: três casais, três pessoas individuais e outros que envolviam pessoas em crise pós-traumática. Quase todas apresentavam diversas reações físicas de ansiedade (dificuldades digestivas, dificuldades respiratórias, gastrite, taquicardia, insônia, sudorese, pesadelos). Elas, na sua maioria, falavam de problemas antigos, relacionados a dificuldades no vínculo. Porém, a fragilidade da condição migratória pareceria ter favorecido essa eclosão no caso dos atendimentos individuais.

A crise pós-traumática foi motivo de consulta de três (uma família e dois homens) desses nove casos. Num deles, tinha se tornado condição crônica.

Problemas de relacionamento entre casais, de menor intensidade (não considerados “em crise” por eles), foram trazidos como motivo de consulta em outros dois casos.

A relação de cuidado com a família (filhos, irmão, esposo) apresentou-se como característica mais ligada ao gênero feminino em nove casos. Porém, também esteve presente em dois casais e um homem. Essa função de sustento da economia emocional familiar parecia guardar relação com uma mudança geracional tênue e progressiva da socialização de gênero em favor de um exercício mais equitativo desta.

O serviço foi usado de diversas maneiras, além das estritamente supostas para um serviço de atendimento psicológico, em pelo menos sete casos. As pessoas foram solicitar informações (sobre a anistia, tratamentos de saúde, trabalho), pedir ajuda para ser acolhidos na Casa do Migrante (decorrentes de situações de ruptura familiar recente e antiga), falar de um projeto. Este último, um acompanhamento ao longo de quase todo o tempo de existência do SPss.

O sofrimento pela superposição dos planos econômico-profissional e pessoal observada nas oficinas de costura pelo sistema de trabalho (SILVA, C., 2009) foi motivo de consulta em seis casos, porém, estando presente em outros dois (família e casal). Essa interferência afetava as decisões pessoais e familiares desses trabalhadores.

Uma demanda por mudança na forma de ser foi motivo de consulta para cinco homens com queixas de timidez, ser “nervoso”, ou ter um comportamento agressivo. Nas histórias que eles trouxeram fizeram-se presentes situações de desproteção social, como crianças e adolescentes abandonados ou deixados ao cuidado abusivo do irmão mais velho.

Os brasileiros foram mencionados por essas pessoas em quatro casos. Essa (pouca) frequência nos deu a impressão de que eles estariam mais concentrados na problemática que vivenciavam do que na população local; talvez pelo pouco contato que com ela tinham. Três deles consideravam-se distantes culturalmente dos brasileiros, porém, só em um caso essa distância implicou conflito.

O alcoolismo masculino foi o motivo de consulta em quatro casos, três homens e uma mulher que consultava pelo esposo. Porém, não foram estes os únicos casos nos quais este problema se manifestou. Nesses casos, a associação alcoolismo e violência contra a mulher e/ou filhos apresentou-se quase sempre. Para vários usuários bolivianos do ramo da costura, essa associação era uma realidade presente, para alguns usuários peruanos, uma lembrança triste da infância. Um comportamento itinerante (dentro do país e na região sul-americana) pareceu também estar associado ao abuso de álcool.

Três mulheres atendidas (duas em casal e uma terceira em família) disseram ser espancadas por seus maridos. No entanto, isso constituiu problema para uma delas. Para uma segunda, outro problema parecia prioritário e a terceira não continuou o acompanhamento. Elas pareciam vivenciar isso com conformismo com seu “destino de mulher”, e eles viam como natural “corrigir” suas mulheres quando, segundo eles, elas procediam mal ou lhes faziam perder a paciência (o que aconteceu com dois deles quando alcoolizados). Um trabalho sobre esse problema foi realizado com o casal cuja mulher veio se consultar pelo outro problema considerado prioritário.

Evidenciamos problemas em definir o motivo de consulta em quatro casos em decorrência da forma de funcionamento do SPss (três pessoas procuravam outros serviços, porém foram encaminhadas ao nosso, e uma quarta pessoa tinha procurado atendimento em outro serviço, quando soube que existia atendimento psicológico. Ela entrou, falou da sua vida e saiu rapidamente para cumprir o que tinha ido fazer no CP), e num quinto porque tivemos um

inadequado manejo da sessão familiar.

Estamos cientes de que a análise destes motivos de consulta precisa de maior aprofundamento. Além disto, no entanto, o material organizado oferece subsídios para dar continuidade à pesquisa com a análise dos tipos de sofrimento desses usuários, dos contextos nos quais se apresentavam, dos recursos que eles tinham para lidar com esses sofrimentos e de como foi oferecido esse serviço psicológico.

Houve casos em que teríamos nos beneficiado melhor com a supervisão do atendimento, especialmente naqueles que envolviam violência doméstica.

Quais os caminhos futuros e implicações deste trabalho?

Para começar, pensamos em desenvolver um projeto de intervenção, que envolva a instituição, nas famílias usuárias dos serviços da Missão Paz que apresentam o problema de violência doméstica, pois há interesse de alguns líderes de fazer algo por solucionar essa situação.

Faz-se necessário revisar mais amplamente a literatura sobre serviços de acompanhamento psicológico para migrantes no Brasil, na região latino-americana e outras no mundo, para discutir os achados e observações feitas no presente estudo.

Outro caminho frutífero de pesquisa seria a revisão da literatura sobre a vida quotidiana das famílias de estratos populares brasileiras, para poder ler melhor os aspectos da dinâmica psicossocial observados nos imigrantes hispano-americanos atendidos pelo SPss. Isso permitiria estimar melhor quanto eles se devem a situações socioeconômicas e quanto a “diferenças culturais”.

Perante tudo o que temos por fazer, acreditamos que contribuímos com um grão de areia para campo dos Estudos da Migração, em relação àquilo que se sabe dos migrantes, e particularmente da imigração hispano-americana, proveniente, ainda, da pré-história da *psicologia da migração*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, P. Conferência de abertura para a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio. *TV Comigrar* (YouTube 43:11). 30 maio 2014. Disponível em: <http://www.participa.br/comigrar#.U6f_F00U_IU>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESTRANGEIROS E IMIGRANTES NO BRASIL (ANEIB). Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/estrangeiros.aneib>>. Acesso: em 23 jun. 2014.
- BAENINGER, R. (Org.) *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316 p.
- BERRY, J.; POORTINGA, Y.; SEGAL, M.; DASEN, P. Acculturation and Culture Contact. In: *Cross-cultural Psychology: Research and Applications*. Cambridge: Cambridge U.P., 1992. p. 292-314.
- _____. Conceptual Approaches to Acculturation. In: *Simpósio Internacional Psicologia E/Imigração e Cultura*. São Paulo: Instituto de Psicologia, USP, 2002.
- BEVILAQUA, M. E. G. O. *Estrangeiros: Peregrinos da América*. Os latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo: 1970-1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.
- BOMFIM, L. *Sistematização da memória da Pastoral dos Migrantes da Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz*. São Paulo: CEM, 2010. 69 p.
- BONASSI, M. *Canta América sem Fronteiras*. Imigrantes latino-americanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- “CABECITA NEGRA”. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Cabecita_negra>. Acesso em: 27 maio 2014.
- CARIGNATO, T. Apresentação. In: CARIGNATO, Taeco; ROSA, Miriam; PACHECO, Raul (Org.). *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM, 2002.
- CARIGNATO, T.; ROSA, M.; BERTA, S. Encontros na radicalidade estrangeira. In: CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana REMHU: Projeto Migratório*. Brasília, ano XIV, n. 26 e 27, 2006.
- CARSTENSEN, L. Em São Paulo, imigrantes se mobilizam por políticas públicas e respeito. *Repórter Brasil*, 11 dez. 2013. Mensagem enviada pelo SPM-CAMi para a lista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro (NIEM-RJ), 22 dez. 2013.
- CENTRO DE APOIO AO MIGRANTE (CAMi). Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/pages/CAMI-Centro-de-Apoio-ao-Migrante/470649712951474>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO IMIGRANTE (CDHIC). Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

CENTRO PASTORAL E DE MEDIAÇÃO DO MIGRANTE. Disponível em <<http://www.missaospaz.org/#!/cpmm/c8hd>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO (COMIGRAR). São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.participa.br/comigrar/sobre-a-comigrar#.U6l9SE0U_IV>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CORTES, Verônica. *Chilenos em São Paulo: a trajetória de uma migração*. 239f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

COSTA, A. A saga recomeça. *Carta Capital*, São Paulo, n. 435, 14 mar. 2007.

COSTA, G. Do Centro dos italianos ao Centro dos migrantes na cidade de São Paulo. In: *Travessia*. Revista do Migrante. Ano XVIII, São Paulo, n. 52, p. 33-39, maio/ago. 2005.

CUTTI, D. *Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz: de um conjunto de trabalhos a um trabalho de conjunto*. São Paulo: Mimeo, 2011. 3 p.

CYMBALISTA, R & XAVIER, I. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. In: *Cadernos Metrópole*. Dossiê: metrópole, migração e mobilidade residencial. São Paulo, n. 17, 1º semestre 2007.

DANIEL, C. Novas rotas na migração Sul-Sul: o caso dos peruanos no Brasil. In: *Travessia*. Revista do Migrante. Ano XXVI, São Paulo, n. 73, p. 31-40, jul./dez. 2013.

DEBIAGGI, S. D. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In: MARTES, A.; FLEISCHER, S. *Fronteiras cruzadas, etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 175-197.

_____. Mudança, crise e redefinição. As mulheres brasileiras lá fora. *Travessia*. Revista do Migrante. São Paulo, n. 26, p. 24-26, 1996.

DORNELAS, S. Questões teológico-pastorais sobre a acolhida aos migrantes. In: *Travessia*. Revista do Migrante. Ano XX, São Paulo, n. 57, p. 14-19, jan./abr. 2007.

DORNELAS, S.; NASSER, A. C. A. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios & Edições Loyola, 2008. 367 p.

EL UNIVERSAL. “En Brasil cambiarán ley migratoria para impulsar el ingreso de profesionales”, 16 jan. 2014. *Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE)*. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=20648>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

G1. Secretaria da Educação de SP diz que investigará bullying contra bolivianos. São Paulo, 28 set. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/09/secretaria-da-educacao-de-sp-diz-que-investigara-bullying-contra-bolivianos.html>>. Acesso em: 6 jan. 2010.

GEREMIA, M. Um pouco de história para entender os 30 anos de vida e de luta do Centro Pastoral do Migrante de São Paulo. *Além Fronteiras*, Órgão informativo. Edição Histórica, Ano 2007, nov., p. 26-27.

HAJJI, M. *Brasil país de imigração?* Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/04/11/brasil-pais-de-imigracao/>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

HOUAISS-UOL. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa - Beta*. Versão eletrônica. Instituto Antônio Houaiss, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: jun. 2014.

INSTITUTO C&A. Disponível em: <<http://www.institutocea.org.br>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). “Rede um grito pela Vida” lança campanha contra o tráfico de pessoas. 2 fev. 2014. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=244:redes-um-grito-pela-vida-lanca-campanha-contra-o-traffic-de-pessoas&catid=90:traffic-de-pessoas&Itemid=1208>. Acesso em: 23 jun. 2014.

JARA, O.; CORTEZ, V. (Org.). *Memoria Social. Chilena tu eres parte, no te quedas a parte*. São Paulo: Museu da Pessoa, SENAC, Presença da América Latina, 2010. 84 p.

_____.; SCAFFO, B. (Org.). *Memoria Social. Uruguaya tu eres parte, no te quedas a parte*. São Paulo: São Paulo; Museu da Pessoa, 2011.

JORNAL MOMENTOS. Disponível em: <<http://jornalmomentos.net/construtor/page38.aspx>> Acesso em: 19 out. 2008 a 2009.

LAB SOCIAL - INTERPSIC. Disponível em: <<http://www.interpsic.com.br/perfil/parceiros/labsocial-main.html>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

LIMA, R. Exclusivo: Os números exatos e atualizados de estrangeiros no Brasil. *O Estrangeiro*, 22 mai. 2013. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/05/22/exclusivo-os-numeros-exatos-e-atualizados-de-estrangeiros-no-brasil-2/>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

LONDOÑO, G.; JARA, O. (Org.). *Memoria Social. Colombiana tu eres parte, no te quedas a parte*. São Paulo: Carthago Editorial, 2012. 159 p.

LUCENA, C. *Fluxos imigratórios, gênero e cidadania transnacional*. São Paulo: Mimeo, 2012. 13 p.

_____. *Mulheres peruanas em São Paulo: fronteiras e trajetórias*. São Paulo, CERU/USP, 2007 [Artigo não publicado¹²³].

MANDELBAUM, B. *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*. 1992. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. 260 p.

¹²³ Preparado para o GT 53: *Antropologia das fronteiras: os processos transnacionais*. Encontro de Antropologia do Mercosul, e cedido gentilmente pela autora.

MAESTRE, A. De Aigues Mortes a Villacarrillo: El fascismo que nace del odio entre obreros. *La Marea* (Es), 12 de enero 2014. Disponível em: <<http://www.lamarea.com/2014/01/12/de-aigues-mortes-villacarrillo-el-fascismo-que-nace-del-odio-entre-obreros/>>. Enviado por mensagem pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro (NIEM-RJ), 3 fev. 2014.

MARTINS, J. D. S. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 25-38.

MARANHÃO, F. Um em cada três imigrantes está em situação irregular na cidade de São Paulo. *Notícias UOL*, 23 jan. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/01/23/um-em-cada-tres-migrantes-esta-em-situacao-irregular-na-cidade-de-sao-paulo.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2014. Enviado por mensagem pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro (NIEM-RJ), 3 fev. 2014.

MARCOLINI, A. Desafio às fronteiras. *Revista da Cultura*, 3 jan. 2014. Disponível em: <http://www.revistadacultura.com.br/revistadacultura/detalhe/14-01-03/Desafio_%C3%A0s_fronteras.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MEHLER, J; ARGENTIERI, S; CANESTRI, J. Literatura psicanalítica sobre el problema de las lenguas. In: *La Babel del Inconsciente - Lengua madre y lenguas extranjeras en la dimensión psicoanalítica*. Buenos Aires y México: Grupo Lumen, 2002. p. 83-108.

MILESI, Rosita. Algumas reflexões, em termos de princípios, sobre o anteprojeto de Lei de Estrangeiros. Instituto Migrações e Direitos Humanos, Brasília, 2005. Enviado por mensagem pelo Niem-RJ em 18/10/2005. Também disponível em <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=189:algumas-reflexoes-em-termos-de-principios-sobre-o-anteprojeto-de-lei-de-estrangeiros&catid=88&Itemid=1211>.

MILESI, R.; SCHIAVON, M. Antecedentes e breve histórico do setor “Pastorais da Mobilidade Humana”, da CNBB. In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Comissão Episcopal para a Caridade, a Justiça e a Paz*, Setor Pastorais da Mobilidade Humana. Brasília-DF, 10 nov. 2006. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/cat_view/365-pastoral-da-mobilidade-humana/367-artigos-e-textos>. Acesso em: 17 jun. 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. “Comigrar deixa legado de mobilização e sensibilização”, diz secretário Paulo Abrão. *Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio*. 3 jun. 2014. Disponível em: <http://www.participa.br/comigrar/destaques/%E2%80%9Ccomigrar-deixa-legado-de-mobilizacao-e-sensibilizacao%E2%80%9D-diz-secretario-paulo-abrao#.U6mBHE0U_IV>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MISSÃO PAZ, SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org/#>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

MONARDEZ, T. A. V. *Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após o golpe militar de 1973: as influências da imigração no processo da construção da identidade*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Psicologia Social, PUC, São Paulo, 1994.

MULAS. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/drogas/trafico-droga-mulas.htm>> Acesso em: 13 jun. 2014.

NASSER, M. C. *Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos*. São Paulo: Hucitec e FAPESP, 2001. 285 p.

OLIVEIRA, M. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados: Migrações*, São Paulo, v. 20, n. 57, mai./ago. 2006, p. 193-196.

_____. Refugiados colombianos na Amazônia: elementos para uma sociologia dos deslocamentos compulsórios. In: SILVA, S (Org.). *Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar*. Manaus: Editora Da Universidade Federal do Amazonas, 2010. p. 223-259.

OPERA MUNDI. Migrar é um direito de todos? *O Estrangeiro*, 25. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2014/01/25/migrar-e-um-direito-de-todos>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM) 2013. *Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2013 - El Bienestar de los Migrantes y el Desarrollo*.

PAONE, M. A bússola dos imigrantes já não aponta só para o Norte. *O Estrangeiro*, 4 fev. 2014. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2014/02/04/a-bussola-dos-imigrantes-ja-nao-aponta-so-para-o-norte/>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

PASTORAL DO MIGRANTE (PM). *Propostas para uma Nova Lei dos Estrangeiros*. São Paulo, 2004. Documento formulado previamente por especialistas e ampliado com base na consulta pública feita em 26 de março de 2004. Mimeo.

PATUZZI, R. Sou latino-americano. In: *Além Fronteiras*, Órgão informativo. Edição Histórica, nov. 2007.

PELLEGRINO, A. As migrações internacionais no Brasil com ênfase no caso do Uruguai. In: PATARRA, N. *Emigração e imigração no Brasil contemporâneo*. Campinas: Fnuap, v. 1, p. 78-88, jun. 1996.

PERES, R.; BAENINGER, R. Mulheres migrantes na fronteira Brasil-Bolívia. *Travessia*. Revista do Migrante: “Bolivianos”. São Paulo, n. 63, p. 39-45, jan./abr. 2009.

PÓVOA, H. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA, H. & FERREIRA, A. *Cruzando fronteiras disciplinares*. Rio de Janeiro: Ed. Revan e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 297-309.

PRESENÇA DA AMÉRICA LATINA (PAL). Disponível em: <<https://sites.google.com/site/presencadaamericalatinapal>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

PROJETO PONTE. Disponível em: <<http://projetopontesedes.blogspot.com.br>>. Acesso em: 1º jan. 2014.

REPÓRTER BRASIL. *Megaeventos esportivos violam direitos humanos, aponta plataforma online*. 11 jun. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/06/megaeventos-esportivos-violam-direitos-humanos-aponta-plataforma-online/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

REZERA, D. *Gênero e trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980-2010*. 2010. 209f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.

ROSENBERG, R. L. Biografia de um serviço. In: *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária EPU, 1987. p. 1-14.

SAID, E. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46-60.

SAKAMOTO, L. Flagrantes mostram roupas da Zara sendo fabricadas por escravos. *UOL Notícias: Cotidiano*, 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/08/17/flagrantes-mostram-roupas-da-zara-sendo-fabricadas-por-escravos.htm#fotoNav=4>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

SAKAMOTO, L. O caso do busão dos paraguaios (ou como entendemos pouco de imigração). *Blog do Sakamoto*, 21 jan. 2014. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/01/21/o-caso-do-busao-dos-paraguaios-ou-como-entendemos-pouco-de-imigracao/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SALA, G. *Trabajadores nacidos en los países del MERCOSUL residentes en el Brasil*. [Enviado pela própria autora ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Migração do Rio de Janeiro (NIEM-RJ) em nov. 2005].

SAMPAIO, Rafael. Entidades querem mudanças na proposta de Lei dos Estrangeiros. *Carta Maior*. São Paulo, 2006. Enviado por mensagem pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro (NIEM-RJ), 25 set. 2006. Disponível também em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Entidades-querem-mudancas-na-proposta-de-Lei-dos-Estrangeiros/5/11569>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

SANTOS, João Paulo. A implementação de políticas públicas para os refugiados. In: *SPM. Travessia na desordem global: Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 153-159.

SAYAD, A. Introdução e O que é um imigrante. In: *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998. p. 13-23.

SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da exclusão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 156 p.

SCHMIDT, M. L. Pesquisa qualitativa, alteridade e comunidades interpretativas. In: *Imaginário: diversidade cultural*. São Paulo, n. 9, p. 57-66, 2003.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE (SPM). Disponível em: <<http://spmigrantes.wordpress.com>>.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES-SPM, CNBB. Propostas para a nova Lei de Imigração para o Brasil. São Paulo, 25 de maio de 2006. Mimeo.

SERVIÇO PSICOSSOCIAL DO CPM. Anteriormente disponível em: <<http://www.missaospaz.org/#!/cpm/vstc1=assistência-psicológica>>. Acessado até 2012. Disponível em: <<http://missaopaz.wix.com/portalmissaopaznuvens#!/cpm/vstc1=assistência-psicológica>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

SHUVAL, J. Migration and Stress. In: GOLDBERGER, L.; BREZNITZ. *Handbook of Stress. Theoretical and clinical aspects*. New York: The Free Press, 1993.

SILVA, C. F. Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. *Travessia*. Revista do Migrante: “Bolivianos”. São Paulo, n. 63, p. 5-11, jan./abr. 2009.

SILVA, E. *Percursos de interação transcultural nos serviços de saúde*. 2009. 179 f. Tese (Doutorado em Odontologia) - Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, S. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997. 292 p.

_____. Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo. In: *Seminário Migrações: desafios para o século XXI*, 19 out. 2006, Campinas: Universidade de Campinas; Memorial do Imigrante. Texto digitado.

_____. Hermanos Amazônicos: processos identitários e estratégias de mobilidade entre peruanos e colombianos em Manaus. In: SILVA, S (Org.). *Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar*. Manaus: Editora Da Universidade Federal do Amazonas, 2010. p. 205-221.

_____. Os migrantes e os direitos humanos no Brasil. In: SPM. *Travessias na desordem global*. Fórum Social das migrações. São Paulo: Paulinas, 2005: 225-230.

SIMONETTO, G. Memórias sobre a Abertura do Carisma Escalabriniano - Depoimento. In: *Travessia*. Revista do Migrante. Ano XVIII, n. 52, p. 41-47, maio/ago. 2005.

SLUZKI, C. Migration and Family Conflict. In: *Family Process*. Wiley Online Library, 1979, 18 (4), p. 379-390.

_____. O processo de migração: um experimento natural de ruptura e reconstrução da Rede Social. In: *A Rede Social na prática Sistêmica - Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, cap. 4:87-98.

SOARES, W. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: BRAGA, A & FLEISCHER, S. *Fronteiras cruzadas*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 231-261.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. et al. *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

THENÓRIO, I. MPT alerta para trabalho escravo em fornecedores da C&A. *Carta Maior*, 7 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/MPT-alerta-para-trabalho-escravo-em-fornecedores-da-CeA/5/10604>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

UCL (University College London). *Child & Youth Migrants: Global and Interdisciplinary Perspectives*, Migration Research Unit Student Conference 2014 Call for Papers. Enviado por mensagem pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro (NIEM-RJ), 7 fev. 2014.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). *2014 Global Trends Report 2013*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5399a14f9.html>>; <<http://www.unhcr.org/53a155bc6.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

VISAS PARA O BRASIL. Disponível em: <<http://grovercalderon.blogspot.com.br/2009/10/visas-para-brasil-visto-visas-for.html>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

WARMIS. Disponível em: <<http://www.warmismulheresbolivianas.com.br/blog/pagina-exemplo/>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

YOUNG, B. A Vivência imigratória de um grupo de hispano-americanos do Sul, residentes na cidade de São Paulo. 2007. 193f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2007a.

_____. Pastoral do Migrante e comunidade boliviana no Brasil. Em: *Além Fronteiras*, Órgão informativo. Edição Histórica, São Paulo, Ano 2007b, novembro, p. 29.